

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL - UNINTER
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

KALYNKA OLIVEIRA FELICIANO
RU 3577795

**VOZES SILENCIADAS: A TRAJETÓRIA DE VIDA DAS TRAVESTIS E
MULHERES TRANS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE CURITIBA/PR E AS
RESPOSTAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO**

CURITIBA – PR
2025

KALYNKA OLIVEIRA FELICIANO

**VOZES SILENCIADAS: A TRAJETÓRIA DE VIDA DAS TRAVESTIS E
MULHERES TRANS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE CURITIBA/PR E AS
RESPOSTAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cleci Elisa Albiero

CURITIBA – PR

2025

KALYNKA OLIVEIRA FELICIANO – RU 3577795

**VOZES SILENCIADAS: A TRAJETÓRIA DE VIDA DAS TRAVESTIS E
MULHERES TRANS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE CURITIBA/PR E AS
RESPOSTAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, apresentado à disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso – OTCC Monografia, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER / Curitiba-PR, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: 25 de março de 2025.

Dedico este trabalho a todas as travestis e mulheres trans que tiveram suas vozes silenciadas, suas histórias ignoradas e seus direitos negados. Que este trabalho seja um reflexo da nossa existência, da nossa luta e um símbolo de nossa resistência.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, sou grata aos meus Orixás e às minhas entidades, pela vida e amparo em cada etapa deste caminho. Com suas forças, proteção e sabedoria, pude seguir em frente e concluir mais um ciclo da minha trajetória. Mukuiu!

Agradeço minha mãe de santo, Giovana Ndalabesan, pelo acolhimento, afeto, pelo respeito a minha identidade de gênero, pelos momentos maravilhosos que passamos e por todos os ensinamentos. Mukuiu!

Agradeço profundamente à minha família, especialmente à minha mãe, Marlei, que, desde os meus 15 dias de vida, sempre esteve ao meu lado, oferecendo atenção, carinho, afeto e amor. Foi ela que moldou o meu caráter, me ensinando os valores da honestidade e empatia. Agradeço também à minha irmã, Anny, que sempre me apoiou, esteve presente nos melhores e piores momentos da minha vida, segurando minha mão e me ajudando a nunca desistir. Sou grata às minhas cunhadas Sônia, Lúcia, e à minha sobrinha Jhulie, pelo apoio, carinho e presença constante. Sou eternamente grata por tudo que fizeram por mim. Aos meus irmãos Nego (in memorian), Laco, Nene, aos meus sobrinhos Diego, Maicon, e às minhas cunhadas Cecília e Andreia, meu muito obrigada.

Agradeço ao meu amigo, companheiro, namorado e marido, Emerson, pelo apoio e incentivo constante. Você me mostrou que as esquinas não eram o fim da minha trajetória, e que eu poderia, sim, voltar a estudar, ocupar novos espaços e trilhar novos caminhos. Obrigada por acreditar em mim, especialmente nos momentos em que eu já não acreditava mais em mim mesma. Seu amor, apoio e confiança foram fundamentais para que este dia chegasse. Te amo e sou grata por tudo o que você representa em minha vida.

Agradeço imensamente à minha orientadora, professora Dr^a. Cleci Elisa Albiero, por todo o aprendizado compartilhado ao longo das disciplinas, no desenvolvimento do grupo de pesquisa e na elaboração deste TCC. Agradeço por abraçar comigo a ideia de dar visibilidade a uma população extremamente invisível e marginalizada e por

sua orientação cuidadosa e comprometida em tornar essa reflexão uma realidade. Sua dedicação e apoio foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Agradeço a minha supervisora acadêmica, Simone Batista dos Santos, pelo suporte, confiança e motivação constante para seguir em frente. Sua dedicação e comprometimento com o Projeto Ético-Político do Serviço Social foram fundamentais para o meu desenvolvimento. Sou grata pelo apoio e pela orientação que me proporcionou ao longo dessa trajetória.

Agradeço a minha supervisora de campo, Maria Strapasson, que, ao longo de dois anos de estágio supervisionado no Grupo Dignidade, teve um papel fundamental na minha formação. Sua orientação foi essencial para me ajudar a refletir sobre as diversas formas de posicionamentos da assistente social no cotidiano, para atuar com o objetivo de viabilizar direitos aos usuários. Agradeço também por contribuir para o desenvolvimento da minha postura crítica e por ampliar meu olhar diante das múltiplas expressões da questão social.

Agradeço a Presidência, Diretoria Executiva e todas as pessoas trabalhadoras do Grupo Dignidade, pelo apoio e carinho ao longo deste processo.

Sou imensamente grata pelo privilégio de concluir minha graduação, especialmente em um país onde o acesso, permanência e conclusão do ensino, ainda não são plenamente garantidos para travestis e mulheres trans. Celebro esta conquista não apenas como uma realização pessoal, mas também como um símbolo de resistência, força e esperança para nossa comunidade.

Por fim, agradeço imensamente a todas as travestis e mulheres trans que participaram desta pesquisa e tornaram este estudo autêntico, refletindo suas realidades, desafios e necessidades.

Eu travesti,
assumi que sou divina.
E criei a mim mesma.
Somos criadoras,
crias de dores.
A vida se faz
frenta à morte voraz.

(Letícia Carolina, 2021, p.06)

RESUMO

A presente monografia tem como tema as travestis e mulheres trans em situação de rua e a política de assistência social. O interesse pelo tema de pesquisa aflorou a partir da realização do meu estágio obrigatório no Grupo Dignidade, uma organização da sociedade civil, de assistência social, localizada na cidade de Curitiba/PR, que há 33 anos luta pela cidadania e direitos da população LGBTI+. Com o intuito de ampliar o debate e dar visibilidade e voz a travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba/PR, o presente trabalho estabelece o seguinte problema de pesquisa: quais os principais desafios enfrentados pelas travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba/PR, considerando os impactos da colonialidade em sua subalternização e exclusão social, e como o município por meio da política de assistência social está respondendo a essa expressão radical da questão social? Para isso, o trabalho dialoga com pensadores decoloniais como Frantz Fanon, Aníbal Quijano, Nelson Maldonado Torres, Maria Lugones e Oyeronke Oyewumi, pois, o pensamento decolonial se coloca como uma alternativa para dar voz e visibilidade aos povos subalternizados e oprimidos que durante muito tempo foram silenciados. O estudo utiliza o método do materialismo histórico-dialético com uma abordagem qualitativa. É uma pesquisa exploratória e descritiva, de natureza teórica-bibliográfica, documental e de campo, realizada com seis (6) travestis e mulheres trans acolhidas no Hotel Social Eliat. Realizou-se a coleta de dados por intermédio de um questionário respondido por quatro (4) participantes e uma entrevista semiestruturada realizada com duas (2) participantes. Os elementos e dados apresentados são compostos de informações de cunho quanti-qualitativo, estudados através da análise de conteúdo. Conclui-se que a falta de oportunidades no mercado de trabalho, somada à discriminação e ao preconceito, limita suas chances de inclusão social, levando muitas à prostituição como única alternativa de sobrevivência. A ausência de políticas públicas eficazes para a empregabilidade e geração de renda reforça essa marginalização, tornando essencial a implementação de ações afirmativas voltadas para educação e trabalho. Além disso, a saúde mental dessas pessoas é profundamente afetada pelo preconceito e pela falta de assistência adequada, agravando sua vulnerabilidade. Para enfrentar essa realidade, é imprescindível integrar a assistência social a outras políticas públicas, garantindo um atendimento intersetorial. Organizações da sociedade civil têm desempenhado um papel fundamental, mas cabe ao Estado assumir sua responsabilidade na promoção dos direitos humanos e da cidadania dessa população.

Palavras-chave: Colonialidade. Decolonialidade. Serviço Social. Assistência Social. Transgeneridade.

ABSTRACT

This monograph focuses on homeless transvestites and trans women and social welfare policy. My interest in this research topic arose after completing my mandatory internship at Grupo Dignidade, a civil society social welfare organization located in the city of Curitiba/PR that has been fighting for citizenship and the rights of the LGBTI+ population for 33 years. With the aim of broadening the debate and giving visibility and a voice to homeless transvestites and trans women in Curitiba/PR, this paper establishes the following research problem: what are the main challenges faced by homeless transvestites and trans women in Curitiba/PR, considering the impacts of coloniality on their subordination and social exclusion, and how is the city responding to this radical expression of the social issue through its social welfare policy? To this end, the work engages in dialogue with decolonial thinkers such as Frantz Fanon, Aníbal Quijano, Nelson Maldonado Torres, Maria Lugones and Oyeronke Oyewumi, since decolonial thought presents itself as an alternative to give voice and visibility to subalternized and oppressed peoples who have long been silenced. The study uses the method of historical-dialectical materialism with a qualitative approach. It is an exploratory and descriptive research, of a theoretical-bibliographical, documentary and field nature, carried out with six (6) transvestites and trans women welcomed at the Hotel Social Eliat. An intermediate data collection was carried out from a questionnaire answered by four (4) participants and a semi-structured interview conducted with two (2) participants. The elements and data presented are composed of quantitative and qualitative information, trained through content analysis. It is concluded that the lack of opportunities in the job market, combined with discrimination and prejudice, limits their chances of social inclusion, leading many to prostitution as their only alternative for survival. The lack of effective public policies for employability and income generation reinforces this marginalization, making it essential to implement affirmative actions aimed at education and employment. In addition, the mental health of these people is deeply affected by prejudice and the lack of adequate assistance, aggravating their vulnerability. To address this reality, it is essential to integrate social assistance with other public policies, ensuring intersectoral care. Civil society organizations have played a fundamental role, but it is up to the State to assume its responsibility in promoting the human rights and citizenship of this population.

Key-words: Coloniality. Decoloniality. Social Service. Social Assistance. Transgenderism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
ART.	Artigo
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro Único
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAR	Casa da Acolhida e do Regresso
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CE	Ceará
CEP	Código de Ética Profissional
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CES	Central de Encaminhamentos Social
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CIAMP	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento das ações relativas à Política Nacional para a População em Situação de Rua
CIS	Cisgênero
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DF	Distrito Federal
DH	Direitos Humanos
DPSB	Diretoria de Proteção Social Básica
DPSR	Diretoria de Atenção à População em Situação de Rua
EUA	Estados Unidos da América
FAS	Fundação de Ação Social
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social

FREI	Fundação de Recuperação do Indigente
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LGBTI+	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexo e outras identidades de gênero e orientações sexuais
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
NOB	Norma Operacional Básica
OSC	Organizações da Sociedade Civil
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Pará
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PAS	Plano de Assistência Social
PE	Pernambuco
PL	Projeto de Lei
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNPSR	Política Nacional para a População em Situação de Rua
PPAS	Piso Paranaense de Assistência Social
PR	Paraná
PSE	Proteção Social Especial
PSR	População em Situação de Rua
RH	Recursos Humanos
RMA	Registro Mensal de Atendimentos
SC	Santa Catarina
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SISAB	Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema único de Saúde

TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TFD	Tratamento Fora do Domicílio
TRANS	Transexual/Transgênero

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A COLONIALIDADE E SUA PERPETUAÇÃO NAS ESTRUTURAS SOCIAIS.....	21
1.1 A COLONIALIDADE E O SISTEMA MODERNO COLONIAL DE GÊNERO: A RELAÇÃO INTERSECCIONAL ENTRE RAÇA, CLASSE, SEXUALIDADE E GÊNERO.....	21
1.2 OS REFLEXOS DA COLONIALIDADE NA REALIDADE VIVIDA POR TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS	25
1.3 O PENSAMENTO DECOLONIAL COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO A TRANSFOBIA ESTRUTURAL E AS POLÍTICAS DE EXCLUSÃO.....	32
2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E EM CURITIBA/PR.....	37
2.1 A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO	37
2.2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA/PR.....	42
2.3 PROTEÇÃO SOCIAL PARA TRAVESTIS E MULHERES TRANS EM SITUAÇÃO DE RUA EM CURITIBA/PR	48
3 O SERVIÇO SOCIAL E POPULAÇÃO TRANS	54
3.1 O SERVIÇO SOCIAL NA DEFESA INTRANSIGENTE DOS DIREITOS HUMANOS.....	54
3.2 DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA TRANSFOBIA ESTRUTURAL.....	59
3.3 ROMPENDO COM AS ESTRUTURAS COLONIAIS: PERSPECTIVAS PARA UM NOVO OLHAR PROFISSIONAL	63
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	66
4.1 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS TRAVESTIS E MULHERES TRANS EM SITUAÇÃO DE RUA EM CURITIBA/PR.....	66
4.2 A TRAJETÓRIA DE VIDA DAS TRAVESTIS E MULHERES TRANS EM SITUAÇÃO DE RUA EM CURITIBA/PR.....	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	94

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA	103
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	106
ANEXO A – DOCUMENTO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA COM SERES HUMANOS.....	112

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o fenômeno população em situação de rua, tem se destacado nas agendas políticas e acadêmicas, gerando debates sobre as políticas sociais e direitos humanos dessa população. Devido ao cenário em que se encontram, as pessoas em situação de rua são estigmatizadas pela sociedade, que muitas vezes as responsabiliza por sua condição. Dentro desse contexto, um grupo frequentemente marginalizado e negligenciado é o das travestis¹ e mulheres trans² que enfrentam desafios únicos que as colocam em situação de maior vulnerabilidade quando comparadas a outros grupos em situação de rua.

No intuito de evidenciar a importância da temática, o presente trabalho de conclusão de curso (TCC) tem como tema as travestis e mulheres trans em situação de rua e a política de assistência social. O interesse pelo tema de pesquisa aflorou a partir da realização do meu estágio obrigatório no Grupo Dignidade³, uma organização da sociedade civil, de assistência social, localizada na cidade de Curitiba/PR, que há 33 anos luta pela cidadania e direitos da população LGBTI+⁴.

Durante os atendimentos conduzidos pela assistente social, bem como, nas reuniões com a equipe de Atenção à população em situação de rua da Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS) e a participação nos programas e projetos desenvolvidos pelo Grupo Dignidade voltados a esse público, em especial o Programa Trajetórias⁵, pude imergir em diversas experiências junto a essa população.

¹ Travesti é uma identidade de gênero feminina. Durante muito tempo o termo foi marginalizado e considerado pejorativo. Atualmente o conceito vem sendo ressignificado e passou a ter um peso político de resistência.

² Pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher (Jesus, 2012, p. 16).

³ Site institucional: <https://www.grupodignidade.org.br/>

⁴ A sigla LGBTI+ significa: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexo e outras pessoas cuja orientação sexual e/ou identidade ou expressão de gênero não esteja em conformidade com a cis-heteronorma.

⁵ O Programa Trajetórias é uma homenagem à Marcela Prado e Brunna Valin", foi idealizado e construído pela Aliança Nacional LGBTI+, Grupo Dignidade e Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, e tem como finalidade instituir uma rede de apoio para população LGBTI+ em vulnerabilidade (com prioridade para pessoas trans) de Curitiba e, dentro das possibilidades, Região Metropolitana, para empoderá-las em relação aos seus objetivos pessoais e crescimento profissional, além de melhorar o modo como se apresentam para a vida, valorizando suas competências e fortalecendo a sinergia entre a comunidade trans e o mercado de trabalho, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para construir uma nova trajetória, mediante a melhoria de sua qualidade de vida e o acesso a direitos fundamentais, em um país que pelo décimo quinto ano consecutivo lidera os índices de violência contra essa população.

No decorrer de uma das etapas do Programa Trajetórias que teve como finalidade, o resgate da dignidade, da cidadania e a inclusão social de travestis e mulheres trans em situação de rua acolhidas no Hotel Social Eliat⁶ mantido pela FAS, foi realizada uma dinâmica em grupo com o nome “Minha história, minha vida”, onde cada participante teve que realizar um recorte e uma colagem de figuras que representassem diferentes fases da vida delas (infância, adolescência, juventude e adultez⁷). Foi um momento de muita troca, onde emergiu vários sentimentos e emoções. Os relatos envolviam abusos sexuais, violência física, psicológica, moral e patrimonial; abandono; indecisão; descoberta da sexualidade; do entendimento enquanto travesti/mulher trans; das imposições que sofriam para corresponder com as expectativas familiares; expulsão de casa; descoberta do HIV; problemas com uso de drogas; questões relacionadas a saúde mental; prostituição; sonhos; preconceito da sociedade; discriminação; exclusão social.

Através desta dinâmica, ouvimos vários relatos e histórias diferentes, mas, que em muitos momentos pareciam ser repetidas. Trajetórias distintas, porém, por questões interseccionais de raça, etnia, gênero, sexualidade e classe, apresentam os desdobramentos da colonialidade na realidade concreta de suas (r)existências e (sobre)vivências nas ruas.

Isto posto, por ser uma travesti que também enfrenta as estruturas coloniais atuantes na sociedade, sinto-me impelida a aprofundar minha pesquisa nessa temática. Mesmo sem ter vivido a experiência de estar em situação de rua, a proximidade com a realidade vivida por essas pessoas despertou em mim uma inquietação de “[...] problematizar sob uma ótica de(s)colonial, a lógica da colonialidade que impera [...]” (Alves; Silvestre; Lima, 2019, p. 10) sobre as travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba, capital do Paraná, conhecida por sua qualidade de vida, mas que é a 6ª cidade do país com maior número de população em situação de rua, totalizando 3.477 pessoas, 1,5% do total de PSR do país, cadastradas no Cadúnico em dezembro de 2022 (Brasil, 2023a).

⁶ O Hotel Social Eliat é o primeiro hotel social do Estado do Paraná voltado exclusivamente para atender travestis e mulheres trans em situação de rua. O Hotel Social está localizado no centro de Curitiba/PR.

⁷ A adultez é entendida, como um estatuto a atingir pelos mais jovens e a recordar com nostalgia pelos mais velhos. É esta fase de vida que estrutura a definição do ciclo de vida do indivíduo, pois é nela que ele, o adulto, se evidencia, projecta e realiza (Souza, 2007).

Com o intuito de ampliar o debate e dar visibilidade e voz a travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba “[...] pois é preciso combater o silenciamento que está intrincado em grupos sociais minorizados” (Alves; Silvestre; Lima, 2019, p. 10), o presente trabalho estabelece o seguinte problema de pesquisa: quais os principais desafios enfrentados pelas travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba/PR, considerando os impactos da colonialidade em sua subalternização e exclusão social, e como o município por meio da política de assistência social está respondendo a essa expressão radical da questão social?

Para responder ao problema de pesquisa, estabelece-se como objetivo geral, analisar os principais desafios enfrentados pelas travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba/PR e como o município por meio da política de assistência social está respondendo a essa expressão radical da questão social. De modo específico, investigar como a colonialidade, em seu processo de desumanização, contribuiu para a subalternização de travestis e mulheres trans, aprofundando as dinâmicas de exclusão social que as levam à situação de rua; identificar as contribuições da política de assistência social do Município de Curitiba para mitigar os efeitos dessa exclusão social; apontar como o Serviço Social pode auxiliar para enfrentar os impactos da colonialidade na realidade vivida pelas travestis e mulheres trans; estabelecer os principais obstáculos enfrentados por travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba na busca por visibilidade e inclusão social.

Sendo assim, este trabalho justifica-se pela necessidade de ampliar o debate sobre o tema e dar visibilidade a essas pessoas que historicamente têm sido silenciadas e marginalizadas. As experiências vividas pelas travestis e mulheres trans em situação de rua são únicas e complexas, e a participação direta garante que o estudo seja autêntico e reflita suas realidades, desafios e necessidades. Ouvir diretamente suas vozes possibilita desconstruir estereótipos e preconceitos perpetuados pela sociedade e reforçados pela mídia.

Devido à escassez de estudos focados nas realidades de travestis e mulheres trans em situação de rua, e em virtude de a dimensão dessa população permanecer desconhecida, a compreensão e divulgação de suas trajetórias de vidas são fundamentais para a formulação de políticas públicas eficazes e inclusivas. Além disso, é de suma importância trazer à tona o debate que problematize a colonialidade e seus efeitos sobre a questão social, contribuindo para o avanço do

pensamento decolonial no Serviço Social Brasileiro, através de uma reflexão ampla sobre as desigualdades sociais e as violências estruturais enfrentadas por grupos marginalizados, especialmente travestis e mulheres transexuais nos seus territórios de convivência.

Quanto a metodologia empregada, esteia-se no método de investigação nomeado como materialismo histórico-dialético, um método de compreensão da realidade concreta, por meio de uma abordagem de cunho qualitativo que proporciona um aprofundamento da compreensão da realidade vivida por travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba. A pesquisa qualitativa “corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” Minayo (2002, p. 22).

Quanto aos fins, a pesquisa caracteriza-se exploratória, pois a mesma proporciona uma familiaridade com o problema proposto pelo pesquisador (Gil, 2002) e descritiva em razão de ter “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno [...]” (Gil, 2002, p. 42).

No que diz respeito aos procedimentos utilizados para este estudo, inicialmente foi realizada uma pesquisa teórica-bibliográfica e documental. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (Gil, 2002, p. 44). A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida por meio de livros, artigos científicos, monografias, teses, legislações, proporcionando uma base teórica relevante para a construção da escrita científica. “A pesquisa documental utiliza materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (Gil, 2002, p. 45) e neste estudo foi utilizado o relatório preliminar sobre a população em situação de rua produzido pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), que tem como objetivo apresentar informações referentes à população em situação de rua no país, a partir dos dados disponíveis nos cadastros e sistemas de informação do Governo Federal, a fim de subsidiar o diagnóstico e as intervenções no âmbito das políticas públicas voltadas a essa população (Brasil, 2023a).

Posteriormente, foi realizada uma pesquisa de campo⁸ com seis (6) travestis e mulheres trans em situação de rua que estão acolhidas no Hotel Social Eliat. Esta pesquisa investigativa está entrelaçada com o “método da história oral que se apresenta como uma valiosa contribuição para as ciências sociais e para o Serviço Social” (Gonçalves; Lisboa, 2007, p. 85), através da modalidade trajetórias de vida.

O relato oral constituiu sempre a maior fonte humana de conservação e difusão do saber, o que equivale a dizer, a maior fonte de dados para as ciências em geral. Em todas as épocas, a educação humana (ao mesmo tempo formação de hábitos e transmissão de conhecimentos, ambos muito interligados) se baseiam na narrativa (Queiroz, 1987, p. 3).

Os relatos orais, a primeira forma de história, passaram a ser gradualmente valorizados pelas ciências sociais à medida que se percebeu que comportamentos, valores e emoções permanecem ocultos nos dados estatísticos. A história oral emprega uma variedade de técnicas de entrevista para amplificar as vozes dos sujeitos frequentemente ignorados, e através da singularidade de seus relatos, contribui para a construção e preservação da memória coletiva (Gonçalves; Lisboa, 2007).

Em relação a modalidade trajetórias de vida, Faleiros (2001, apud Gonçalves; Lisboa, 2007) aplica essa noção ao Serviço Social, propondo que a prática profissional deve articular mediações, trajetórias e estratégias de ação entre profissional e usuário. O profissional de Serviço Social deve considerar a articulação entre a trajetória social, individual e familiar do usuário, levando em conta todas as dimensões que constituem esse indivíduo. As trajetórias sociais dos indivíduos envolvem processos de construção e desconstrução de poderes, onde a trajetória dos dominados é marcada pela exclusão social e perda de patrimônios culturais, simbólicos e materiais. Portanto, trajetórias de vida são vistas como histórias importantes para pesquisadores e profissionais na delimitação de problemas e questões de pesquisa (Gonçalves; Lisboa, 2007).

Os instrumentos de coleta de dados utilizados nessa pesquisa foram o questionário respondido por quatro (4) participantes e a entrevista semiestruturada realizada com duas (2) participantes, “porque esta, ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o

⁸ Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário Internacional UNINTER - Número do Parecer: 7.011.948 e o CEP da Secretaria Municipal de Saúde - Número do Parecer: 7.303.372.

informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (Triviños, 1987, p. 146).

O universo da pesquisa foi a cidade de Curitiba, tendo como cenário o Hotel Social Eliat. Como a história oral é um estudo em profundidade, foi realizado um perfil socioeconômico com todas as seis (6) participantes que aceitaram participar da pesquisa. Em seguida foi realizado um estudo aprofundando com duas (2) participantes significantes da pesquisa, que estão acolhidas há mais tempo no hotel social, permitindo uma compreensão mais ampla das dificuldades enfrentadas para superar a condição de situação de rua. O contato direto com as travestis e mulheres trans ocorreu na sede do Grupo Dignidade, onde recebem atendimento regularmente.

Nesta fase da pesquisa de campo, após a obtenção da autorização por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o questionário e as entrevistas foram conduzidos na sala de atendimento do Serviço Social, um ambiente seguro e reservado. A pesquisa empírica teve como objetivo aprofundar as questões propostas, considerando a trajetória de vida das participantes. Os dados obtidos incluem tanto informações qualitativas quanto quantitativas e serão analisados por meio da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011, apud Santos & Souza, 2020), que se desenvolve em três etapas: pré-análise; exploração, categorização e codificação do material; e, por fim, tratamento, inferência e interpretação dos resultados.

O trabalho vincula-se a Escola Superior de Saúde Única do Centro Universitário Internacional UNINTER, na Linha de Pesquisa: Temas Contemporâneos, diversidade e sustentabilidade.

Sendo assim, o capítulo 1, analisa a colonialidade e sua perpetuação nas estruturas sociais, destacando como ela impõe uma hierarquia de opressão baseada na intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero. Esse sistema impacta negativamente a realidade vivida pelas travestis e mulheres trans. Como resposta, o pensamento decolonial emerge como uma abordagem que visa a libertação das relações de domínio e opressão de natureza eurocêntrica, abrindo caminho para o avanço, conquista de direitos e o respeito à dignidade humana.

O capítulo 2, aborda a Política de Assistência Social no Brasil e em Curitiba/PR, destacando seu desenvolvimento histórico e suas implicações na proteção social para travestis e mulheres trans em situação de rua. Inicialmente,

traça um breve percurso histórico da assistência social no Brasil, evidenciando sua evolução de práticas assistencialistas para a efetivação de uma política pública voltada à garantia de direitos. Em seguida, discorre sobre a implementação dessa política no município de Curitiba e os serviços, programas, projetos, desenvolvidos para a proteção social de travestis e mulheres trans em situação de rua.

Na sequência, o capítulo 3, destaca o papel do Serviço Social na defesa dos direitos da população trans, enfatizando a necessidade de uma atuação crítica e comprometida com os direitos humanos. Ressalta-se a importância de superar desafios institucionais e romper com estruturas coloniais que perpetuam a exclusão. Além disso, destaca-se a relevância de trazer o debate decolonial para o Serviço Social brasileiro, considerando que as questões relacionadas à transgeneridade atravessam diversos espaços sócio-ocupacionais da profissão.

No capítulo 4, são analisados os resultados da pesquisa de campo, destacando o perfil e a trajetória de vida das travestis e mulheres trans entrevistadas. Por fim, são apresentadas as considerações finais e referências bibliográficas utilizadas no desenvolvimento deste estudo.

1. A COLONIALIDADE E SUA PERPETUAÇÃO NAS ESTRUTURAS SOCIAIS

Este capítulo analisa a colonialidade e sua perpetuação nas estruturas sociais contemporâneas, destacando como as hierarquias estabelecidas durante a colonização continuam a influenciar as relações sociais. Inicialmente, discute-se o Sistema Moderno Colonial de Gênero, analisando a relação interseccional entre raça, classe, sexualidade e gênero. Na sequência, o estudo aborda os reflexos da colonialidade na realidade vivida por travestis e mulheres transexuais, evidenciando como a marginalização destas identidades é um desdobramento das estruturas sociais que persistem na sociedade. Além disso, o capítulo aborda o pensamento decolonial como uma estratégia de enfrentamento à transfobia estrutural e às políticas de exclusão, propondo uma reflexão crítica sobre as formas de resistência que buscam reverter essas opressões.

1.1 A COLONIALIDADE E O SISTEMA MODERNO COLONIAL DE GÊNERO: A RELAÇÃO INTERSECCIONAL ENTRE RAÇA, CLASSE, SEXUALIDADE E GÊNERO

Os últimos cinco séculos, foram caracterizados por uma série de eventos históricos, que incluem o tráfico atlântico de pessoas escravizadas, as instituições vinculadas à escravidão e a colonização europeia da África, Ásia e América Latina (Oyèwùmí, 2004), que ocorreu por meio de um processo violento, uma vez que “o colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado bruto [...] (Fanon, 1968, p. 46).

Esse processo foi fundamental para a expansão do capitalismo e marcou o início da Modernidade, caracterizada por perspectivas hegemônicas. A modernidade, embora tenha rompido com as sociedades feudais, se baseia em relações sociais de dominação e exploração, com a violência e o controle do corpo do outro como seus pilares. Embora apresente um caráter emancipatório, ela simultaneamente desenvolve um mito que justifica a violência contra o outro (Rocha, 2021).

Segundo Lugones (2020), o poder capitalista global, de base eurocêntrica, estrutura-se em dois eixos fundamentais: a colonialidade do poder e a modernidade. Esses eixos organizam as disputas pelo controle de todas as esferas da vida, de

modo que tanto o significado quanto as formas de dominação em cada uma delas são profundamente marcados por essa relação entre colonialidade e modernidade.

A colonialidade, enquanto lógica estrutural e contínua, vai além da experiência histórica do colonialismo, manifestando-se em um conjunto de discursos, práticas e atitudes, cujo principal objetivo é a subalternização dos povos colonizados e a manutenção da hegemonia da nação colonizadora (Quijano, 2005).

“Com a colonização das América e do Caribe acontece uma distinção dicotômica hierárquica entre humano e não humano, homem e mulher, sobre os colonizados perante o homem ocidental” (Lugones, 2014, p. 936). Esse processo resultou na desumanização dos corpos colonizados e na negação de seu status como sujeitos plenos de direitos. Tal modelo foi sustentado por dicotomias, hierárquicas e uma lógica categorial⁹, elementos centrais para o pensamento capitalista moderno sobre raça, gênero e sexualidade (Lugones, 2014).

Desta forma, o sistema moderno colonial de gênero funda-se na dicotomia homem/mulher, impondo uma lógica heteronormativa que sustenta o patriarcado e a exploração dos corpos racializados, sendo marcado pela intersecção de raça, gênero, sexualidade e classe (Lugones, 2020). Esse processo desumanizador foi essencial para justificar a escravização e o trabalho forçado, naturalizando a violência como parte do projeto colonial (Fanon, 1968).

Consequentemente, “a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira id-entidade da modernidade” (Quijano, 2005, p. 107). Esse processo foi marcado pela codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados com base na raça, estabelecendo uma hierarquia biológica de inferioridade, e organizando o controle do trabalho, dos recursos e dos produtos em torno do capital e do mercado mundial (Quijano, 2005).

As relações sociais fundadas a partir dessa ideia, produziu na América identidades sociais novas e termos que antes indicavam apenas a separação geográfica agora passam a ter uma conotação racial. Na medida que estas relações sociais se transformam em relação de dominação, estas identidades foram hierarquizadas e determinadas em relação ao seu papel social. Raça e identidade racial são estabelecidas como ferramenta de classificação social básica da população (Quijano, 2005, p. 117).

⁹ Maria Lugones entende a lógica categorial moderna como responsável pela construção de categorias em termos homogêneos, atomizados, separáveis, e constituídos dicotomicamente (Lugones, 2014)

“América” e “Europa” tornaram-se as novas identidades geoculturais, enquanto “europeu”, “índio” e “africano” passaram a ser identificadas como “identidades raciais” (Lugones, 2020). Essa categorização representa a manifestação mais profunda e persistente da dominação colonial. A subsequente identificação da Europa como uma nova id-entidade após a América, aliada à expansão do colonialismo europeu, levou à formulação de uma perspectiva eurocêntrica do conhecimento, naturalizando as relações coloniais de dominação (Quijano, 2005).

Essa influência se manifesta especialmente na produção de conhecimento sobre o comportamento humano, a história, as sociedades e as culturas. Como consequência, os interesses, preocupações, instituições e categorias sociais euro-americanas dominam a narrativa da história humana. Além disso, o privilégio masculino é um elemento central do *ethos* europeu, refletindo-se na cultura moderna (Oyèwùmí, 2004). Dessa forma, a modernidade está intrinsecamente vinculada à colonialidade, sendo impossível dissociá-las. Isso implica que a lógica da colonialidade se estrutura e permanece operando em três dimensões principais: colonialidade do poder, do saber e do ser.

O conceito de colonialidade do poder “refere-se à inter-relação entre as formas modernas de exploração e dominação [...]” (Torres, 2007, p. 130, tradução minha)¹⁰. A colonialidade do poder estabelece uma classificação universal e fundamental da população global baseada no conceito de raça. A concepção de raça representa uma mudança radical, uma reviravolta, pois reestrutura as relações de superioridade e inferioridade estabelecidas pela dominação. A humanidade e suas interações são reconhecidas através de uma ficção biológica (Lugones, 2020).

[...] A colonialidade do saber está relacionada ao papel da epistemologia e às funções gerais da produção de conhecimento na perpetuação dos regimes de pensamento colonial, e a colonialidade do ser está relacionada a experiência vivida de colonização e seu impacto na linguagem [...] (Torres, 2007, p. 130, tradução minha)¹¹.

¹⁰ Y, si la colonialidad del poder se refiere a la interrelación entre formas modernas de explotación y dominación [...] (Torres, 2007, p.130).

¹¹ [...] y la colonialidad del saber tiene que ver con el rol de la epistemología y las tareas generales de la producción del conocimiento en la reproducción de regímenes de pensamiento coloniales, la colonialidad del ser se refiere, entonces, a la experiencia vivida de la colonización y su impacto en el lenguaje (Torres, 2007, p. 130).

Desta forma, a colonialidade do saber baseia-se no racismo como sistema de poder, que legitima o conhecimento cisgênero¹², hetero, branco e europeu subalternizando outros saberes. A colonialidade do ser abrange as vivências ontológicas dos sujeitos na era moderna/colonial, refletindo a experiência dos sujeitos marginalizados em níveis físicos, materiais e cotidianos. “Assim, a concepção emergente da colonialidade do ser visa esclarecer a influência da colonialidade sobre a experiência vivida, indo além do âmbito puramente mental dos sujeitos (Torres, 2007, p. 130, tradução minha)¹³.

Logo, a colonialidade, vai além da simples classificação racial; trata-se de um fenômeno amplo, um dos eixos centrais do sistema de poder que influencia o controle sobre o sexo, à autoridade coletiva, o trabalho e à subjetividade/intersubjetividade, além da produção de conhecimento dentro dessas relações. Ou seja, todo tipo de controle sobre o sexo, a subjetividade, a autoridade e o trabalho estão intimamente ligados à colonialidade (Lugones, 2020).

Dentro desse sistema, a cis-heterossexualidade compulsória funciona como um mecanismo central de controle social. A manutenção desse modelo reflete-se na estrutura social contemporânea, onde as desigualdades de sexualidade, gênero, raça e classe continuam a influenciar a distribuição do poder e dos recursos (Lugones, 2020). A normalização dessas relações de opressão, reflete na medicalização, patologização¹⁴, criminalização e marginalização dos corpos dissidentes¹⁵ de gênero.

Portanto, a relação entre colonialidade, modernidade e gênero demonstram que os processos de dominação não ficaram no passado, mas continuam a ser atualizados e reproduzidos nas relações sociais, nos discursos e práticas. O sistema

¹² Conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento (Jesus, 2012, p. 14).

¹³ El surgimiento del concepto dcolonialidad del sere responde, pues, a la necesidad de aclarar la pregunta sobre los efectos de la colonialidad en la experiencia vivida, y no sólo en la mente de sujetos subalternos (Torres, 2007, p. 130).

¹⁴ É fundamental ressaltar que, ao longo do tempo, corpos que não se encaixavam na norma binária de gênero passaram a ser patologizados pela medicina, sendo classificados como doentes ou portadores de desvios mentais. Nesse contexto, surgiram os termos “travesti” e “transexual” para designar “corpos que exibiam comportamentos como a efeminação, a adoção de vestes associadas ao gênero oposto ou que mesmo demonstravam um desejo de pertencer inteiramente ao outro gênero” (Oliveira, 2017, p. 5).

¹⁵ A noção de corpos dissidentes emerge no campo dos estudos de gênero e sexualidade a partir de autores (as) como Judith Butler, Donna Haraway, Gayle Rubin, Eve Sedgwick, Paul B. Preciado, entre outros, para se referir a práticas que desviam da norma cisgênero heterossexual. O termo tem grande circulação também nos estudos sobre gênero e sexualidade na América Latina (MEIRELES, 2020, p. 38-39).

moderno colonial de gênero continua a moldar as condições de existência de milhões de pessoas ao redor do mundo (Lugones, 2014). Enfrentar essa realidade requer uma perspectiva interseccional e decolonial que compreenda a interconexão das opressões e a urgência de redefinir as estruturas que perpetuam a desigualdade.

1.2 OS REFLEXOS DA COLONIALIDADE NA REALIDADE VIVIDA POR TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS

A partir da década de 1990, as vivências de travestis e mulheres transexuais passaram a ser mais estudadas no Brasil, com maior visibilidade nas pesquisas sobre gênero e sexualidade nos anos 2000. No entanto, essas pesquisas costumam se concentrar em experiências mais recentes, sem fornecer um contexto histórico adequado, especialmente para pessoas negras e/ou africanas que expressam identidades de gênero¹⁶ fora das normas cisgêneras (Oliveira, 2020).

Em seu livro “Nem ao centro nem à margem: corpos que escapam às normas de raça e gênero”, Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020), primeira travesti negra Doutora em Educação no Brasil, coloca em discussão a invisibilidade sistemática de travestis e mulheres transexuais em diversas áreas do conhecimento. Além de estabelecer um importante estudo sobre diferentes formas de compreender o gênero para além do sistema moderno colonial de gênero, das tradicionais categorias de mulher e homem, feminino e masculino, que estão ligadas ao sexo biológico e aos papéis sociais.

Colocar travestis e/ou mulheres transexuais em evidência é uma maneira de romper com posturas normatizantes e normalizadoras que reafirmam tanto a branquitude, quanto a cisgeneridade heterossexual, e ignoram outras possibilidades de existência (Oliveira, 2020, p. 136).

O antropólogo e pesquisador Luiz Mott (2005) em suas pesquisas, encontra nos manuscritos da Inquisição Portuguesa no século XVI, uma referência ao primeiro registro conhecido de travestilidade em área urbana no Brasil: Xica

¹⁶ Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero (Jesus, 2012, p. 14).

Manicongo, africana, escravizada, residente em Salvador, capital do país na época, e que exercia a profissão de “sapateiro” desafiando as normas de gênero (Oliveira, 2020). Nos idos de 1591, Xica foi denunciada a Igreja acusada do crime de sodomia, que não se limitava ao que hoje entendemos por homossexualidade ou transgeneridade, mas sim qualquer prática tida como profana era classificada na condição de sodomita (Jesus, 2019).

[...] tem fama entre os negros desta cidade que é somítigo e depois de ouvir esta fama, viu ele com um pano cingido, assim como na sua terra do Congo trazem os somítigos. Mais disse que ele denunciante sabe que em Angola e Congo, nas quais terras tem andado muito tempo e tem muita experiência delas, é costume entre os negros gentios trazerem um pano cingido com as pontas por diante, que lhe fica fazendo uma abertura diante, os negros somítigos que no pecado nefando servem de mulheres pacientes, aos quais chamam na língua de Angola e Congo quimbanda, que quer dizer somítigos pacientes (Mott, 2005, p. 14).

Nesta época, o código penal vigente era as Ordenações Manuelinas, que equiparavam a sodomia ao crime de lesa-majestade. As pessoas consideradas culpadas eram condenados à morte na fogueira, em um ato de fê realizado em praça pública com confisco de bens pela Igreja Católica e a marca da infâmia lançada sobre seus descendentes até a terceira geração. Diante dessas condições, Xica Manicongo optou por se conformar com as normas cis-heteronormativas predominantes, renunciando à sua identidade e vestindo-se de acordo com as roupas masculinas da época, além de adotar comportamentos correspondentes (Jesus, 2019).

No mesmo ano, Joane, outra travesti/mulher trans africana moradora do Rio Matoim também foi denunciada aos tribunais do Santo Ofício pelo uso do “ofício de mulher, digo, fêmea” (Mott, 2005, p. 15). Nos registros das rondas policiais na Bahia durante o século XIX, além da repressão habitual a encontros de pessoas escravizadas, batuques e práticas do candomblé, há referências a prisões de homens que se vestiam como mulheres e de mulheres que adotavam vestimentas masculinas. Esse fato é significativo, pois, entre 1853 e 1885, diversas prisões foram efetuadas com base nesse suposto “crime” (Santos, 1997).

De acordo com Santos (1997), nos registros de algumas dessas prisões, as travestis eram identificadas pelo gênero masculino, sem qualquer menção aos seus nomes femininos. Uma delas foi detida por circular pela cidade vestida de mulher, enquanto outra foi encontrada na mata, usando uma camiseta de algodão e uma saia feminina, além de apresentar diversos ferimentos. Desta forma, “aparece em

um boletim de ocorrência policial sob a denominação de “incorrigível” pelo fato de já ter sido punido, pelo mesmo motivo, sem alterar o seu comportamento” (Santos, 1997, p. 158).

Por volta de 1870, Yaya Mariquinhas, classificada como vadio por essa mesma polícia, era exemplo da ofensa permanente à moralidade pública por usar trajes de mulher e reivindicar um tratamento no feminino, questionando de maneira escancarada a fixidez dos gêneros, bem como a relação entre sexo biológico e gênero (Oliveira, 2020, p. 168).

Santos (1997) também indicou a presença de travestis/mulheres transexuais através de matérias de jornais impressos. “A notícia que nos fornece maiores informações sobre o travestismo¹⁷ no Brasil está numa matéria do Diário do Rio de Janeiro, intitulada “Homem-Mulher”, transcrita pelo jornal da Bahia em 25 de abril de 1875” (Santos, 1997, p. 168).

Os jornais que se colocavam a serviço da moral e dos bons costumes, não se intimidavam em publicar nomes, endereços e detalhes do cotidiano dos “afeminados” e “homens-mulheres”, que em suas interpretações, deveriam ser aliadas do convívio da sociedade. (...) as ações da polícia, as denúncias da imprensa e de vizinhos, reiteravam constantemente, que a única possibilidade de existência seria aquela em que o gênero estivesse em conformidade com o sexo biológico (Oliveira, 2020, p. 169).

Esse controle policial legitimava a violência física contra travestis e mulheres transexuais, frequentemente por meio de ataques públicos com o objetivo de normatizar e padronizar seus corpos, muitas vezes culminando na remoção forçada de suas roupas femininas. Essa dinâmica revela a atuação simultânea de dois sistemas opressores – racismo e transfobia –, que desvalorizam essas identidades dentro da lógica do sistema moderno colonial de gênero (Oliveira, 2020).

É fundamental destacar que as pesquisas sobre a sociedade brasileira até o século XIX sistematicamente ignoram a presença de travestis e mulheres transexuais. Quando são mencionadas, frequentemente são classificadas como homens homossexuais, como no caso de Xica Manicongo, Yaya Mariquinhas e outras. Essas figuras históricas são retratadas como “homens vestidos de mulher”, desconsiderando suas reivindicações por uma identidade feminina (Oliveira, 2020).

No início do século XX, a presença de travestis tornou-se mais visível em espaços como bares, portos, praças e bordéis, especialmente em áreas urbanas

¹⁷ Em 1910, o médico e psicólogo alemão Magnus Hirshfeld conduziu o primeiro estudo sobre pessoas que se vestiam como o gênero oposto por motivos sexuais, criando uma nova categoria clínica chamada “travestismo”, com todos os “ismos” forjados na época e associados a sexualidade e dando um nosso sentido a palavra travesti (Junior, 2008).

densamente povoadas. A vigilância estatal e social impunha restrições aos espaços que poderiam frequentar e aos papéis que deveriam desempenhar. Nesse contexto, o estigma que associava homens negros ao perigo e à criminalidade também recaía sobre as travestis, reforçando sua marginalização (Oliveira, 2020).

Este estigma,

Deriva das teorias do racismo científico implantadas no Brasil pela Antropologia Criminal de Cesare Lombroso (1835-1909), uma das vertentes do determinismo racial que afirmava ser “possível descobrir o criminoso antes que cometesse o crime (Schwarcz, 1996, p. 70), a partir da certeza de “que as proporções do corpo eram o espelho da alma” (Bento, 2002, p. 36, apud Oliveira, 2020, p. 176).

Nas décadas de 1970 e 1980, durante a ditadura militar, travestis e mulheres transexuais foram alvo de intensa perseguição, sendo arbitrariamente presas e, em muitos casos, assassinadas. Essa repressão fazia parte de uma política de “higienização social”, impulsionada pelo crescente estigma que as retratava como perigosas e violentas, justificando sua remoção das ruas (Passos, 2022). Com os mesmos métodos utilizados pelos jornais do século XIX,

Esse tipo de ação foi apoiada pela mídia paulistana à medida que a estigmatização como “perigosas” estampou capas de jornais, como foi o caso da matéria de O Estado de São Paulo, com o título: “PERIGO! A invasão dos travestis”, publicada em uma das edições especiais de sexta e sábado, em março de 1980 (Passos, 2022, p. 56).

Desta forma, “o controle, perseguições, exclusões, violências físicas e simbólicas marcam a existência de travestis e mulheres transexuais negras, africanas e brasileiras, desde o final do século XVI” (Oliveira, 2020, p. 170). Os “[...]processos coloniais que afetaram e incutiram em nossas práticas diárias atos de violência coloniais que desumanizam, inclusive nossos iguais” (Passos, 2018, n.p.), continuam discriminando, marginalizando os corpos que não se enquadram no nesse sistema, subalternizando as identidades trans.

A discriminação está presente em todas as etapas da vida da travesti e mulher transexual, podendo ser cartografadas, logo nas primeiras experiências vividas de hostilidade, estigma e violência no âmbito familiar.

Essa violência estrutural manifesta-se nas estruturas organizadas e institucionalizadas, como a família, bem como nos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte (Minayo, 1994, p. 8).

A violência estrutural é constitutiva ao sistema capitalista, uma vez que tal sistema se baseia na desigualdade entre as classes. Nas sociedades da periferia do

capitalismo, que se caracterizam por mecanismos de superexploração do trabalho e pela colonialidade do poder, essa violência estrutural se intensifica (Oliveira, 2018).

Assim, o ciclo de violências estruturais contra as pessoas trans tem início na família, perpassa pela escola e o mercado de trabalho, intensificando o processo de exclusão social. Estima-se que a média de expulsão de casa dos adolescentes que reivindicam um gênero diferente do designado no nascimento seja de 13 anos de idade (Benevides, 2023).

Em relação à educação, o acesso, permanência e conclusão do ensino não é efetivamente garantida para as travestis e mulheres transexuais. Uma pesquisa realizada pela Rede Trans Brasil (2022) em 10 capitais, chamada Censo Trans, que analisou o contexto socioeconômico de mulheres trans e travestis, demonstra que 63,9% não possuem o ensino médio completo e 34,7% não chegaram a concluir o ensino fundamental. Verifica-se uma notável ausência dessas pessoas nos ambientes educacionais por conta da transfobia que resulta na expulsão escolar.

No que diz respeito a (des)empregabilidade, o mesmo estudo demonstrou que em média, 82% da população de mulheres trans e travestis sobrevivem economicamente exclusivamente do exercício do trabalho sexual, sendo que 20,6% não tem nenhum rendimento, os dados nos mostram que existe um contexto de pobreza e ou de pobreza extrema. Ou seja, a rejeição familiar, aliada à baixa escolaridade e à discriminação no mercado de trabalho, seja pela falta de oportunidades, como também no desrespeito à identidade de gênero, nome social e falta de acesso ao banheiro de acordo com sua identidade de gênero, acaba agravando a vulnerabilidade desta população.

Esse processo de exclusão social interfere diretamente na qualidade de vida e de saúde dessas pessoas, pois, todas as formas de discriminação são consideradas na determinação social de sofrimento e doença. O contexto e as condições sociais impactam o processo saúde-doença. Pessoas trans enfrentam inúmeras barreiras no acesso aos serviços de saúde, tanto pela escassez de ambulatórios especializados em muitas regiões do país quanto pelo preconceito, estigma e negligência de alguns profissionais, fatores que frequentemente as afastam desses espaços. É importante destacar que a população trans busca o Sistema Único de Saúde (SUS) para além do processo transexualizador. Contudo, a dificuldade de acesso adequado leva à automedicação, ao uso de hormônios sem acompanhamento médico, à aplicação de silicone industrial e ao agravamento de

questões como ansiedade, depressão, automutilação e, em casos extremos, suicídio.

Conforme o Dossiê: Registro Nacional de Assassinatos e Violações de Direitos Humanos das Pessoas Trans no Brasil em 2022 - Rede Trans (Araújo; Nogueira; Cabral, 2023) entre 2016 e 2022, o estudo levantou 98 casos de suicídios (mortes sociais, visto que, são decorrentes da discriminação, falta de aceitação e da exclusão social).

Desde 2019, o Atlas da Violência analisa a violência contra pessoas LGBTI+ com base nas notificações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Em 2022, os dados do Sinan apontam que 8.028 pessoas LGBTI+ foram vítimas de violência no Brasil, um aumento de 39,4% em relação a 2021. Quanto à identidade de gênero, considerando travestis, mulheres e homens trans, foram 4.170 vítimas de violência em 2022, representando um crescimento de 34,4% em comparação a 2021, quando 3.103 casos foram registrados. Dentre as vítimas trans e travestis, 66,3% eram mulheres trans, 19,5% homens trans e 14,3% travestis. Pessoas negras foram as mais afetadas em todas as identidades de gênero, sendo esse percentual ainda maior entre as travestis, das quais 61,8% eram negras (IPEA, 2024).

De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2024), somente em 2023, tivemos pelo menos 145 assassinatos de pessoas trans, sendo que 136 destes assassinatos foram de travestis e mulheres trans e 9 homens trans¹⁸, “deixando nítido que a motivação, assim como a própria escolha da vítima tem relação direta com a identidade de gênero (feminina) expressa pelas vítimas” (Benevides, 2024, p. 63). Porém esse número não representa ainda a dimensão dos casos concretos.

Logo, a transfobia é uma violência estrutural que nega a dignidade humana dessas pessoas, através de ações de exclusão que impedem o exercício pleno da cidadania, intensificando a vulnerabilidade, contribuindo com fatores que levam essas pessoas a uma situação de rua, acentuando o preconceito, estigma e discriminação.

Conforme o Relatório Preliminar da População em Situação de Rua produzido pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) em agosto de 2023 a

¹⁸ Pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como homem (Jesus, 2012, p. 15).

partir dos dados disponíveis nos cadastros e sistemas de informação do Governo Federal, em 2022, o Cadastro único registrava 236.400 pessoas em situação de rua, representando uma proporção de 1 indivíduo a cada 1.000 habitantes no Brasil. Em relação à distribuição geográfica, em dezembro de 2022, 3.354 municípios brasileiros registraram pelo menos uma pessoa em situação de rua no CadÚnico, o que equivale a 64% do total de municípios do país (Brasil, 2023a).

É importante destacar que, além das limitações específicas de cada base utilizada nesse relatório (Cadastro Único e Registro Mensal de Atendimentos – RMA), e da Saúde (Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES e Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB), é imprescindível citar a limitação apontada em Decisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 976 Distrito Federal - DF (Brasil, 2023a):

Enfatize-se, no entanto, a limitação do levantamento em relação a esses números, em razão das principais fontes utilizadas (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Registros Mensais de Atendimento socioassistencial e Censo SUAS), que não incluem a parte mais marginalizada da população em situação de rua, ou seja, aquela que não se beneficia de qualquer prestação assistencial do Estado ou, ainda aquela que sequer tem documentos de identificação. Nessa conjuntura, não existe um mapeamento oficial da população em situação de rua no país, requisito essencial para o desenvolvimento de políticas públicas. A ausência de censo oficial atualizado é elemento limitador para o desenvolvimento de pesquisas capazes não só de mensurar quantitativamente a população em situação de rua, mas também qualitativamente. Isto é, gerar dados suficientes para desenhar o perfil (ou perfis) e as condições de sobrevivência das pessoas em situação de rua no país, indicando as principais vulnerabilidades, as causas mais recorrentes de entrada na rua, os motivos incentivadores de saída das ruas, entre outros fatores [...] (Brasil, 2023b).

Neste contexto, “travestis e mulheres trans em situação de rua são pessoas em conjuntura de vulnerabilidade e duplamente excluídas socialmente” (Mendes; Jorge; Pilecco, 2019, p. 108) em virtude da dimensão dessa população permanecer desconhecida devido à ausência de perguntas sobre identidade de gênero nas principais fontes de dados e informações no Brasil (Mendes; Jorge; Pilecco, 2019).

O próprio relatório produzido pelo MDHC, ao abordar o perfil das pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico, não menciona a identidade de gênero, o que deixa uma lacuna na identificação da porcentagem de travestis e mulheres trans nessa condição. Por outro lado, ao analisar os dados de violência contra a

população em situação de rua, entre 2015 e 2022, observa-se que 2% das situações de violência notificadas no SINAN, tiveram como motivação principal a situação de rua da vítima. Apesar de representarem apenas 13% do total de pessoas vivendo nas ruas, as mulheres foram vítimas de 40% dos casos de violência registrados. As mulheres transexuais representam a identidade de gênero mais frequente entre as vítimas que tiveram esse campo preenchido (Brasil, 2023a).

Vale destacar que as notificações de violência no SINAN são realizadas quando a pessoa acessa o sistema de saúde e o agente público realiza o registro da informação sobre a situação de rua da vítima. Neste sentido, é muito provável que esses números não representem o total de casos de violência contra esta população (Brasil, 2023a).

É preciso ressaltar que as organizações da sociedade civil acabam fazendo o papel que era do Estado, ao realizar o levantamento de dados que envolvam a população LGBTI+, especialmente as pessoas trans, uma vez que, os órgãos oficiais do governo não se propõe a realizar um levantamento sobre os dados referentes a essa população, o que impossibilita uma análise da totalidade do quantitativo de pessoas, das violências, de suas demandas, “levando-nos a entender que existe uma transfobia institucional, pelo desinteresse de criar ferramentas para esse monitoramento” (Araújo; Nogueira; Cabral, 2023). Essa lacuna compromete a formulação de políticas públicas e perpetua a invisibilidade social desse grupo dentro do contexto das políticas sociais (Mendes; Jorge; Pilecco, 2019).

Portanto, a colonialidade, permanece atuando através das relações sociais, nos discursos e nas práticas, preservando a lógica de relações coloniais, atuando como força motriz no processo contínuo de violação de direitos fundamentais das travestis e mulheres trans. Diante disso, a decolonialidade surge como uma alternativa para questionar essa estrutura e desafiar a lógica do pensamento moderno.

1.3 O PENSAMENTO DECOLONIAL COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO A TRANSFOBIA ESTRUTURAL E AS POLÍTICAS DE EXCLUSÃO

A decolonialidade surge da necessidade de romper com a ideia de que a colonização foi um processo concluído, reconhecendo-a como uma estrutura contínua que se transforma ao longo do tempo. Estudiosos, especialmente na América Latina, destacaram a importância de criar conceitos e categorias próprias

para compreender as particularidades do colonialismo na região. Mais do que uma teoria, a decolonialidade representa uma luta permanente contra as colonialidades que afetam os grupos subalternizados. Esse movimento ganhou força no final do século XX, ao evidenciar que as formas de colonização variaram conforme os territórios (Oliveira; Lucini, 2021).

Segundo Barbosa (2023, p. 169), “o pensamento decolonial é um conjunto de conceitualizações, debates teóricos e intervenções epistêmicas que complexifica a análise da história e expõe os efeitos contemporâneos do colonialismo nas estruturas sociais”. Nesse contexto, a decolonialidade se coloca como uma alternativa para resistir e romper com os padrões impostos pela cis-heteronormatividade, desafiando a lógica que marginaliza diversas identidades de gênero e sexualidade.

A decolonialidade, assim, propõe uma ruptura epistemológica com o conhecimento eurocêntrico, questionando as relações de poder que sustentaram a formação do sistema-mundo capitalista moderno (Brito et al., 2021). Ela busca reconstruir e resgatar histórias silenciadas, subjetividades reprimidas, além de linguagens e saberes marginalizados pela noção de totalidade imposta pela modernidade e pela racionalidade eurocêntrica (Quijano, 2005). Ao colocar em foco as experiências das populações históricas e socialmente excluídas, a decolonialidade abre caminhos para a contestação das narrativas hegemônicas que mantêm a cisheteronormatividade e a opressão sexual e de gênero.

Para Fanon (1968) a descolonização representa o confronto entre duas forças essencialmente opostas, cuja singularidade deriva da própria estrutura da situação colonial, que as gera e sustenta. Esse processo nunca passa despercebido, pois impacta profundamente o ser, alterando sua essência e convertendo indivíduos marginalizados em protagonistas centrais da história. Ao instaurar um novo ritmo de existência, impulsionado por sujeitos transformados, a descolonização inaugura uma nova linguagem, uma nova humanidade. Em última instância, é um ato de criação de novos sujeitos históricos.

Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social. Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir - resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão (Lugones, 2014, p. 940).

Isso implica, essencialmente, a desconstrução das violências cisnormativas que, tanto no âmbito institucional quanto não institucional, tentam marginalizar as identidades dissidentes de gênero. Descolonizar o gênero também envolve desafiar a visão colonial do sexo, que se baseia em uma concepção biológica e essencialista, limitando a diversidade de experiências de gênero à conformidade com os órgãos sexuais (Brito et al., 2021). Nesse processo, a desobediência de gênero se configura como uma resistência às imposições coloniais, uma insurgência epistêmica. Ao questionar as normas coloniais de gênero e sexualidade, as pessoas trans e não-binárias desafiam diretamente a estrutura da colonialidade (Lugones, 2014).

Em um cenário global, o transfeminismo¹⁹ se articula com a decolonialidade de gênero ao defender a contestação de discursos médicos, jurídicos, religiosos e estatais que impõem a heterocisgeneridade como verdade absoluta, marginalizando e patologizando outras formas de existência. A luta pela autodeterminação emerge como eixo central, colocando as pessoas trans no protagonismo de suas próprias experiências subjetivas e rejeitando as imposições do pensamento colonizador (Brito et al., 2021).

Assim, o pensamento decolonial é essencial para analisar e enfrentar desigualdades estruturais herdadas do colonialismo. No campo de gênero e sexualidade, questiona normatividades impostas, valorizando epistemologias dissidentes. Compreender a relação entre colonialidade e transfobia estrutural é fundamental para combater a marginalização de corpos dissidentes.

Diante desse cenário, o pensamento decolonial se configura como uma ferramenta essencial para a resistência e o enfrentamento da transfobia estrutural. Fortalecer narrativas baseadas nas vivências de pessoas trans, amplificando suas vozes e compartilhando suas histórias, é um passo fundamental para desconstruir o saber eurocêntrico e combater a exclusão.

A ascensão de movimentos conservadores no Brasil e nos Estados Unidos, que buscam restringir os direitos da população trans, reforça a importância da

¹⁹ O transfeminismo [...] é uma novíssima linha de pensamento e ação feminista de terceira onda, herdeira do feminismo negro, que nega o caráter biologicista culturalmente atribuído ao gênero, reconhece a interseccionalidade das identidades, critica a hierarquia de opressões e, consequentemente, aponta para a necessidade de se criticar o sexo biológico como elemento orientador dos discursos sociais, incluindo os científicos, e das políticas públicas. Em termos políticos, o transfeminismo é uma prática que valoriza as contribuições de todas as pessoas para a discussão dos direitos e a produção de saberes sobre os corpos, ao mesmo tempo em que empodera as falas, escritos e participação das pessoas trans (Jesus apud Silva, p. 21-22, 2016).

decolonialidade como instrumento de resistência. No Brasil, a extrema direita, influenciada por discursos transfóbicos do Norte Global, reproduz uma agenda reacionária pautada na retirada de direitos e na marginalização de grupos considerados “inimigos internos” (Pelech, 2025).

Um estudo realizado pelo Observatória (2024), plataforma desenvolvida pela Agência Diadorim com apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos, indica que, entre janeiro de 2019 e 31 de outubro de 2024, parlamentares brasileiros apresentaram 437 projetos de lei prejudiciais à população LGBTI+, dos quais 342 ainda tramitam nas Assembleias Legislativas, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Entre os principais temas abordados nesses projetos anti-LGBTI+, destacam-se a proibição da linguagem neutra, restrições a políticas educacionais voltadas à diversidade e a limitação do uso de banheiros por pessoas trans. Juntas, essas pautas correspondem a 56% dos 437 projetos apresentados. Esse cenário reforça a urgência de estratégias de resistência, não apenas no campo legal, mas também no fortalecimento de narrativas e vivências trans.

Em 2025, nos primeiros dias do governo Trump, sites oficiais dos EUA são reformulados para excluir referências à comunidade trans e ao termo “gênero”. A extrema-direita também utiliza a estratégia de “dividir para conquistar”, aliando-se com uma parte conservadora de lésbicas, gays, bissexuais, que, influenciados por uma visão colonizada da sexualidade, rejeitam a convivência com as dissidências de gênero dentro da comunidade LGBTI+. Essa tática visa avançar de forma mais rápida e eficiente na eliminação do “inimigo interno” (Pelech, 2025).

Sendo assim, independentemente das justificativas criadas,

O fascismo sempre foi e sempre será sobre isso: eliminar conhecimentos, apagar subjetividades, destruir existências. Termos como “proteger a família”, “salvar as crianças” ou “defender as mulheres”, quando usados pela extrema direita, são totalmente esvaziados de significado. Tornam-se cortinas de fumaça para camuflar os reais projetos de extermínio das vidas LGBTI, começando pelas pessoas trans (Pelech, 2025, n.p.).

Diante desse cenário, é fundamental que o campo democrático preste atenção ao que acontece com a comunidade trans, tanto nos EUA quanto no Brasil, pois as consequências dessa perseguição podem impactar movimentos globais de resistência.

Em resumo, o pensamento decolonial, ao revelar as raízes históricas da transfobia, oferece ferramentas para resistir e criar alternativas de existência para

corpos trans e não-binários. Em essência, a descolonização da sociedade é a conjectura e o ponto de partida para avançar e conquistar direitos; logo, é “tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos” (Quijano, 2005, p. 139).

2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E EM CURITIBA/PR

O presente capítulo aborda a política de assistência social no Brasil e em Curitiba/PR. Inicialmente, será apresentado um panorama geral da assistência social no Brasil, destacando sua trajetória desde práticas assistencialistas até sua consolidação como política pública. Em seguida, será explorada a organização da assistência social no município de Curitiba/PR, evidenciando as estratégias e serviços implementados para atender a população em situação de vulnerabilidade. Por fim, será discutida a proteção social para travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba/PR, identificando as contribuições da política de assistência social do Município para mitigar os efeitos da exclusão social.

2.1 A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO

O reconhecimento da Assistência Social como política pública no Brasil ocorreu em 1988, quando foi integrada ao tripé da seguridade social, ao lado das políticas de saúde e previdência social (Brasil, 1988). No entanto, sua trajetória antecede esse marco, passando por diversas transformações ao longo do tempo.

A assistência social no país começou com ações de caridade promovidas por entidades da sociedade civil, especialmente religiosas, como as Santas Casas de Misericórdia, que ofereciam serviços assistenciais e de saúde para os mais pobres. Essas iniciativas eram definidas como filantrópicas, um termo de origem grega que significa "amor à humanidade". Até a década de 1930, o Estado não tinha responsabilidade sobre essas ações (Hack, 2024).

A partir da década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, o Estado brasileiro assumiu um novo papel na Assistência Social, impulsionado pela maior organização dos trabalhadores e pela ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários. O governo Vargas criou em 1938 o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), que subsidiava ações assistenciais de instituições públicas e privadas, e a Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942, inicialmente voltada para famílias de soldados, mas depois ampliada para atender famílias carentes. A gestão era centralizada e mantinha o caráter voluntário e filantrópico da assistência social (Hack, 2024).

“O CNSS foi a primeira forma de presença de um organismo estatal próximo ao campo de assistência social no Estado brasileiro, ainda que, com um caráter subsidiário de subvenção às entidades sociais” (Boscari; Silva, 2015, p. 110). Com a LBA, destaca-se a participação da esposa do governante na gestão da assistência social, garantindo às primeiras-damas da República a presidência do órgão por tradição executiva. Dessa forma, consolida-se a presença dessas figuras na ação social, reproduzindo, dentro do Estado, o papel das Damas de Caridade nas igrejas, como se fossem equivalentes. Além disso, é nesse período que a LBA concentra sua atuação no atendimento às famílias excluídas da previdência, oferecendo suporte em situações de calamidade por meio de ações pontuais, emergenciais e fragmentadas (Boscari; Silva, 2015).

O primeiro passo para a construção da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no país, ocorreu em 1974, com a criação da Secretaria de Assistência Social, ainda durante a ditadura militar, vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social. Em 1977, a assistência social foi incorporada ao sistema de proteção social no recém-criado SINPAS (Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social), mas sem definir uma unidade específica para essa política (Prates, 2019).

Com a Constituição de 1988, a assistência social foi consolidada como política pública no Brasil, sendo integrada ao sistema de seguridade social. Reconhecer a assistência social como política pública requer um compromisso com a criação de leis e normativas regulamentadoras, a alocação de recursos materiais, humanos, financeiros e tecnológicos para sua implementação, além do fortalecimento da gestão. Esses aspectos não surgem de forma espontânea, mas são frutos de negociações, lutas e conquistas no campo político (Hack, 2024).

De acordo com a Professora e Doutora em Serviço Social Angela Maria Moura Costa Prates (2019), existem 12 marcos legais essenciais na formação da assistência social como política pública, sendo o primeiro a Constituição Federal de 1988, que definiu como público-alvo “quem dela necessitar, independente da contribuição à seguridade social [...]” (Brasil, 1988, art. 203). O Serviço Social reconhece que precisam da assistência social todos aqueles que não tem condições de equidade e de acesso às riquezas socialmente construídas.

O segundo marco legal de construção do PNAS, foi a aprovação em 1993 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), por meio da qual o Estado materializou

legalmente os art. 203 e 204 da CF de 1988 (Prates, 2019). A LOAS, extinguiu o CNSS e criou o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), garantindo maior participação social e um uso mais adequado das terminologias. Enquanto o CNSS não possuía controle social e era formado por indicados do Presidente da República, o CNAS trouxe novos mecanismos de participação e transparência na assistência social (Hack, 2024).

A Lei Orgânica da Assistência Social estabelece os objetivos, princípios e diretrizes da assistência social em todo o país. Ela determina a participação essencial dos três níveis de governo — municipal, estadual e federal — na gestão e cofinanciamento dessa política. Além disso, define os parâmetros para o controle social e categoriza as ações da Assistência Social em benefícios, serviços, programas e projetos. (Hack, 2024).

O terceiro marco legal de construção da PNAS foi a aprovação do seu primeiro texto em 2004. Nesse momento, o Estado configurou de fato uma política pública, dever do Estado e direito do cidadão. Ela deve ser operacionalizada de forma integrada as políticas setoriais e tem como objetivos: prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rural; assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (Prates, 2019, p. 32).

O quarto marco legal foi a aprovação da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), em 2005 pelo CNAS. A Aprovação desta norma é consequência das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social (Prates, 2019). A norma exigiu um reordenamento dos municípios para sua inclusão no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Com isso, a assistência social passou por mudanças técnicas, jurídicas e políticas. A aprovação da NOB/SUAS, em 14 de julho de 2005, foi o resultado de 11 anos de debates em todos os Estados. A norma estabelece os eixos estruturantes para implementar o SUAS no Brasil, visando consolidar um modelo de gestão descentralizado e participativo, integrando os três níveis de governo, conforme a Lei Orgânica de Assistência Social (Boscari; Silva, 2015).

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, cofinanciamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das

competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação (Brasil, 2005, p. 39).

Desta forma, o SUAS estabelece os elementos essenciais para a implementação da política de assistência social, como a padronização dos serviços, qualidade no atendimento e definição de indicadores de avaliação e resultados. Ele organiza os serviços socioassistenciais com base em três referências: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional (Brasil, 2005).

O objetivo do Sistema é identificar problemas sociais de forma localizada, atendendo às necessidades específicas de cada município. Ele busca otimizar a alocação de recursos e ampliar a cobertura social, fortalecendo o papel do Governo Federal na formulação e fiscalização das políticas. O SUAS é organizado em três níveis de proteção: básica, especial de média complexidade e especial de alta complexidade (Boscari; Silva, 2015).

Com a aprovação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) pelo CNAS no final de 2006, alcança-se o quinto marco legal. O SUAS seguiu sendo estruturado pelos diversos atores sociais, e nesse contexto histórico, ficou claro que as pessoas profissionais que compõem o sistema são essenciais para assegurar a proteção social (Prates, 2019). A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS representa um importante avanço na profissionalização da política de assistência social, visando assegurar aos usuários do Sistema Único de Assistência Social serviços públicos de qualidade. Suas diretrizes orientam a atuação de gestores das três esferas de governo, trabalhadores e representantes das entidades de assistência social, que enfrentam diariamente os desafios da implementação do SUAS (Brasil, 2011).

Do sexto ao nono marco legal, quatro decretos fortalecem a PNAS: Decreto 6.307 de 14 de dezembro de 2007 que trata dos benefícios eventuais instituídos na LOAS; Decreto 6.214 de 26 de setembro de 2007 que regulamenta o Benefício de Prestação Continuada (BPC) à pessoa com deficiência e a pessoa idosa; Decreto 6.308 de 14 de dezembro de 2007 que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social; Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê intersetorial de Acompanhamento e monitoramento (Prates, 2019).

A aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, foi o décimo marco legal (Prates, 2019). Essa normativa permitiu a padronização dos serviços de proteção social básica e especial em todo o país, definindo seu público-alvo, objetivos, conteúdos essenciais e resultados esperados para garantir os direitos socioassistenciais. Também estabeleceu diretrizes sobre provisões, formas de acesso, unidades de referência, funcionamento, abrangência, articulação em rede e regulamentações. A aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais representou um avanço significativo para a assistência social no Brasil, consolidando tipologias que fortalecem e ampliam a oferta e a garantia desses direitos (Brasil, 2013b).

O décimo primeiro marco legal foi a publicação da Resolução nº 39 de 9 de dezembro de 2010 do CNAS, que reordenou os benefícios no âmbito da assistência social e devolveu para a saúde o que lhe é de competência [...] em 2009, a assistência social já havia reordenado seus serviços e finalizado o processo de transição dos serviços de educação infantil para a área da educação. Ao repassar demandas que são de responsabilidade de outras políticas públicas, a assistência social afirma sua identidade, demarca sua finalidade e, com o tempo, pode deixar de ser aquela política pública para a qual todas as outras encaminham as próprias demandas (Prates, 2019, p. 42).

A elaboração do décimo segundo marco legal teve início em 2008, por meio de um projeto de lei (PL) que visava avançar na consolidação da assistência social como uma política pública de direitos. Esse marco legal começou com o PL nº 3.077/2008, que propunha a institucionalização do SUAS por meio de lei. Em 2011, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.435/2011, conferindo ao SUAS reconhecimento legal e garantindo sua implementação (Prates, 2019).

Desta forma, o SUAS representa um avanço na política de Assistência Social ao organizar e definir seus elementos fundamentais. Ele fortalece a gestão, assegura financiamento em todas as esferas de governo e normatiza a Assistência Social como política estatal. Além disso, o SUAS estabelece critérios para distribuição de recursos, articula serviços, programas e projetos, integra fundos, planos e conselhos, define indicadores e regulamenta a aplicação de recursos conforme as necessidades municipais, garantindo o monitoramento e avaliação da política (Boscari; Silva, 2015).

Por fim, o SUAS está em processo de concretização em cada município do Brasil. Além disso, é fundamental protegê-lo de gestões que possam não priorizar a

assistência social. Defender o SUAS vai além da preservação de um sistema; trata-se de garantir suporte a uma parcela significativa da população brasileira que, diante das transformações no mercado de trabalho, depende ainda mais dos serviços socioassistenciais para suprir suas necessidades básicas (Prates, 2019).

2. 2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA/PR

Em Curitiba, a Fundação de Ação Social (FAS) é responsável por coordenar e executar a política de assistência social, por meio de um conjunto integrado de serviços, programas, projetos, benefícios e ações de iniciativa pública e da sociedade civil, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no âmbito do Município de Curitiba (Curitiba, 2024a).

A FAS teve sua denominação e atribuições estabelecidas pela Lei Ordinária nº 7.671/1991, que reformulou a Fundação de Recuperação do Indigente (FREI), criada originalmente pela Lei Ordinária nº 2.585/1965. Essa reformulação resultou na Fundação de Ação Social, conforme a Lei Ordinária nº 8.155/1993 (Curitiba, s.d.), com sua última atualização estabelecida pela Lei nº 16.461/2024.

É relevante ressaltar que a lei que criou a FREI estabelecia em seu artigo 1º:

Fica autorizado o Executivo Municipal a instituir uma fundação, denominada Fundação de Recuperação do Indigente (FREI), destinada a dar assistência e possibilidades de recuperação aos pobres e desajustados sociais que perambulam pela cidade [...] (Curitiba, 1965).

Essa legislação reflete a concepção da assistência social da época, que operava como um mecanismo de controle social, reforçando a criminalização da pobreza, a imposição de padrões de ajustamento social e a segregação.

Com a consolidação da assistência social como política pública e a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social, ocorreu um avanço, uma transformação significativa no modelo de gestão. A LOAS estabelece uma nova estrutura institucional, com comando único, conselhos paritários de gestão e fundos financeiros em cada nível de governo, posicionando os Planos de Assistência Social (PAS) como ferramentas essenciais para promover práticas interventivas planejadas. Para garantir sua consolidação, a transferência de recursos financeiros federais para estados e municípios está condicionada à implementação do Conselho, do Fundo e do Plano (Brasil, 2008), conforme art. 30 da LOAS:

Art. 30. É condição para os repasses, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que trata esta lei, a efetiva instituição e funcionamento de: I - Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil; II - Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social; III - Plano de Assistência Social (Brasil, 1993).

O comando único implica a criação de um núcleo coordenador da política de assistência social em cada nível de governo, com um órgão executivo responsável por normatização, regulamentação, planejamento, execução e avaliação. Esse processo deve ser desenvolvido de forma integrada, com cooperação entre os governos, evitando duplicações e garantindo a unidade e continuidade das ações (Brasil, 2008).

Os Conselhos, como instâncias deliberativas e com composição paritária entre governo e sociedade civil, promovem a democratização da gestão, desafiando o modelo centralizado e tecnocrático, ampliando a participação e o controle social. A criação de Fundos Financeiros visa garantir orçamento específico para a implementação das ações, afastando a assistência social da dependência de recursos de outras áreas e introduzindo a prática de orçamentação própria para essa política. A exigência de Planos surgiu da necessidade de incorporar práticas planejadas na assistência social, fundamentadas em diagnósticos e estudos, com monitoramento e avaliação contínuos (Brasil, 2008).

Desta forma, as ações de assistência social são desenvolvidas de forma articulada entre as três esferas de governo, sendo responsabilidade da esfera federal a coordenação e a definição das normas gerais, enquanto os Estados, o Distrito Federal e os Municípios coordenam e executam os programas dentro de suas respectivas competências (Brasil, 1993).

Consequentemente, estados, municípios e o Distrito Federal possuem autonomia para se organizar por meio de suas normas, garantindo a adequação da legislação às especificidades regionais e assegurando um atendimento mais eficaz às necessidades locais, especialmente na assistência social (Brasil, 2015).

O SUAS reafirma que a descentralização não envolve apenas a transferência de responsabilidades para estados e municípios, mas também sua capacitação em áreas financeiras, gerenciais, de recursos humanos e administrativos, para garantir condições adequadas para suas funções. A descentralização é estruturada por meio da gestão intergovernamental (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e

novas relações entre governo e sociedade civil. Embora haja autonomia dos entes federados, ela exige novos modos de articulação entre as esferas governamentais para sua implementação eficaz (Brasil, 2008).

Sendo assim,

Cabe a cada ente organizar a assistência social por meio do sistema descentralizado e participativo, denominado SUAS, de acordo com sua competência, em consonância com a Constituição Federal e as normas gerais exaradas pela União, de forma a otimizar os recursos materiais e humanos, além de possibilitar a prestação dos serviços, benefícios, programas e projetos da assistência social com melhor qualidade à população (Brasil, 2015, p. 11).

A Política de Assistência Social, estruturada em um sistema único de caráter nacional, descentralizado e participativo, com comando específico em cada nível de governo, pressupõe um pacto federativo efetivo, com a definição clara de competências, garantindo o rompimento da fragmentação programática entre as esferas de governo e entre categorias ou segmentos sociais (Brasil, 2008).

Dos 399 municípios do Paraná, 312 já possuem regulamentação própria para a organização dos serviços de assistência social. No entanto, Curitiba, a capital do Estado, ainda não conta com essa normatização. Durante uma audiência pública na Câmara Municipal de Curitiba em 2023, a assistente social Denise Collin, Diretora da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional do Estado do Paraná, destacou esse dado para reforçar a necessidade de a capital paranaense também estabelecer uma norma específica para a área.

Curitiba não possui uma lei dizendo, aqui haverá a política de assistência e eu instituo esta política pública, o conselho, o fundo, a obrigatoriedade de ter um plano municipal plurianual, que vai funcionar com um conjunto de serviços [...] esta legislação que está no âmbito da FAS precisa chegar como proposta do Executivo para a câmara de vereadores [...] para ser uma política pública a gente tem alguns elementos que constituem, que determinam ser uma política pública. 1º – Ter uma atribuição específica e delimitada, isto tem que estar na lei. Você tem que criar um órgão que se responsabilize por fazer a gestão daquela política e dentro de uma capital não cabe mais a gente não ter uma secretaria. Porque as secretarias são órgãos específicos para gerir uma política pública. Quando você tem um órgão você diz qual a atribuição deste órgão, que serviços, programas, projetos, benefícios eles vão prestar, com qual responsabilidade, quais são as competências daquele órgão, e só ele tem esta competência num comando único (Denise Collin, Câmara de Curitiba, 2023).

“Regular o SUAS em Curitiba significa a gente tentar garantir a estabilidade desta política, enquanto política de Estado. A política não pode ser executada conforme o que pensa a pessoa que assume a gestão” (Dara Rosa, Câmara de Curitiba, 2023).

Embora Curitiba não possua uma legislação específica para regulamentar o SUAS e a Política de Assistência Social não seja gerida por uma Secretaria de Assistência Social — estrutura que conferiria maior identidade com a política de Estado —, mas sim por uma fundação com viés filantrópico, o município construiu, ao longo das últimas décadas, uma ampla rede de serviços de proteção social básica e especial. Esse sistema tem sido continuamente aprimorado para atender aos padrões de qualidade definidos por normativas nacionais, estaduais e municipais, garantindo um atendimento eficiente e eficaz às diversas demandas socioassistenciais (Curitiba, 2022).

A rede está distribuída pelas dez regionais da cidade e conta com a gestão da FAS, que coordena núcleos regionais, diretorias e assessorias responsáveis pela implementação de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais (Curitiba, 2022). A fundação também é responsável pela gestão do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), bem como coordena o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento das ações relativas à Política Nacional para a População em Situação de Rua em Curitiba (CIAMP).

O CIAMP foi instituído com a publicação do Decreto 7053/2009, tendo como função avaliar e monitorar as políticas públicas direcionadas à população em situação de rua. Em Curitiba, o Ciamp Rua foi criado em 2012, reunindo representantes do poder público, do sistema de justiça, de instituições da sociedade civil e de ensino, com o objetivo de acompanhar as ações e serviços destinados a esse público na capital (Curitiba, 2025a).

Para orientar a gestão e o aprimoramento dos serviços socioassistenciais em Curitiba no quadriênio 2022-2025, utiliza-se o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), que define as diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no município. O documento contempla os objetivos; diretrizes e prioridades; além do plano de ação; recursos materiais, humanos, mecanismos e fontes de financiamento, incluindo o Fundo Municipal de Assistência Social; monitoramento e avaliação.

Dentre os objetivos previstos no PMAS para a proteção social básica, destaca-se o fortalecimento do trabalho social com famílias no âmbito da Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) como estratégia de gestão, como foco nas mulheres, pessoas com deficiência, população LGBTI+, comunidades tradicionais,

visando prevenção das situações de risco, a garantia de direitos e proteção social (Curitiba, 2022).

No que diz respeito a proteção social especial de média e alta complexidade, ressaltam-se: a garantia de acesso aos serviços socioassistenciais e atendimento humanizado para acolhimento de mulheres trans e travestis; aprimorar a oferta dos serviços socioassistenciais de média e alta complexidade para pessoas em situação de rua; qualificar o atendimento prestado por servidores que atuam com a população em situação de rua para o desenvolvimento do trabalho social coletivo com indivíduos e famílias para o protagonismo dos usuários em situação de vulnerabilidade e risco social; produzir e sistematizar informações, construir indicadores e índices territorializados acerca das pessoas em situação de rua (Curitiba, 2022).

As diretrizes e prioridades do planejamento e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais devem seguir as normativas nacionais, estaduais e municipais que regulamentam o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ademais, é essencial que estejam alinhados às metas estabelecidas nos instrumentos de gestão acordados entre os três níveis de governo, bem como em conformidade com as prioridades definidas pelas instâncias deliberativas da política de assistência social (Curitiba, 2022).

O plano de ação estabelece as ações estratégicas, os responsáveis, os objetivos específicos, as metas, os indicadores, os prazos, os resultados esperados e a previsão orçamentária (Curitiba, 2022). Nesse contexto, destacamos as ações estratégicas voltadas à população LGBTI+, com ênfase em travestis e mulheres trans, em relação aos objetivos já mencionados; desenvolver o trabalho coletivo com grupos de famílias, por seu caráter preventivo, protetivo e proativo, com vistas a superação gradativa das vulnerabilidades sociais dos participantes; ofertar vagas em Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade Casa de Passagem, em parceria com Organizações da Sociedade civil, para atendimento as mulheres trans e travestis.

Embora reconheçamos que outros objetivos específicos e ações estratégicas do plano também contemplem a população LGBTI+, a inclusão explícita do termo é essencial para assegurar que essas pessoas, especialmente mulheres trans e travestis, tenham pleno acesso a essa política pública.

O PMAS detalha, em relação aos recursos materiais, a rede governamental de serviços socioassistenciais de Curitiba, incluindo a parceria com Organizações da Sociedade Civil (OSC) para a oferta desses serviços. Quanto aos recursos humanos, a rede socioassistencial de Curitiba é composta por equipes multiprofissionais nas áreas de gestão, controle social e serviços, em conformidade com as normas da NOB-RH/SUAS e as Resoluções nº 17/2011 e 09/2014 do CNAS (Curitiba, 2022).

Porém, o PMAS reconhece as dificuldades, tanto no setor público quanto no privado, para a adequação das equipes do SUAS às normativas vigentes. A pandemia agravou o déficit de profissionais devido a afastamentos, adoecimentos e falecimentos, exigindo medidas emergenciais, como o reordenamento provisório dos serviços e a contratação temporária por meio de processo seletivo simplificado, visando garantir a continuidade das ofertas socioassistenciais (Curitiba, 2022).

Para enfrentar essa questão, o plano prevê a recomposição das equipes da FAS por meio de um concurso público, com previsão de realização até 2024. No entanto, o concurso público nº 01/2022 já foi realizado em novembro de 2022, contemplando apenas a contratação de 65 educadores sociais e 2 técnicos de enfermagem em saúde pública.

O plano também aborda os Mecanismos e Fontes de Financiamento, apresentando as estimativas de receitas para o período de 2022 a 2025. Ele detalha o total de transferências da União, do Estado, do Município e dos recursos próprios do FMAS, com uma previsão de receitas para 2025 no valor de R\$99.426.000,00 (Curitiba, 2022). A Lei nº 16.483 de 27 de dezembro de 2024, que “Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Curitiba para o exercício financeiro de 2025”, estabelece em seu artigo 3º, inciso II, que o Orçamento da Seguridade Social será de R\$ 5.625.464.000,00. Desse total, R\$ 172.954.000,00 são destinados à Fundação de Ação Social, e R\$ 132.253.000,00 ao Fundo Municipal de Assistência Social (Curitiba, 2024b).

O Fundo de Assistência Social centraliza os recursos para financiar programas e serviços da área, com seu orçamento vinculado ao Plano de Assistência Social. Além das transferências intergovernamentais, é fundamental que municípios, estados e o Distrito Federal aloque recursos próprios de seus orçamentos fiscais para garantir a continuidade dos serviços e fortalecer a política de assistência social (Brasil, 2008).

No que diz respeito, a monitoramento e avaliação, o Plano Municipal de Assistência Social, vigente até 2025, deve ser monitorado e ajustado periodicamente para se adequar a imprevistos e desafios. Fatores como recursos materiais, humanos e orçamentários são essenciais, mas sujeitos a variações. A avaliação contínua do plano permite a adoção de novas estratégias, a otimização de recursos e garante transparência, fortalecendo o controle social (Curitiba, 2022).

Para a configuração da assistência social no contexto do SUAS, com atenções contínuas e permanentes, garantidas como direitos sociais, este processo se faz fundamental, permitindo uma intervenção progressivamente aperfeiçoada, parametrada por ganhos de autonomia e protagonismo de beneficiários, famílias e territórios – indicadores básicos a serem acompanhados que redundam em resultados previstos (Brasil, 2008, p. 64).

Sendo assim, a elaboração do Plano de Assistência Social possibilita a articulação de diversas negociações e interlocuções intra e intergovernamentais, considerando as diferentes definições, prioridades e propostas dos setores sociais envolvidos. Nesse contexto, reafirma-se seu caráter estratégico dentro de um processo que demanda mediações políticas e aproximações sucessivas à realidade a ser transformada, identificando as necessidades da população-alvo e os meios para sua superação. Assim, o Plano se configura como um instrumento dinâmico dentro desse processo, e não como um fim em si mesmo (Brasil, 2008).

Em síntese, a Política de Assistência Social em Curitiba tem apresentado avanços significativos, ao estruturar uma rede de serviços voltada para a proteção da população vulnerável. Contudo, ainda persiste desafios, como a ausência de regulamentação específica para o SUAS, a criação de uma secretaria dedicada à assistência social e a ampliação dos investimentos na área. A implementação de um marco regulatório municipal, alinhado às diretrizes nacionais e estaduais, é essencial para garantir a continuidade e a efetividade das ações. Além disso, é fundamental fortalecer os mecanismos de financiamento, realizar concursos públicos e valorizar os profissionais do setor, com o objetivo de assegurar direitos e impulsionar os avanços da política pública em Curitiba. Esses esforços devem estar alinhados ao compromisso com a equidade, a participação social e a construção de uma cidade mais justa e inclusiva.

2.3 PROTEÇÃO SOCIAL PARA TRAVESTIS E MULHERES TRANS EM SITUAÇÃO DE RUA EM CURITIBA/PR

A Política de Assistência Social tem como propósito atender indivíduos em situação de vulnerabilidade, incluindo aqueles em pobreza extrema, com quebra de vínculos familiares, ausência de moradia ou trabalho. Essa população depende da intervenção do Estado para garantir sua subsistência, o que reforça o princípio da assistência social de oferecer serviços a quem dela necessitar. Por essa razão, essa política é reconhecida como um dos pilares essenciais do sistema de proteção social no Brasil.

A inclusão da assistência social na Seguridade Social evidencia seu caráter de política de Proteção Social, integrada a outras políticas sociais voltadas à garantia de direitos e à promoção de condições dignas de vida (Brasil, 2005). Entende-se por Proteção Social as formas,

Institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. (...) Neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social. Ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades (Di Giovanni, 1998, p.10, apud Brasil, 2005).

Dessa forma, a assistência social representa um espaço de reconhecimento público da legitimidade das demandas das pessoas usuárias, além de favorecer o fortalecimento de seu protagonismo. A proteção social deve assegurar três dimensões fundamentais: a segurança de sobrevivência (garantindo renda e autonomia), a segurança de acolhida e a segurança de convívio ou vivência familiar (Brasil, 2005).

De acordo com a PNAS (2004), a proteção social é dividida em básica e especial. A proteção social básica visa prevenir situações de risco, promovendo o desenvolvimento de potencialidades, aquisição de recursos e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Ela é voltada para a população em situação de vulnerabilidade social, resultante da pobreza, privação (como a falta de renda, acesso limitado ou inexistente aos serviços públicos, entre outros) e/ou fragilização dos vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, como discriminação por idade, etnia, gênero, deficiência, entre outras formas de exclusão.

A proteção básica envolve serviços, programas e projetos locais voltados para o acolhimento, convivência e socialização, com base nas necessidades específicas

de cada indivíduo ou família. Os serviços de proteção social básica serão oferecidos diretamente nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em outras unidades públicas de assistência social, além de forma indireta por meio das entidades e organizações de assistência social situadas na área de abrangência dos CRAS (Brasil, 2005).

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (Brasil, 2005, p. 37).

A proteção social especial divide-se em média e alta complexidade. A média complexidade atende indivíduos e famílias com direitos violados, mas que mantêm vínculos familiares e comunitários. Requer abordagem especializada e acompanhamento sistemático e monitorado. Inclui o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que promove orientação e convívio sociofamiliar e comunitário, diferenciando-se da proteção básica por focar em situações de violação de direitos (Brasil, 2005).

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que asseguram proteção integral, incluindo moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido, para famílias e indivíduos que estão sem referências ou em situação de risco, necessitando ser afastados de seu núcleo familiar e/ou comunitário (Brasil, 2005).

Neste contexto estão as pessoas em situação de rua. Sua condição não deve ser vista como resultado de escolhas individuais, cujas soluções se baseiam apenas em esforço pessoal e solidariedade. Trata-se de cidadãos e cidadãs cujos direitos sociais são frequentemente negados. A falta de acesso à renda, trabalho, moradia, saúde e outros direitos contribui diretamente para a situação de rua (Hack, 2022).

Uma das grandes conquistas para essa população foi a aprovação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, por meio do Decreto 7.053/2009 (Brasil, 2009). Este documento reafirma os direitos dessa população e destaca a necessidade de integrar diversas políticas públicas para garantir que esses direitos sejam efetivamente realizados (Hack, 2022).

De forma geral, a política pública responsável pelo atendimento social da população em situação de rua é a política de assistência social, devido à condição

em que se encontram, em consonância com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Política Nacional para a População em Situação de Rua, entretanto outras políticas também devem ser consideradas para garantir a efetividade dos direitos da população em situação de rua e para promover a superação dessa problemática, como a habitação, segurança, educação, saúde, trabalho, cultura, esportes, entre outras (Hack, 2022).

Em Curitiba, no que se refere ao atendimento à População em Situação de Rua, a Diretoria de Atenção à População em Situação de Rua, criada em 2018, bem como a Política Municipal Intersectorial de Atenção à População em Situação de Rua, publicada pelo Decreto 1716/2019 fundamenta-se na Política Nacional para a População em Situação de Rua, conforme disposto no artigo 1º, parágrafo único:

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009).

Para isso, são disponibilizados espaços de atendimento e acolhimento, como os CREAS, Casas de Passagem, Unidades de Acolhimento Institucional, Abordagem Social 24 horas para atendimento e encaminhamentos pela Central de Encaminhamentos Social – CES, Casa da Acolhida e do Regresso – CAR, Centros Pop e Hotéis Sociais. Todos os serviços têm como objetivo contribuir para a construção de novos projetos de vida e proporcionar condições de acolhimento na rede socioassistencial.

No que diz respeito a população de travestis e mulheres trans em situação de rua, no dia 15 de dezembro de 2022 a Fundação de Ação Social, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, publicou o Edital 48/2022 para a realização de um pregão eletrônico com o seguinte objeto:

Prestação de serviços para oferta de hospedagem/hotelaria/diária e pernoite, de até 20 (vinte) pessoas, em pobreza extrema, com vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional ou regular, e que utiliza os logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, com ou sem deficiências, entre 18 (dezoito) e 59 (cinquenta e nove) anos, excepcionalmente acima de 60 (sessenta) do gênero transmulher e travestis, na região central do município de Curitiba, com fornecimento de almoço, jantar e café da manhã, para atender a demanda junto à Fundação de Ação Social. (Curitiba, 2023a).

Em 23 de janeiro de 2023, a Fundação de Ação Social assinou o contrato nº 213 com o Pensionato Universitário LTDA – ME, com o objetivo de implementar o Hotel Social, destinado ao acolhimento de 20 travestis e mulheres trans (Curitiba, 2023a). Este é o primeiro hotel do estado voltado especificamente para essa população, oferecendo hospedagem 24 horas.

Segundo a Prefeitura de Curitiba (2023b), além da hospedagem e alimentação, o hotel realiza atividades voltadas ao encaminhamento das acolhidas para o mercado de trabalho, além de promover rodas de conversa sobre saúde, educação, habilidades sociais e trabalho, abordando temas relevantes para essa população. O projeto conta com a parceria da Assessoria de Direitos Humanos da Prefeitura de Curitiba, que contribui na formação, capacitação e articulação com a rede de atendimento e voluntários da sociedade civil.

A Presidente da FAS na época, Maria Alice, explicou que a criação do hotel surgiu a partir da necessidade identificada durante os atendimentos a pessoas em situação de rua na capital, “as mulheres transgêneros e travestis sofrem com a violação de direitos, muitas vezes não conseguem acessar serviços, são expulsas de casa e não conseguem ser inseridas no mercado de trabalho” (Curitiba, 2024c, n.p.).

É importante destacar que o contrato inicial prevê a prestação de serviços por um período de 120 dias, de 25/01/2023 a 24/05/2023 (podendo ser prorrogado), com um valor global de até R\$ 249.000,00 (duzentos e quarenta e nove mil reais). O pagamento, efetuado em parcelas mensais, conforme a quantidade de diárias utilizadas no mês, respeitando o limite de 20 (vinte) diárias por dia/noite. O valor estabelecido por diária utilizada e/ou devidamente justificada é de R\$ 103,75 (cento e três reais e setenta e cinco centavos) (Curitiba, 2023a).

O contrato foi prorrogado, e o último termo aditivo 05 ao contrato nº 213 (213/05) ampliou a vigência do serviço para 12 (doze) meses, de 18/07/2024 a 17/07/2025, com possibilidade de nova prorrogação. O valor global para esse período foi ajustado para R\$ 991.066,25 (novecentos e noventa e um mil, sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos). No entanto, a partir de 15/12/2024, houve um reajuste contratual, elevando o valor total para até R\$ 1.019.500,00 (um milhão, dezenove mil e quinhentos reais), o que resultou em um novo valor de diária de até R\$ 113,90 (cento e treze reais e noventa centavos) (Curitiba, 2025b).

A unidade está localizada em um imóvel no Centro de Curitiba que anteriormente funcionava como hotel para turistas, possibilitando que as acolhidas tenham quartos com banheiros individuais. Além disso, recebem alimentação balanceada — café da manhã, almoço e jantar — supervisionada por uma nutricionista, assim como ocorre nas demais unidades de acolhimento mantidas pelo município para homens e mulheres cisgênero (Curitiba, 2024c). Atualmente, 15 travestis e mulheres trans estão acolhidas no Hotel Social Eliat, com um período inicial de permanência de 6 meses, passível de prorrogação conforme a avaliação da técnica de referência da usuária.

Assim, a política de assistência social se estabelece como uma das principais ferramentas para o desenvolvimento de estratégias e alternativas no enfrentamento da questão social, com ênfase na população em situação de rua, especialmente travestis e mulheres trans. Iniciativas como o Hotel Social Eliat reforçam o compromisso com a equidade e a inclusão dessa população. Contudo, é fundamental defender as diretrizes do SUAS para assegurar os direitos dessas usuárias, frente ao avanço da privatização dos serviços públicos e à precarização dos serviços sociais, impulsionados pela tendência neoliberal no campo da proteção social.

3. O SERVIÇO SOCIAL E POPULAÇÃO TRANS

Este capítulo explora o papel do Serviço Social no enfrentamento dos impactos da colonialidade na realidade vivida pelas travestis e mulheres trans. Na primeira seção, discute a atuação do Serviço Social na Defesa intransigente dos Direitos Humanos, princípio fundamental do Código de Ética profissional que orienta toda sua prática. Em seguida, apresenta os desafios enfrentados pela profissão diante da transfobia estrutural, destacando suas implicações e limites. Por fim, apresenta possibilidades e estratégias para a superação das estruturas coloniais, propondo novas perspectivas para a atuação profissional. Desta forma, o capítulo pretende fomentar uma reflexão crítica sobre a atuação do Serviço Social frente à colonialidade, fortalecendo o compromisso ético-político da profissão e promovendo estratégias para enfrentar a transfobia estrutural e garantir direitos a travestis e mulheres trans.

3.1 O SERVIÇO SOCIAL NA DEFESA INTRANSIGENTE DOS DIREITOS HUMANOS

A noção de Direitos Humanos evoluiu ao longo da história, abrangendo direitos básicos, civis e políticos. Após a Segunda Guerra Mundial, os horrores do conflito destacaram a importância da dignidade humana, levando à criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945. Em 1948, a ONU aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, um marco importante, embora sem força legal, servindo como recomendação aos países membros. Apesar dos avanços, ainda existem desafios para garantir a plena efetivação desses direitos essenciais à dignidade humana (Sales et al., 2019).

Para analisar a relação do Serviço Social com a defesa dos direitos humanos e a ampliação do acesso rumo a uma sociedade emancipada, é essencial resgatar, ainda que brevemente, a trajetória histórica do Serviço Social brasileiro, uma “profissão, particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade” (Iamamoto, 2000, p. 22), sendo legitimado pelo Estado ao longo do desenvolvimento do capitalismo monopolista (Sales et al., 2019).

O Serviço Social no Brasil surgiu na década de 1930, com a criação da primeira escola da área em São Paulo, em 1936, de tradição católica e hoje parte da

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. No mesmo período, foi fundado no Rio de Janeiro o Instituto de Educação Familiar e Social, também ligado a esse ideário religioso. Com a consolidação da profissão de assistente social, a sociedade brasileira passou a testemunhar o surgimento das primeiras instituições assistenciais no país, marcadas pela inserção desse profissional em suas práticas (Albonette, 2017).

Além dos interesses da Igreja, outro fator que impulsionou o desenvolvimento da profissão foi o avanço da industrialização no Brasil a partir da década de 1930 (Albonette, 217). Com esse processo de industrialização e urbanização, a questão social se intensificou, sendo interpretada como um problema moral, embora refletisse as contradições inerentes ao capitalismo (Sales et al., 2019).

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2000, p. 26).

Consequentemente, a abordagem da questão social proporciona uma perspectiva para analisar a estrutura da sociedade e a realidade vivida pela maior parte da população. Ela evidencia as desigualdades entre os trabalhadores e os proprietários dos meios de produção, tanto no que se refere ao acesso a direitos quanto às condições de vida. Além disso, busca investigar as desigualdades e explorar formas de enfrentá-las, compreendendo suas origens e os efeitos que provocam na sociedade e na subjetividade dos indivíduos (Machado, 1999).

A industrialização trouxe impactos significativos para a classe trabalhadora, que, atraída pelas oportunidades nas fábricas, migrou para os grandes centros urbanos, rompendo com o modelo agrário-exportador. Esse crescimento desordenado resultou na precarização das moradias, na falta de saneamento básico e na disseminação de doenças. Além disso, os efeitos da Primeira Guerra Mundial, como a redução das exportações e o aumento da migração, aprofundaram a crise entre os segmentos sociais mais vulneráveis (Albonette, 2017).

A influência dos dogmas europeus no processo de formação da sociedade brasileira – logo, das profissões exercidas no país – incide fortemente no serviço social e no seu pensar e agir no cotidiano profissional, a destacar o modelo franco-belga, inicialmente adotado em nosso país. Prevaleceu, nesse contexto, o modo de formação resultante do legado de São Tomás de Aquino (tomismo), e a profissão se mobilizou para promover as ações da Igreja Católica e sua prática doutrinária. O conservadorismo e a orientação funcionalista são prementes nesse período [...] a partir da década de 1940,

porém, o modelo europeu franco-belga cedeu lugar ao modelo norte-americano. Serviços de intercâmbio acadêmico oferecidos entre os Estados Unidos da América e o Brasil possibilitaram que assistentes sociais brasileiros fossem aprender naquele país, o que resultou em uma ênfase a ações de filantropia e ajuste social (Albonette, 2017, p. 26).

O trabalho do assistente social em ambos os períodos, seguiu influências filosóficas positivistas e, posteriormente, fenomenológicas, buscando ajustar o indivíduo à sociedade ou responsabilizá-lo por seu desalinho. Isso agravou a situação dos explorados e fortaleceu a mobilização dos trabalhadores brasileiros por melhores condições. Como consequência, surgiram políticas sociais que, embora limitadas, trouxeram algum alívio à classe trabalhadora por um período (Albonette, 2017).

Na década de 1960, na América Latina, o Serviço Social passou por um processo de redemocratização em meio à Ditadura Militar e à Autocracia Burguesa. Em 1965, surgiu o Movimento de Reconceituação, visando romper com o conservadorismo e renovar a profissão. Essa iniciativa se desenvolveu em três dimensões: a modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura, com possibilidade de aproximação ao marxismo (Sales et al., 2019).

A Perspectiva Modernizadora foi a primeira fase do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, ganhando força durante a crise do tradicionalismo da profissão. Seu principal objetivo foi adaptar o Serviço Social às demandas sociopolíticas geradas pelo golpe militar.

[...] uma perspectiva modernizadora para as concepções profissionais — um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-1964. Trata-se de uma linha de desenvolvimento profissional que, se encontra o auge da sua formulação exatamente na segunda metade dos anos 1960 — seus grandes monumentos, sem dúvidas, são os textos dos seminários de Araxá e Teresópolis —, revelar-se-á um eixo de extrema densidade no evoluir da reflexão profissional: não só continuará mobilizando energias nos anos seguintes como, especialmente, mostrar-se-á aquele vetor de renovação que mais fundamentalmente vincou a massa da categoria profissional (Netto, 2017, p.157).

A segunda perspectiva trazida por Netto (2017) é a reatualização do conservadorismo que se manifesta no interior da complexa dialética de ruptura e continuidade com o passado profissional, sem prejuízo dos elementos renovadores que apresenta. No processo de Reatualização do Conservadorismo, busca-se aprimorar as práticas profissionais antigas, adequando-as às novas exigências do

perfil profissional, com um viés mais crítico que permita adaptar-se às novas práticas.

Vale destacar que o conservadorismo não foi eliminado do Serviço Social pela perspectiva modernizadora; ela focou especialmente no aspecto reformista, ajustando suas práticas às novas exigências impostas pela "modernização conservadora" (Netto, 2017). Nessa perspectiva de retualização do conservadorismo,

[...] a demanda do aporte do pensamento fenomenológico surge como a faceta mais proeminente das colocações significativas dos autores que se inscrevem na perspectiva de reatualização do conservadorismo. É efetivamente a remissão ao influxo da fenomenologia que emerge como uma das principais balizas diferenciadoras da contribuição desta perspectiva no processo de renovação profissional (Netto, 2017, p. 202-203).

. Em resumo, a Reatualização do Conservadorismo não trouxe mudanças profundas na prática profissional, mantendo algumas práticas conservadoras em seu interior.

A terceira direção no processo de renovação do Serviço Social no Brasil é a perspectiva de intenção de ruptura com o Serviço Social "tradicional". Diferentemente das anteriores, ela se baseia em uma crítica sistemática ao modelo tradicional e aos seus fundamentos teóricos, metodológicos e ideológicos (Netto, 2017). Essa perspectiva "deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas; esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático profissionais" (Netto, 2017, p. 236).

Essa perspectiva se opõe à autocracia burguesa e é marcada pela formação de uma massa crítica de assistentes sociais que buscam alternativas para superar as práticas tradicionais. Sua origem está no método Belo Horizonte, criado por jovens profissionais da Universidade Católica de Minas Gerais, com foco em renovar o Serviço Social. Destaca-se também pelo fortalecimento do marxismo, especialmente o "marxismo acadêmico", durante a crise da ditadura militar (Netto, 2017).

Neste contexto, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, que aconteceu em 1979 em São Paulo, ficou conhecido como o "Congresso da Virada", pois representou um marco na ruptura com o conservadorismo (Sales et al., 2019). Sendo assim,

O movimento de reconceituação, tal como se expressou em sua tônica dominante na América Latina, representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente. O exame da primeira aproximação do Serviço Social latinoamericano à tradição marxista se impõe como um contraponto necessário à análise do debate brasileiro contemporâneo. O propósito é tão-somente situar aquele movimento na sua gênese, tendo em vista analisar posteriormente o tipo de relação com ele estabelecida pela produção brasileira do Serviço Social nos anos 1980 (Iamamoto, 2000, p. 205).

Marcado pela contestação ao tradicionalismo profissional, esse movimento “implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ideológicos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*” (Iamamoto, 2000, p. 205-206).

Na década de 1980, teve início a construção do Projeto Ético-Político Profissional, pautando-se em três marcos relevantes: o Código de Ética (1993)²⁰, a Lei de Regulamentação (Lei nº 8.662/1993) e as Diretrizes Curriculares (1996). O CEP/1993 trouxe uma nova dimensão ética para a profissão, com caráter normativo e jurídico. Ele estabelece parâmetros para o exercício profissional, difundindo direitos e deveres dos assistentes sociais, evidenciando seu amadurecimento teórico e político. O código reafirma o compromisso da categoria com a classe trabalhadora e com a construção de uma nova sociedade (Sales et al., 2019).

Desta forma, o código de ética,

Se organiza em torno de um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, oferecem parâmetros para a ação cotidiana e definem suas finalidades ético-políticas, circunscrevendo a ética profissional no interior do projeto ético-político e em sua relação com a sociedade e a história (Barroco; Terra, 2012, p. 53).

“Ao se falar em direitos humanos no âmbito do Serviço Social enfatiza-se a busca da concepção crítica dos direitos humanos” (Klazura, 2017, p. 31). A aproximação do Serviço Social com os Direitos Humanos na década de 1990, se manifesta no princípio que defende de maneira intransigente²¹, a garantia desses direitos como aspecto essencial para o exercício profissional. No entanto, esse processo é marcado por contradições e desafios impostos pela sociabilidade capitalista, no contexto da produção e reprodução social (Sales et al., 2019).

²⁰ Ao longo da história da profissão, diversos códigos foram instituídos antes do de 1993. O primeiro foi elaborado em 1947 e passou por revisões em 1965 e 1975. Em 1986, um novo código foi criado, trazendo mudanças significativas, ao reafirmar a liberdade, superar o tradicionalismo e rejeitar a perspectiva ética conservadora (Sales et al., 2019).

²¹ II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo (CEP, 1993).

Esse princípio fundamental do Código de Ética dos/as assistentes sociais reafirma a legitimidade desses profissionais como trabalhadores engajados na defesa, construção e ampliação dos direitos humanos. Mesmo em um sistema capitalista que perpetua desigualdades, exalta a meritocracia e prioriza a liberdade voltada à proteção da propriedade, é essencial que a defesa dos direitos humanos não se limite ao âmbito normativo, mas se concretize na prática profissional (Klazura, 2017). Sendo assim, compreender os Direitos Humanos no Código de Ética exige vinculá-los à ética e à orientação social do código, considerando sua história e os desafios dentro da sociedade capitalista (Barroso; Terra, 2012).

Destaca-se que os direitos humanos são fruto de conflitos entre diversos interesses presentes na sociedade. Assim, sua construção ocorre por meio das lutas sociais (Klazura, 2017). Desta forma,

Direitos não são algo dado por uma esfera sobrenatural, nem tampouco advindos da natureza ou de uma suposta igualdade inata entre todos os seres humanos. São resultado de lutas históricas, de conflitos de interesses, de ações dos movimentos sociais, do Estado, dos poderes públicos, das classes e de segmentos heterogêneos e internos a elas (Ruiz, 2014, p. 244-245, apud Klazura, 2017, p. 32).

Essa abordagem crítica em relação aos direitos humanos consolidou-se no Serviço Social através de um processo de amadurecimento coletivo da profissão. Atuando nas expressões da questão social, o Serviço Social enfrenta as dinâmicas de classe no capitalismo, que se manifestam de diferentes maneiras na violação dos direitos humanos (Klazura, 2017).

Em síntese, os Direitos Humanos são fundamentais para o Serviço Social, que tem como princípio a defesa desses direitos. A assistente social atua contra as violações resultantes do sistema capitalista, sendo o Estado, muitas vezes, um dos principais agentes dessa violação, seja por ação ou omissão. Assim, sua atuação busca garantir, ampliar e consolidar a cidadania por meio da efetivação dos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais. Além disso, o Serviço Social se mantém firme na luta contra violações e na desconstrução de estereótipos relacionados ao tema (Sales et al., 2019). Os direitos das pessoas trans, são sem dúvida, direitos humanos!

3.2 DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA TRANSFOBIA ESTRUTURAL

Nas últimas décadas, o Serviço Social brasileiro tem enfrentado um cenário marcado por profundas mudanças sociais, resultando em diversas transformações. Essas alterações impactaram a estrutura familiar, dando origem a novos arranjos, e provocaram significativas reconfigurações no mundo do trabalho. Além disso, evidenciaram múltiplas expressões da questão social, manifestadas em diferentes formas de desigualdade baseadas em gênero, raça, classe e etnia. (Tenenblat, 2018)

Nesse contexto, também se fizeram presentes indagações pertinentes à transgeneridade, denotando um esforço intrínseco no enfrentamento das questões relacionadas à exclusão social (Marinho, 2017). Ao analisar a atuação dos assistentes sociais junto às demandas relacionadas à transgeneridade, “cujo enfrentamento exige da profissão maior densidade teórico-metodológica” (Tenenblat, 2018, p. 4), é necessário repensar as técnicas, os modelos de intervenção e produção de conhecimento, visando romper com as estruturas opressivas que invisibilizam e negam direitos a estes corpos.

Sendo assim, “para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos” (Iamamoto, 2000, p. 20). Ampliar o olhar para além do Serviço Social é essencial para romper tanto com uma abordagem burocrática, repetitiva e limitada, que dificulta a busca por inovações na prática profissional, quanto com uma visão distorcida da realidade, que resulta em ações ineficazes. Ambas têm em comum o afastamento da história e dos processos sociais contemporâneos, comprometendo a atuação transformadora da profissão (Iamamoto, 2000).

Ao considerarmos o significado social da profissão, compreendida no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, torna-se urgente compreender que a atuação profissional com pessoas trans traz novas demandas ao Serviço Social, como o enfrentamento à transfobia estrutural e ao sexismo, promoção da cidadania para a população trans, intervenção nas novas configurações e múltiplas expressões da questão social, a consideração do gênero como uma categoria analítica na compreensão da vida social e, acima de tudo, a busca pela perspectiva de que a prática e a formação profissional devem estar em sintonia com a realidade em constante transformação (Marinho, 2017).

Além disso, a nova dinâmica do capitalismo e a ofensiva neoliberal contra a classe trabalhadora impõe mudanças significativas na relação entre o Estado e a sociedade civil, redefinindo o modo de responder às manifestações da questão social e afetando a garantia de direitos, o que também provoca profundas consequências na atuação profissional (Tenenblat, 2018).

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (Iamamoto, 2000, p. 20).

Nesta conjuntura, o debate sobre diversidade de gênero é de grande importância para o Serviço Social, tanto em sua prática profissional quanto na produção acadêmica. Essa relevância se destaca, especialmente, devido à baixa visibilidade desse campo de atuação em relação à população trans, à limitada sistematização das práticas profissionais e à ainda reduzida, embora crescente, produção acadêmica sobre o tema (Marinho, 2017).

. Em eventos científicos do Serviço Social, as discussões sobre a identidade de gênero têm como marco o 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) de 2013 na cidade de Águas de Lindoia. Em 2015, o CFESS – Conselho Federal de Serviço Social realizou o primeiro ‘Seminário Nacional intitulado Serviço Social e Diversidade Trans’, no qual se debateu a atuação da categoria profissional de assistentes sociais com a população trans; no 15º CBAS de 2016 em Olinda (PE), ocorreu, pela primeira vez, uma sessão temática com o tema identidade de gênero (Marinho, 2017).

Todo esse cenário de debate sobre o tema no Serviço Social está alinhado à relação intrínseca entre teoria e prática, pois a discussão não pode estar dissociada das questões da vida cotidiana e política (Marinho, 2017). Neste contexto, é importante destacar que as questões relacionadas à transgeneridade fazem parte do cotidiano do Serviço Social em diversos espaços sócio-ocupacionais, como na assistência social, saúde, educação, entre outros (Tenenblat, 2018).

Assistentes sociais não só atendem a população trans, nos espaços de trabalho, como há profissionais travestis, mulheres e homens trans e pessoas não binárias. Neste sentido, a Resolução 489/06 do CFESS, “estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social,

regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional”. Já a Resolução 785/216 do CFESS, “Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e da/do assistente social transexual no Documento de Identidade Profissional”.

No âmbito da assistência social, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) opera de forma integrada com as políticas setoriais, levando em conta a dinâmica socioterritorial para enfrentar vulnerabilidades e riscos sociais. Seu papel é fundamental na promoção dos direitos sociais e da cidadania de travestis e mulheres trans, assegurando o acesso a ações, programas, projetos, benefícios e serviços oferecidos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

No campo da saúde, o trabalho dos(as) assistentes sociais é fundamental no Processo Transexualizador do SUS, especialmente ao orientar as pessoas usuárias para redes de apoio; garantindo acesso a medicamentos; Tratamento Fora do Domicílio (TFD); encaminhamento para abrigos; entre outros serviços. No entanto, é como membros das equipes multidisciplinares – conforme estabelecido na Portaria do Ministério da Saúde nº 2.803/2013, que redefine e expande esse processo no SUS (Brasil, 2013a) – que esses profissionais desempenham um papel crucial na efetividade das ações e no adequado funcionamento do fluxo do atendimento (Tenenblat, 2018). Além disso, a Resolução 845/2018 do CFESS, dispõe sobre a atuação profissional das/os profissionais em relação ao processo transexualizador.

O trabalho do/a assistente social na saúde também é fundamental para a consolidação do sistema de saúde brasileiro, sendo reconhecido em documentos como as Resoluções nº 218/1997 (CNS) e nº 383/1999 (CFESS). As pessoas assistentes sociais, como profissionais da área, atuam na defesa da equidade, no desenvolvimento de práticas interdisciplinares e no incentivo à participação popular, visando garantir o acesso universal a bens e serviços a todas as pessoas, de acordo com a concepção ampliada de saúde.

No contexto educacional, a implementação da Lei nº 13.935/2019 que “Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica” (Brasil, 2019), reforça a importância da atuação de assistentes sociais na área da Educação, seja diretamente nas escolas ou na gestão dos sistemas públicos educacionais. Este trabalho é fundamental para garantir a universalização da educação como um direito fundamental para todas as pessoas,

incluindo travestis e mulheres trans, frequentemente afetadas pela transfobia, que contribui para sua expulsão escolar.

A reflexão sobre essas áreas de atuação requer a lembrança de que a proposta pedagógica de intervenção da profissão deve estar alinhada ao projeto ético-político profissional, que se contrapõe ao modelo societário vigente. Assim, é essencial reafirmar os princípios expressos em nosso Código de Ética Profissional (1993), pois ele delinea nosso projeto profissional e estabelece as diretrizes éticas fundamentais da profissão (Marinho, 2017). Nossa prática deve estar orientada por esses princípios; reconhecimento da liberdade como valor ético central; defesa intransigente dos direitos humanos; ampliação e consolidação da cidadania; posicionamento em favor da equidade e justiça social; empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade; exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2012).

Sendo assim, o cenário de transformações sociais impôs desafios aos assistentes sociais, exigindo estratégias inovadoras para combater a transfobia e outras discriminações de gênero e sexualidade. O compromisso com os princípios ético-políticos exige a eliminação de preconceitos sem vitimizar ou tutelar a população trans (Tenemlat, 2018).

Destarte, essas reflexões são essenciais para pensar o Serviço Social sob uma perspectiva ampla, especialmente ao considerar a ofensiva conservadora no cenário contemporâneo brasileiro, em um contexto de crise do capital. O panorama atual de ameaças reais aos direitos conquistados por mulheres, pessoas negras e LGBTI+ impõe desafios ao projeto ético-político da profissão de assistentes sociais. Compreender essa realidade em formação é uma condição indispensável para uma intervenção profissional comprometida com a construção de uma sociedade livre da dominação e exploração de classe, gênero e raça/etnia (Marinho, 2017).

3.3 ROMPENDO COM AS ESTRUTURAS COLONIAIS: PERSPECTIVAS PARA UM NOVO OLHAR PROFISSIONAL

O Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo, surgindo como resposta a necessidades históricas das classes sociais na produção de seus meios

de vida. Seu significado está atrelado à dinâmica entre as classes e o Estado no enfrentamento da questão social. Compreendê-lo exige romper com um profissionalismo restrito e situá-lo no contexto mais amplo dos movimentos sociais, permitindo uma visão crítica sobre sua origem, evolução e possibilidades (Iamamoto, 2000).

Sabe-se que o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social buscou fortalecer um perfil profissional mais crítico, promovendo uma nova abordagem para a orientação e o redimensionamento da prática profissional. O assistente social assume o papel de intervir diante das manifestações da questão social.

A descoberta do marxismo pelo Serviço Social latino-americano contribui decisivamente para um processo de ruptura teórica e prática com a tradição profissional [...]. Supõe uma consciência teórica capaz de possibilitar a explicação do processo social e o desvelamento das possibilidades de ação nele contidas [...]. Exige, para a sua construção, uma interlocução crítica com o conhecimento científico acumulado (Iamamoto, 2000, p. 210-211).

Desta forma, o movimento de reconceitualização foi um marco decisivo na revisão crítica do Serviço Social. No entanto, suas origens, profundamente enraizadas na modernidade, refletem a influência das instituições políticas, econômicas, sociais e culturais desse período. Como resultado, a identidade profissional e disciplinar do Serviço Social ainda carrega legados coloniais que precisam ser analisados, debatidos e, idealmente, descolonizados. Esse processo é essencial, pois impacta indivíduos, grupos, coletivos, comunidades e povos, que, mobilizados por suas demandas e identidades, buscam uma participação ativa na transformação e emancipação social (Hernández, 2018a, apud Barbosa, 2023).

A decolonialidade levanta questões que, em maior ou menor grau de intensidade, dialogam com a teoria crítica marxista, e têm ampliado as reflexões sobre as problemáticas individuais e coletivas da realidade contemporânea, revelando aspectos fundamentais do processo de dominação capitalista, imperialista, colonialista, eurocêntrico, racista e cisheteropatriarcal (Barbosa; Sousa; Freitas, 2022).

Ao se posicionar como uma abordagem crítica, a decolonialidade desafia o Serviço Social a repensar sua própria atuação, uma vez que a trajetória da profissão está profundamente vinculada a estruturas eurocêntricas e fundamentada em relações de poder, privilégio, branquitude e opressão de gênero (Barbosa, 2023).

Como parte de um processo contínuo, a descolonização do Serviço Social deve contaminar a formação, pois requer um esforço concentrado para

desconstruir as estruturas das heranças coloniais, a fim de reimaginar e mudar a educação e a prática de Serviço Social (Barbosa, 2023, p. 173).

Dessa forma, é viável utilizar a profissão como um meio para abordar e questionar os discursos hegemônicos de natureza etno/eurocêntrica, racistas, cis-heteronormativos, transfóbicos e xenofóbicos. Esses discursos tendem a subalternizar, estereotipar e marginalizar corpos dissidentes, bem como outras formas de existir, criar e gerir subjetividades e epistemologias (Barbosa, 2023).

O arcabouço teórico do pensamento decolonial amplia o espectro conceitual necessário para analisar a questão social e coloca em debate novos enfoques sobre antigas questões invisibilizadas historicamente, promovendo articulações complexas sobre classe, raça, gênero e sexualidade (Barbosa, 2023, p. 175).

Em síntese, a transformação social deve ocorrer em diversas dimensões, incluindo a própria atuação do Serviço Social brasileiro. Isso exige uma reflexão profunda sobre as desigualdades e violências estruturais que afetam grupos marginalizados, especialmente travestis e mulheres transexuais em seus territórios de convivência.

A decolonização do Serviço Social implica um questionamento crítico da profissão, ampliando a compreensão para além do binarismo de gênero, desconstruindo estereótipos e preconceitos e valorizando as vivências e saberes das pessoas trans como fundamentais para a mudança social. Esse processo busca romper com estruturas opressivas e promover uma sociedade pautada na inclusão, diversidade e equidade.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados e analisados os resultados da pesquisa empírica realizada com as travestis e mulheres trans acolhidas no Hotel Social Eliat. A primeira seção dedica-se ao perfil socioeconômico das participantes, abordando aspectos relevantes como idade, identidade de gênero, cor/etnia, escolaridade, profissão, ocupação, tempo em situação de rua. Na sequência é explorada a trajetória de vida das travestis e mulheres trans entrevistadas, com o objetivo de estabelecer os principais obstáculos enfrentados por essa população em situação de rua em Curitiba na busca por visibilidade e inclusão social.

Para a realização da pesquisa, foi conduzido um estudo de campo com seis (6) travestis e mulheres trans em situação de rua que estão acolhidas no Hotel Social Eliat, utilizando o método da história oral que contribui para as ciências sociais e para o Serviço Social, através da modalidade trajetórias de vida. Os instrumentos de coleta de dados utilizados nesta pesquisa foram o questionário respondido por quatro (4) participantes e a entrevista semiestruturada em profundidade, foi realizada com duas (2) participantes. A pesquisa foi realizada na cidade de Curitiba, tendo como cenário o Hotel Social Eliat.

Considerando que a história oral é um estudo aprofundado, foi elaborado um perfil socioeconômico de todas as seis (6) participantes que aceitaram integrar a pesquisa. Em seguida, foi conduzido um estudo mais detalhado e em profundidade, com duas (2) participantes significativas da pesquisa, que estão no Hotel Social há mais tempo, o que possibilitou uma compreensão mais ampla das dificuldades enfrentadas para superar a situação de rua.

O contato direto com as travestis e mulheres trans aconteceu na sede do Grupo Dignidade, onde elas recebem atendimento regularmente. Nesta fase da pesquisa de campo, após a obtenção da autorização por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o questionário e as entrevistas foram realizados na sala de atendimento do Serviço Social do Grupo Dignidade, um ambiente seguro e reservado. A análise visa proporcionar uma compreensão aprofundada das realidades vivenciadas por essas pessoas frente às vulnerabilidades sociais e econômicas e à discriminação.

4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS TRAVESTIS E MULHERES TRANS

Nesta seção do estudo, será traçado o perfil socioeconômico de todas as seis (6) participantes da pesquisa. Levando em consideração o procedimento ético de uma pesquisa científica, a identidade das travestis e mulheres trans que participaram do estudo será preservada.

Tendo em vista a configuração intrínseca sobre a identidade de gênero concebida para este estudo, obtivemos uma participação de 83,3% de mulheres trans e 16,7% de travestis.

No que diz respeito à nacionalidade, 83,3% das participantes são brasileiras, enquanto uma delas é cubana, representando 16,7%. As participantes brasileiras são oriundas de diversas regiões do país, incluindo Belém (PA), Balneário Camboriú (SC), São Paulo (SP), São Bernardo do Campo (SP) e Fortaleza (CE). O tempo de permanência em Curitiba varia entre 1 mês e 2 anos.

Na categorização idade, evidenciamos o intervalo entre 18 e 49, sendo que a média de idade das participantes é de 34 anos. Quanto à cor e etnia, 83,3% se autodeclararam pardas e negras e uma pessoa se autodeclara branca, totalizando 16,7%. Esse dado evidencia a interseção entre racismo e transfobia, que contribuem para a marginalização dessas identidades dentro do sistema colonial de gênero.

Os dados de escolaridade revelam que 33,3% concluíram o ensino médio, 33,3% não o finalizaram, 16,7% não completaram o ensino fundamental e 16,7% possui ensino superior. Os artigos 205 e 206 da Constituição Federal estabelecem os objetivos e princípios que compõem o direito fundamental à educação, que tem como propósito o pleno desenvolvimento do indivíduo, sua preparação para a participação na sociedade como cidadão e sua capacitação para o mercado de trabalho. Além disso, a educação é reconhecida como um direito de todos e impõe obrigações tanto ao Estado quanto à família.

No entanto, os casos de transfobia são comuns nas escolas; aquelas que conseguem frequentar estes espaços são as que suportam as sobreposições heteronormativas em virtude da vulnerabilidade social, que ocorrem desde a fase inicial da educação básica (Vasconcelos, 2018). Para reverter esta situação, o autor destaca que:

Faz-se necessário a realização de discursos a respeito de que a escola é direito de todos de fato, sejam estes de classes sociais diferentes, credos religiosos distintos, gêneros sexuais e outros. Assim como é preciso ter projetos pedagógicos que todos os sujeitos da escola possam compreender o gênero como uma construção social, cultural, política e histórica, na qual se destaca uma educação pautada na empatia, igualdade e humanidade,

pois, somente desta forma se consegue construir uma sociedade mais justa (Vasconcelos, 2018, p. 6).

No que se refere à (des)empregabilidade, 83,3% das participantes estão desempregadas, enquanto apenas uma participante trabalha como operadora de caixa. Quanto à qualificação profissional, 33,3% afirmam não possuir uma profissão. Entre as demais, há uma técnica em emergências médicas, uma cabeleireira/técnica em massoterapia, uma auxiliar de limpeza e uma trabalhadora freelancer de eventos, totalizando 66,7%.

Na busca por um trabalho formal, a primeira barreira enfrentada é conseguir ser contratada. No entanto, mesmo aquelas que conseguem ingressar no mercado de trabalho ainda enfrentam diversos desafios, como discriminação no ambiente profissional, desrespeito à identidade de gênero e ao nome social, além da restrição ao uso do banheiro correspondente à sua identidade de gênero. Esses obstáculos decorrem da ausência de políticas internas nas empresas que promovam o respeito à diversidade, perpetuando a transfobia estrutural e dificultando a inclusão de pessoas trans nesses espaços.

Quando questionadas sobre benefícios sociais, 66,7% das participantes informaram não receber nenhum, enquanto 33,3% são beneficiárias do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Quanto à presença de deficiência, 66,7% declararam não possuir nenhuma, enquanto 33,3% relataram ter algum tipo de deficiência.

No que se refere às expressões da questão social na saúde e à situação de rua, observa-se que 66,7% das participantes fazem uso de álcool e/ou outras drogas. Quanto ao tempo em situação de rua, os relatos variam entre 1 mês, 6 meses, 7 meses, 7 anos, mais de 7 anos e até 18 anos.

Ao relacionar esses dados com as principais dificuldades para superar a situação de rua, uma participante apontou o uso de substâncias químicas como o maior desafio nesse processo. Outras três destacaram a falta de oportunidades de trabalho como principal obstáculo, enquanto uma mencionou o preconceito e outra ressaltou a ausência de documentação, pois aguarda a emissão do protocolo de refúgio.

O uso de drogas representa um desafio significativo para a saúde pública no Brasil. Quando se considera a população de travestis, torna-se essencial adotar uma abordagem específica, dada a vulnerabilidade característica desse grupo. A questão

das drogas frequentemente se entrelaça com as experiências de travestis, sendo comum que elas apareçam nas narrativas de vida dessa população.

Por fim, o questionário investigou o vínculo familiar das participantes, revelando que 66,6% mantêm algum contato com a família, ainda que de forma fragilizada, enquanto 33,4% não possuem nenhum contato familiar.

Embora a amostra deste estudo seja pequena, essa realidade apresenta implicações importantes para o poder público, especialmente no que diz respeito à oferta de serviços que garantam proteção social. É fundamental considerar questões relacionadas à saúde, educação, empregabilidade, qualificação profissional e geração de renda, além da fragilidade das redes de proteção familiar e comunitária e a questão da moradia dessa população. Assim, para garantir a efetividade dos direitos das travestis e mulheres trans em situação de rua e promover a superação dessa problemática, as ações devem abranger outras políticas públicas em áreas como habitação, segurança, educação, saúde, trabalho, cultura, esportes, segurança alimentar e nutricional, entre outras.

4.2 A TRAJETÓRIA DE VIDA DAS TRAVESTIS E MULHERES TRANS EM SITUAÇÃO DE RUA

Nesta etapa do trabalho, serão apresentadas as entrevistas gravadas com duas (2) participantes da pesquisa que estão acolhidas no Hotel Social há mais tempo, oferecendo uma compreensão mais aprofundada dos desafios enfrentados na superação da situação de rua.

Para garantir o sigilo e a proteção da identidade, as entrevistadas foram identificadas pelos nomes de Dandara²² e Gisberta²³, mulheres trans/travestis cujas

²² Dandara dos Santos (Kettley), foi uma travesti que morreu aos 42 anos após ter sido torturada, espancada e executada em Fortaleza por 12 homens. O crime aconteceu no dia 15 de fevereiro de 2017, no Bairro Bom Jardim, e ganhou repercussão mundial nas redes sociais após o compartilhamento do vídeo que mostra ela sendo agredida por um grupo de homens no meio da rua. Buscando dar a Dandara Kettley mais do que uma série de reportagens sobre o seu assassinato, muitas vezes acompanhadas das imagens brutais, a policial responsável pelo caso e também sua amiga de infância, Vitória Holanda escreveu *O Casulo Dandara*. O livro foi escrito com a intenção de fazer de Dandara mais que um corpo ou um crime, mas uma pessoa com sonhos, encantos e sentimentos. Ele percorre desde as memórias de infância no *Conjunto Ceará*, localizado na Grande Fortaleza, onde conheceu Dandara, até a execução e a repercussão do crime (UFMG, 2021). Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/livro-o-casulo-dandara-narra-a-historia-de-dandara-dos-santos> Acesso em: 04 mar. 2025.

vidas foram brutalmente ceifadas pela transfobia. Ao adotar esses nomes, buscamos não apenas preservar a privacidade das participantes, mas também homenagear a memória dessas mulheres, cujas mortes representam a violência e discriminação que afetam muitas outras em situações semelhantes. Essa escolha visa garantir que suas mortes nunca sejam esquecidas e que suas histórias, assim como as das participantes da pesquisa, permaneçam como um símbolo potente da necessidade urgente de combater a transfobia e assegurar os direitos das pessoas trans/travestis na sociedade.

Ao apresentarmos nesta seção as trajetórias de vida de Dandara e Gisberta, garantimos que o estudo seja autêntico e reflita suas realidades, desafios e necessidades. Ouvir suas vozes diretamente permite desconstruir estereótipos e preconceitos perpetuados pela sociedade e reforçados pela mídia, criando espaço para novas narrativas e compreensões sobre essas pessoas. Isso se distancia das construções e visões impostas pelas narrativas modernas/coloniais, que nos fizeram e ainda nos fazem acreditar em estigmas e concepções distorcidas da realidade.

Para a entrevista semiestruturada, foi elaborado um roteiro prévio que serviu como guia, mas com flexibilidade que possibilitou incluir perguntas adicionais conforme as respostas das entrevistadas, permitindo uma abordagem mais aprofundada e espontânea.

Qual a sua idade?

Tenho 49 anos (Dandara)
Eu tenho 18 anos (Gisberta)

Quanto tempo você mora em Curitiba?

Eu moro aqui, vai fazer sete meses, oito meses (Dandara).
Faz uns sete meses. O que te levou a vir morar em Curitiba? Então, o que acontece, quando eu estava na casa da minha família, desde muito

²³ Gisberta Salce Júnior foi uma mulher transexual brasileira, vivendo com HIV, imigrante ilegal em Porto, Portugal e que estava em situação de rua, foi assassinada em 2006 por um grupo de 14 jovens entre os 12 e os 16 anos. Durante três dias, Gisberta foi brutalmente agredida com pedras, paus e chutes. Foi torturada sexualmente com pedaços de madeira e teve o corpo queimado com cigarros. Entre 21 e 22 de fevereiro, os agressores retornaram ao prédio abandonado, onde a brasileira já não respondia a nenhum estímulo. Ao acreditarem que ela estava morta, decidiram jogá-la no fosso do prédio, que estava cheio de água. Gisberta ainda estava inconsciente, mas viva, e morreu afogada (Mamede Filho, BBC News Brasil, 2016). Em 2007 Pedro Abrunhosa cantor português, compôs “Balada da Gisberta”, canção dedicada a Gisberta, que posteriormente foi gravada por Maria Bethânia. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160218_brasileira_lgbt_portugal_mf Acesso em: 04 mar. 2025.

*nova eu sofria repressão, opressão. Desde muito nova. Quando eu cheguei nos 17 anos de idade, eu tinha uma amiga que era minha vizinha. E ela era muito acolhedora e era muita amiga mesmo. Então, no início do ano passado eu tive uma briga feia por conta de preconceito lá na minha casa. E devido a outros também fatores, né, que incluíam a minha saída da casa da minha família. Ex-família, né, porque eu não posso chamar aquilo de família. E eu saí de casa sem emprego, sem nada, sem dinheiro, simplesmente saí porque eu não aguentava mais. Eu estava prestes a completar 18 anos. E aí eu não tinha rumo, eu não sabia também que eu ia morar na casa da minha amiga. A minha amiga veio, falou para eu ir para a casa dela, que ela iria me acolher. E ela falava que ela tinha um sonho de vir para Curitiba, de criar os filhos dela e viver em Curitiba. E eu vim em barco junto, vim junto com ela. Mas foi por isso, nunca nem sequer pensava em morar em Curitiba. Nunca se passou na minha cabeça. Mas foi através dessa amizade que eu vim. **E você tem contato ainda com essa amiga?** Não, desvinculei qualquer contato. **Qual foi o motivo?** O motivo foi porque ela me escravizava. Ela usava eu como mão de obra para cuidar dos três filhos dela. E cuidar ainda da casa. E ainda não saía. Me mantia meio que presa lá. Então eu saí também por conta dessa opressão também no lugar tóxico (Gisberta).*

Considerando a realidade das pessoas trans, a precarização do trabalho é apenas uma das manifestações da transfobia no Brasil. A própria definição de trabalho para travestis e transexuais é marcada por preconceitos e estereótipos variados, o que resulta na oferta e demanda de empregos ainda mais precarizados. O capitalismo, por sua vez, se aproveita da realidade vivida por esta população, que, temendo perder o emprego, adota uma postura passiva nas relações de trabalho e muitas vezes aceita diversas formas de exploração.

Neste contexto, o trabalho escravo geralmente começa com a vulnerabilidade socioeconômica de uma família, muitas vezes associada a outras violações de direitos. Isso cria um cenário propício para o aliciamento, por meio de falsas promessas, levando a pessoa trabalhadora a migrar em busca de melhores condições. Ao chegar ao destino, ela descobre que não receberá o salário combinado ou receberá menos, terá que pagar por itens essenciais com juros altos, enfrentará condições de alojamento precárias e jornadas exaustivas, entre outras situações desumanas (Brasil, 2020).

Em geral, as vítimas do trabalho escravo são migrantes que deixam suas casas em busca de melhores oportunidades. Muitas vezes, são atraídas por falsas promessas de aliciadores ou aceitam condições degradantes por acreditarem não ter outras opções, devido à pobreza e falta de educação ou qualificação profissional (Brasil, 2020).

Qual a sua identidade de gênero?

*Eu sou mulher trans (Dandara).
Eu me considero como travesti (Gisberta).*

É fundamental destacar que, embora a cisgeneridade tenha criado os termos travesti e transexual com o propósito de rotular pessoas que não se enquadram ao modelo binário de gênero, bem como separar e, conseqüentemente, marginalizar as travestis em relação às mulheres transexuais, esse processo reflete uma tentativa política de universalizar e homogeneizar as experiências trans, como se o Brasil precisasse se adequar às definições impostas pelos movimentos do Norte Global (Passos, 2022). No entanto, é essencial compreender que a única diferença entre essas identidades está na autoidentificação, e não em categorias impostas por epistemologias eurocêntricas.

A identidade travesti é compreendida dentro de um contexto sociocultural latino-americano e, por ser anterior ao conceito de “transexual”, está profundamente enraizada em nossa linguagem. Durante muito tempo, o termo foi marginalizado e visto de forma pejorativa, mas, atualmente, tem sido ressignificado, adquirindo um forte peso político e de resistência. Já o termo transexual, de uso mais recente e amplamente adotado internacionalmente, surgiu na década de 1950 em publicações que buscavam definir e legitimar o “fenômeno transexual” como uma categoria médico-psicológica. Esses estudos estabeleceram uma distinção entre travesti, transexual e homossexual, algo que até então não era claramente delimitado (Oliveira, 2017).

No entanto, dentro do sistema moderno colonial de gênero, tanto travestis quanto mulheres transexuais continuam sendo alvo de criminalização, objetificação e negligência, pois representam corpos dissidentes.

Em relação à sua identidade de gênero, em que momento você percebeu que se identificava enquanto uma mulher trans/travesti?

*Devido aos gostos, devido ao meu comportamento, né, que era um comportamento altamente feminino, né, e... Só isso. (Dandara).
Então, Calica, eu fui saber mesmo que eu era uma mulher aos 16 anos de idade. Porque por conta da opressão também da minha ex-família, por conta da sociedade, eu não tinha essa liberdade de saber, de me autoconhecer. Então eu me titulava como homem gay. Só que eu fui reconhecendo pessoas na internet e via que eu era igualzinha a elas. E elas me representavam. Então exatamente com 16 anos de idade eu sabia que eu era uma travesti mesmo (Gisberta).*

A presença de travestis e mulheres trans nas redes sociais, além de ser um espaço de sociabilidade também funciona como uma poderosa ferramenta de visibilidade para essa população, além de favorecer a conexão entre diferentes regiões do Brasil. O ativismo social tem fortalecido a consciência política desse coletivo, permitindo que se reconheçam como parte de um grupo historicamente invisibilizado. Ao compartilharem suas experiências com outras pessoas trans, desenvolvem um compromisso subjetivo com a coletividade (Jesus; Alves, 2012).

E como foi esse processo de descoberta até a aceitação da sua identidade de gênero?

Na minha época, era bem mais difícil na minha década, né, porque o preconceito era bem mais nítido, bem mais a flor da pele mesmo na sociedade. Não que hoje esteja diferente, né, mas diminuiu muito, graças às informações da mídia e tudo, né. Mas foi muito difícil, porque nessa década o preconceito prevalecia, né, e aí eu tive esse conflito psicológico, gerando alguns traumas, achando que eu que era sem vergonha. Enfim, é isso (Dandara).

Então, o que acontece... Eu descobri lá pelos 16 anos que eu era uma travesti. Porém, com a saída da casa da minha ex-família, eu tive a liberdade maior de realmente representar e me aceitar e me assumir como uma travesti pra sociedade. Por conta de questões econômicas, outras questões sociais e tudo mais que interferiam na minha aceitação e na minha representação como travesti na sociedade. Aí quando eu cheguei aqui em Curitiba, que foi de fato o momento que eu comecei a performar a feminilidade, mostrar mesmo que eu era uma mulher trans. Travesti foi aqui em Curitiba aos dezoito anos. Que já tem um ano que eu já represento, que eu já me assumo mesmo como uma travesti (Gisberta)

As falas das participantes refletem os desafios enfrentados por pessoas trans ao longo das décadas, evidenciando como o preconceito e as barreiras sociais impactaram suas trajetórias. Dandara menciona que, em sua época, o preconceito era ainda mais explícito e socialmente aceito, o que gerou conflitos psicológicos e traumas, fazendo com que ela inicialmente internalizasse a culpa pela própria identidade. Embora reconheça avanços, especialmente devido à maior visibilidade na mídia, ela ressalta que a discriminação ainda persiste.

Gisberta, por sua vez, descreve sua jornada de reconhecimento como travesti, marcada por desafios econômicos e sociais que dificultaram sua aceitação. Sua saída de casa foi motivada pela opressão familiar, levando-a a buscar refúgio em Curitiba, onde pôde expressar sua identidade com mais liberdade.

Sendo assim, ambos os relatos mostram que a vivência trans é marcada por desafios estruturais, sendo influenciada por fatores como contexto histórico,

ambiente familiar e condições socioeconômicas. Apesar de avanços, o preconceito ainda impõe obstáculos significativos para travestis e mulheres trans.

O que te levou a ficar em situação de rua?

Primeiro lugar, a dependência química, né, que é um dos escapes que a maioria dos trans fazem, né, que é usar as drogas para poder se anestesiarem da realidade. E tem a questão dos laços rompidos com a família, né, devido às consequências do uso de drogas, né. A violência que eu vivi em bandidos lá da minha terra tomarem o meu apartamento, porque eu era de uma área. Enfim, tudo isso é a violência da sociedade, e a minha própria violência contra mim mesmo, a questão dos vícios, né (Dandara).

Então, como eu falei pra você, eu não tenho emprego, não tenho condições financeiras, recebo nenhum auxílio do Bolsa Família. Esse é o principal motivo de eu estar em situação de rua, por não ter nenhum apoio nenhum. E o que acontece, eu quando estava na casa da minha amiga aqui em Curitiba, eu ainda tinha uma moradia, eu não estava em situação de rua, eu estava na casa dela, mas passando por todos os outros fatores dentro da casa dela. Então, o que me motivou a estar em situação de rua foi literalmente ser quem eu sou, realmente ser uma travesti. Eu estava nem aí se eu iria passar fome, se eu ia estar em situação de rua, ou até mesmo morar na rua. Eu falei, eu não aguento mais, eu não aguento mais a minha vontade de ser quem eu era tão grande, e realmente soltar aquilo pra fora soltar a travesti que tem de mim dentro pra fora, que passou por cima de todos e de todos. Eu não aguentava mais me enquadrar como homem gay, ou ficar, sabe, sendo minimalista quem eu era. Tinha que realmente expor de dentro pra fora a travesti que eu era (Gisberta).

Analisar as principais motivações para a situação de rua contribui para as ações de prevenção, para o atendimento a pessoas nessa condição e para o desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam a superação dessa realidade (Brasil, 2023a).

Os depoimentos revelam os múltiplos fatores que levaram à situação de rua, destacando a dependência química como um reflexo da marginalização e uma forma de anestesia diante da violência e da exclusão. Dandara menciona o rompimento de laços familiares e a perda de moradia devido ao uso de drogas, além da violência direta que sofreu, demonstrando como a vulnerabilidade social expõe pessoas trans a situações extremas.

Gisberta, por sua vez, enfatiza a falta de suporte financeiro e institucional como o principal motivo de sua condição, destacando a ausência de acesso a auxílios governamentais. Ela também ressalta que a afirmação de sua identidade de gênero foi determinante para sua exposição à rua, pois, ao assumir-se travesti, perdeu os poucos espaços de acolhimento que possuía.

As duas reforçam que a violência estrutural é um dos maiores obstáculos enfrentados, evidenciando a necessidade de articulação da política de assistência

social com outras políticas, como saúde, trabalho, habitação. O uso prejudicial de álcool e outras drogas deve ser tratado como um problema de saúde pública, com o fortalecimento de serviços como Consultório na Rua e CAPS (Brasil, 2023a).

Quanto tempo que você está em situação de rua?

*Eu tô há mais de sete anos. Eu morei em seis capitais, né. Eu vim migrando depois que eu perdi tudo, e aí eu venho migrando no intuito de sempre me erguer novamente, vir no meu tratamento do CAPS, reaver o meu imóvel, enfim, juntar os meus cacos (Dandara).
Sete meses (Gisberta).*

Em relação à sua vivência na rua, quais as suas dificuldades enfrentadas no dia a dia?

*É aquela questão que não muda muito, né. Os próprios moradores de rua têm preconceito com a gente, acham que, como por exemplo, porque a gente é trans, a mulher é trans, tem que estar sempre disponível sexualmente, tá entendendo? Esse tipo de desaforo. **Em outras cidades você tinha um local pra ficar ou você ficava na rua?** Uma coisa que eu quero ressaltar é que o hotel social pra trans aqui, a gente só tem um hotel social pra trans dentro de Curitiba inteira. E isso eu não vi, eu não vi nas outras capitais, porque nas outras capitais você tem a opção de ir pra um CAE misto, né, em Curitiba não. Em todas as cidades capitais que eu vi, Curitiba é a primeira que só tem um hotel social pra trans, com as vagas limitadas. Só cabem 30 trans no hotel social, enfim. Então não é só 30 trans que tá em situação de rua dentro de Curitiba. Pra você ir pra um abrigo misto, você tem que mudar de cidade, e isso eu acho que a assistência social deixa muito a desejar (Dandara).*

Bom, a dificuldade, primeiramente, é conseguir um emprego, porque é muito difícil. Eu já não sei se é por conta de eu não estar no perfil da empresa, ou se realmente é preconceito, né? Porque eu vou pra entrevista, eu vou bem arrumada, eu vou bem, dentro da conformidade, eu falo bem, eu tenho qualidades, eu tenho talento, eu tenho força de vontade pra conseguir um trabalho. Mas existem N barreiras pra conseguir um emprego. A outra dificuldade é, sabe, parece que a sociedade colocou obstáculos pra gente conseguir o básico mesmo do nosso direito. Porque se a gente tá na rua e a gente sofre uma violência, a polícia não faz nada. A polícia ignora. Então tem essa negligência da polícia. Tem preconceito dentro das unidades públicas, dentro dos lugares públicos, seja uma unidade básica de saúde, seja um mercado, seja uma farmácia, seja em qual lugar público for. Sempre tem umas pessoas errando de propósito nossos pronomes e tratando a gente como ele e dele. Tem essa questão da transfobia. Então, assim, muitas dificuldades. E tem outras tantas dificuldades. Por exemplo, eu que me prostituo na rua, de vez em quando. Não é sempre que eu consigo fazer dinheiro. Não é sempre. Não é todo dia que para cliente pra fazer pra gente conseguir trabalhar. Assim, não atendendo nossas necessidades. Xingamento na rua. Ridicularização na rua. Assédio sexual. Totalmente de dia. Porque uma coisa que eu queria enfatizar é que muita gente, pessoas cis e, principalmente, mulheres cis, acham que a gente não sofre as mesmas coisas que elas. Porém, a gente sofre tanto quanto elas. Na questão, principalmente, do assédio sexual. Elas acham, aí, ninguém mexe com vocês, aí, vocês não são objectificadas, mas a gente é. Porque se independente a gente tiver com uma roupa, independente que roupa que for, os homens, quando olham pra gente, vêem que a gente é travesti ou trans, a gente já é sexualizada, objectificada sexualmente na hora. E mexe com a gente. Então, de dia e de noite é muita dificuldade. Tipo, a gente se

sente como um pedaço de carne mesmo. Só pra falar da nossa existência. E a gente é exemplo também na hora da gente ir atrás dos nossos direitos, por exemplo, numa delegacia, num ministério público, uma demora muito grande de atender a gente, se até lá já não aconteceu nada, né? Ou quando eles, literalmente, se negligenciam, falam que não pode fazer nada, porque não tá no poder deles, que eles não podem fazer muita coisa, não somente em delegacia, em qualquer órgão público também, em outros lugares. Então assim, é muito farda, é muita coisa que a gente passa mesmo. Então assim, eu poderia dizer outras coisas que acontecem, mas são muitas, muitas mesmo. Essas são, pelo menos a maioria das dificuldades que a gente encontra no dia a dia (Gisberta).

Os relatos evidenciam as múltiplas formas de exclusão e violência enfrentadas por travestis e mulheres trans em situação de rua. Dandara destaca a escassez de políticas públicas voltadas para essa população, apontando que Curitiba possui apenas um hotel social exclusivo para essa população, com vagas extremamente limitadas. A falta de opções de acolhimento obriga muitas a permanecerem na rua ou a deixarem a cidade em busca de abrigo, evidenciando a negligência do poder público. Além disso, ela menciona o preconceito dentro da própria população em situação de rua, onde travestis e mulheres trans são frequentemente hipersexualizadas e tratadas como objetos.

Gisberta complementa essa análise ao abordar a discriminação, que dificulta o acesso ao emprego e aos serviços públicos. Ela relata que, apesar de estar preparada e qualificada, enfrenta barreiras para ser contratada, o que reforça a exclusão econômica. A transfobia também se manifesta em espaços públicos e institucionais, desde erros propositais nos pronomes até a recusa de atendimento policial em casos de violência. Além disso, ela enfatiza a objetificação e o assédio sexual, que ocorrem tanto de dia quanto de noite, reforçando a vulnerabilidade dessa população. A prostituição, muitas vezes uma alternativa de subsistência, é marcada pela instabilidade financeira e pela violência.

Desta forma, a exclusão social, negligência e o preconceito contínuo dificultam o acesso ao trabalho e à dignidade. O acesso ao emprego demanda ações voltadas para a empregabilidade, geração de renda e a garantia de direitos básicos, como documentação e educação (Brasil, 2023a). Esses relatos ressaltam a necessidade urgente de políticas públicas que assegurem proteção, respeito e inclusão para travestis e mulheres trans, reforçando a importância de fortalecer os serviços sociais, criar espaços de acolhimento bem estruturados e promover ações contra a transfobia em toda a sociedade.

Você já vivenciou alguma violência estando em situação de rua?

Sim, sim, como também fui vítima de agressões, de roubo, de calúnia, né. Tudo isso vem... a gente somos o alvo, né, na verdade. Também, física também. Me bateram já em São Paulo, me bateram também em Maranhão, enfim. Então foram várias experiências dolorosas, né (Dandara).

Olha, então, Kalinka, eu desde que eu era um homem gay, assim, homem gay não, eu sempre fui uma mulher trans ou travesti, mas desde a época que eu assumia como homem gay, desde sempre eu sempre sofri violência verbal. Eu sempre sofri xingamentos, difamações, calúnias, sempre na parte verbal, mas eu nunca sofri agressão física pela minha orientação sexual ou minha identidade de gênero. Aqui em Curitiba, eu também nunca sofri agressão, pelo menos aqui, também não como em outro lugar, mas aqui também não foi diferente. O que eu recebo, pelo menos, é tipo um, aí, vira homem. Hoje eu não estou sofrendo, pelo menos nos dias de hoje, mas antes, do início do ano passado, eu recebia, aí, vira homem, aí, é mulherzinha, aí, viado, traveco, principalmente também das mulheres cis, que é a que tem mais preconceito com a gente, que não nos acolhem. Então é muito preconceito mesmo. E a gente, além de sofrer violência verbal, sofre violência sexual. Porque o que acontece? São duas violências que eu sofro, são só essas que eu sofro, né? Violência verbal e sexual. Por quê? A violência sexual vem dos homens. Não é porque eu sou travesti que eu quero dar pra todo mundo, desculpa o verbo, desculpa a palavra, não é porque eu sou travesti que eu sou promíscua, quero ficar com todo mundo, mas já me chegam achando que eu quero isso. Ou se eu olho, de repente, sem querer, a pessoa acha que eu já quero isso. Aí vem com alisamento, vem com toque, vem com... cantadas, até ofensivas, até me colocando num lugar de desconforto. Então, são só essas duas violências que eu, sofro (Gisberta).

A população em situação de rua enfrenta o estigma de ser considerada perigosa, mas, na realidade, é a que se encontra mais vulnerável a diversos tipos de violência. No entanto, a percepção da sociedade e, por vezes, dos próprios agentes de segurança pública, é a de que essas pessoas representam um risco e devem ser tratadas com violência em nome da ordem. Dessa forma, o direito à segurança, que deveria garantir a proteção da vida e da integridade física de todos os cidadãos, se traduz em negação de acesso e em constantes violações (Hack, 2022).

As falas ilustram diferentes formas de violência que travestis e mulheres trans em situação de rua enfrentam, tanto em termos físicos quanto verbais. Dandara compartilha suas experiências de agressões físicas e roubos em cidades, como São Paulo e Maranhão, deixando claro que ela se vê constantemente como alvo de violência devido à sua identidade de gênero. Essas agressões refletem a vulnerabilidade das pessoas trans, onde a hostilidade é uma constante.

Gisberta, por sua vez, fala sobre a violência verbal e sexual que sofre, começando com os insultos e calúnias desde sua época de vivência como homem gay. Ela destaca que, em Curitiba, embora não tenha sofrido agressões físicas, continua sendo alvo de violência verbal, inclusive por parte de mulheres cis. Além

disso, continua a ser vítima de assédio sexual, já que, por ser travesti, é vista como sendo sexualmente disponível, o que perpetua o assédio e a objetificação de seu corpo.

Sendo assim, as narrativas refletem o impacto da transfobia na vida cotidiana, o que evidencia a constante luta pela sobrevivência e pela afirmação de suas identidades em uma sociedade hostil.

Você possui contato com sua família?

*O contato tá meio fragilizado. Eu só tenho contato com as minhas irmãs, meus pais são falecidos, e aí depois que os pais da gente morre, a mãe morre, o pai morre, a gente fica meio que sozinha, né. E aí é cada um por si, né. Porque os irmãos, é sorte, se revelam, né. É difícil, por exemplo, eu só tenho contato com duas irmãs, que é de boa comigo, os meus irmãos masculinos não têm contato, eles têm um tipo de preconceito, enfim. É isso. E em relação a isso. **Mas em relação a sua identidade de gênero, teve algum problema em relação a isso?** Sempre tem, sempre tem, né. E sempre isso é um agravante. Eles não falam, mas eles sentem. E isso é sempre um agravante, a gente ser mulher trans, né. Na cabeça dos meus irmãos, na cabeça da sociedade, a gente mulher trans não pode fazer nada que seja marginalizado. A gente tem que ter um bom emprego, a gente tem que se centrar melhor, a gente não pode ser viciado em droga, a gente não pode errar nunca, enfim, é isso (Dandara).*

Então, eu tenho contato com a minha irmã, que eu morei com ela, que conviveu comigo, porque eu tenho outras irmãs, só que num caso que eu só tenho contato com a minha irmã, que morou comigo, e com a minha irmã, com uma outra irmã, que não é do meu sangue, que é adotiva. Ela só tenho com elas, eu não tenho outro contato com outras pessoas da família, nem quero ter (Gisberta).

As respostas revelam experiências marcadas pela solidão e pelo distanciamento familiar, além de evidenciar os desafios enfrentados por pessoas trans em relação à aceitação dentro de suas famílias. Dandara descreve um contato enfraquecido com seus irmãos, destacando o preconceito por parte dos irmãos homens e a falta de apoio familiar após a morte dos pais. Ela também aponta que, apesar da ausência de ataques verbais diretos pelos irmãos, sua identidade de gênero sempre é um agravante.

Por outro lado, Gisberta compartilha uma realidade similar, onde mantém contato apenas com duas irmãs. Ela revela a escolha de se afastar de outros membros da família e a recusa em manter esse vínculo, o que demonstra uma espécie de auto-proteção diante da falta de acolhimento.

Neste contexto, é fundamental fortalecer a atuação dos CRAS nos territórios e de outros serviços de assistência social básica, com o objetivo de prevenir vulnerabilidades e fortalecer vínculos. Além disso, é imprescindível a atuação dos

serviços de proteção especial, como os CREAS, nos territórios, para reconstruir esses vínculos e combater as violações de direitos. A colaboração com organizações da sociedade civil, movimentos sociais e conselhos de direitos também é essencial para enfrentar as causas e desafios que perpetuam a situação de rua (Brasil, 2023a). Entretanto, em alguns casos, a transfobia leva à ruptura definitiva dos vínculos familiares, sem possibilidade de reconstrução, tornando essencial a formação de uma rede de apoio comunitário e entre pares.

Como que você ficou sabendo do Hotel Social?

É, o Hotel Social, eu fiquei sabendo que quando eu cheguei aqui em Curitiba, eu fui lá pro Centro Pop, né, e daí eles me acolheram no Hotel Social (Dandara.)

Então, quando aconteceu essa opressão, e aquele momento tóxico, lá na casa da minha amiga, aqui em Curitiba, por conta de tudo que eu falei pra você, que ela me escravizava, que me mantinha presa dentro de casa, e além disso, os familiares dela vinham palpar também na minha forma de trabalho com os filhos dela, e em tudo me criticavam, me julgavam. Eu sofri uma violência lá dentro da casa da minha amiga, ex-amiga no caso, eu sofri uma violência lá extrema, no dia dos namorados, ano passado, dia 12. E aí, o que aconteceu? Eu fui ali, fui um basta, fui um chega, porque foi e me mandou calar a boca. E ainda falava, me xingava, fez até transfobia comigo, e eu não aceitei mais, principalmente, aquelas situações dentro daquela casa. Então, naquela noite, do dia dos namorados, eu saí da casa dela, e fui pra rua. Na verdade, fui pro centro da cidade, porque na minha cabeça eu tinha uma estratégia, eu tinha que encontrar um CREAS ou um CRAS que me prestasse ajuda, porque na rua eu não poderia ficar, literalmente, na rua mesmo, eu não poderia ficar. Então, eu fui atrás de ajuda. Porém, como tava de noite, eu cheguei a dormir na rua essa noite, eu falei, eu vou ter que esperar o dia seguinte, pra que eu pudesse pedir ajuda. E aí, eu dormi na rua, com outros moradores de rua, e esperei o dia amanhecer. Quando o dia amanheceu, eu já tava perto de uma unidade da FAS, aqui na rodoviária, e fui lá. Tomei café da manhã ainda, e eles me encaminharam lá pro CREAS Cajuru, que faz o encaminhamento das mulheres trans pro hotel social. Eu não sabia, nem sabia que existia hotel social, nem sabia o que era um hotel social na minha vida. Elas foram lá e me encaminharam pra que hotel social ELIAT, através do CREAS Cajuru (Gisberta).

Os relatos refletem o enfrentamento de situações de violência e opressão, além da busca por apoio em um contexto de vulnerabilidade social. Dandara narra a experiência de acolhimento no Hotel Social após chegar em Curitiba, mencionando que foi recebida no Centro Pop e encaminhada para essa unidade de acolhimento.

Gisberta, por sua vez, descreve um episódio traumático ocorrido na casa de uma “amiga”, onde foi vítima de transfobia. Após esse incidente, ela decidiu deixar a casa e foi para as ruas em busca de ajuda, com a estratégia de encontrar um CREAS ou CRAS. Depois de passar a noite na rua, ela foi acolhida e, em seguida, encaminhada para o Hotel Social através do CREAS Cajuru.

Ambas as narrativas revelam a realidade difícil e muitas vezes cruel enfrentada por pessoas trans, que, ao se depararem com situações de violência e exclusão, buscam recursos nos CREAS, Centro Pop, Casas de Passagem para garantirem sua segurança e acesso a direitos básicos. A falta de conhecimento sobre esses serviços também é um ponto destacado, mostrando a necessidade de maior visibilidade e orientação para essas populações vulneráveis.

E como que foi esse processo até conseguir uma vaga?

*Foi fácil, foi fácil, da primeira vez foi fácil, mas daí eu andei quebrando umas regras do Hotel Social, eu passei três dias fora da minha recaída de droga, e aí pra me voltar já foi um maior sacrifício, né, porque eles alegavam que eu só passava, o acolhido só pode passar, a acolhida só pode passar até seis meses no Hotel Social, isso é uma regra que eles impuseram. Porém, as nossas demandas não se resolvem em seis meses. É isso que eu acho uma negligência, não dos agentes sociais, mas da assistência social de Curitiba em geral. A gente não pode resolver assuntos, demandas como moradia, como reconstrução da sua vida, dentro de seis meses, é isso. **E nessa segunda vez que você teve que voltar pro hotel, você então nesse período, você ficou onde?** Eu fiquei em situação de rua, enfim, fiquei na drogadição, tive a minha estima muito inferiorizada, e aí eu dei uma queda muito brusca nas drogas, fiquei em estado deplorável, em relação à saúde, em relação à dignidade, em relação a tudo, como pessoa humana, e aí deixou a desejar mesmo (Dandara).*

*Então, eu cheguei lá, foi muito bem acolhida, sim. E ainda me deram até uma marmita no almoço, me deram um lanchinho. Mas o processo foi muito demorado, porque eu cheguei lá ainda de manhã, e eu só fui sair de lá à noite, quando o CREAS tava fechando. Porque diz elas que estão solicitando vaga pro hotel. Então eu tive que esperar o dia inteiro pra abrir vaga pra mim. Mas foi um processo de um dia. **E se você não tivesse vaga no hotel, você ficaria onde?** Eu teria que ir pra um outro hotel social ou pra um albergue, porque eu sei, eu sei dos meus direitos que eu tenho direito à moradia. Então eu tinha que ter pelo menos um lugar pra ficar à noite. Algum lugar que seja, porque eu não posso ficar na rua (Gisberta).*

As respostas refletem as dificuldades e limitações dos serviços de acolhimento, especialmente em relação ao tempo de permanência no Hotel Social e os impactos disso na vida de pessoas em situação de rua. Dandara relata uma experiência marcada por uma recaída no uso de drogas, o que a levou a ser penalizada com a restrição de acesso ao Hotel Social, devido às regras de permanência que limitam a estadia a seis meses. Ela considera essa regra negligente, pois acredita que as demandas de pessoas em situação de rua, como moradia e reestruturação da vida, não podem ser resolvidas dentro desse período. Durante o tempo em que ficou fora do hotel, ela enfrentou uma queda brusca na saúde e na autoestima, o que a levou a uma situação ainda mais precária.

Por outro lado, Gisberta descreve um acolhimento inicial positivo, com alimentação fornecida, mas destaca a demora no processo de admissão, que exigiu que ela aguardasse o dia todo até que uma vaga fosse disponibilizada. Ela menciona que, caso não fosse aceita no Hotel Social, teria que ser encaminhada a outro albergue, ressaltando seu conhecimento sobre os direitos à moradia, que a garantiriam algum tipo de abrigo, pois não poderia ficar na rua.

Para os serviços de acolhimento, a FAS mantém equipes nas ruas, que trabalham 24h por dia, para fazer abordagem social, ofertar serviços e encaminhar aquelas pessoas que aceitam atendimento para a rede de proteção. Para acessar os acolhimentos do município, a pessoa pode procurar espontaneamente as casas de passagem ou ser encaminhada pelas equipes técnicas da FAS. O Hotel Social Eliat no momento é o único espaço de acolhimento para travestis e mulheres trans na cidade.

Além do hotel social você tem outro local para ficar, caso o hotel esteja com todas as vagas preenchidas?

Não, em Curitiba não, em Curitiba não. É exatamente isso que eu queria frisar, porque a gente tem que se deslocar pra outra cidade, os outros abrigos aqui, não existe abrigo misto em Curitiba, que é, isso é um, eu não consigo nem acreditar, uma cidade como Curitiba, que tem um PIB maravilhoso, que eu tenho certeza que a verba é mandada pelo Governo Federal, é mandada por quê? Porque todas as capitais têm, e porque Curitiba não tem. Eu queria só essa explicação aí (Dandara).

Olha, Calica, isso é uma dificuldade que eu também queria falar, que eu até esqueci de falar pra você. Curitiba só tem um hotel social para trans. E lá tem um tempo estimado pra uma mulher trans ficar para recolocar na sociedade. Só que essa é a questão. Qual é o tempo de uma mulher trans se recolocar no mercado de trabalho e se recolocar na sociedade, se é que ela tá na sociedade. Eles dão um prazo estimado de seis meses a três meses. Dependendo da assistente social. Só que assim, se a assistente social quiser, por exemplo, te deixar pra sempre, ela pode porque ela tem esse poder. Ou o tempo que ela quiser, porque é ela que faz o encaminhamento para o hotel. Só que essa é a questão. Eu já tive uma outra experiência do Creas Cajuru e do Creas que eu Tô, da assistente social falar assim pra eu me virar pra eu conseguir emprego. Ela simplesmente falou pra eu me virar. Eu fiquei inconformada até agora porque ela é uma assistente social e ela falou essa palavra tão egoísta e tão sem simpatia pra eu me virar como se ela não soubesse a nossa trajetória pra gente realmente se colocar no mercado de trabalho. E ela simplesmente falou pra eu me virar. Então assim, é muito difícil porque tem essa dificuldade também na assistente social, no Creas. E assim, eu tô mais de um tempo e seis meses, mas eu não tenho o que fazer. E eu só tenho um hotel Eliate aqui em Curitiba. Infelizmente, isso foi uma pauta dentro do hotel social com agentes meninas mesmo. A gente sempre fala sobre esse tempo do hotel social. E a gente fala meninas, o que a gente vai fazer? Onde a gente vai? Tem um hotel social só que lá em São José dos Pinhais pra mulheres trans. Só que em outra cidade, não é aqui em Curitiba. A gente, por mais que tá em situação de rua, a gente tem uma vida aqui. A

gente tem fichas aqui, a gente tá no sistema de saúde daqui a gente tem, muitas vezes, cursos aqui, a gente querendo ou não tem a nossa vida aqui. E muitas vezes nós escolhemos estar aqui em Curitiba. E igual no meu caso, eu por acaso eu vim pra cá. Não vim pra São José dos Pinhais, por exemplo. Então, eu não gostaria de ir pra São José dos Pinhais, que é o hotel social pra mulheres trans também. Só que aqui em Curitiba, somente o único hotel social pra trans é esse aqui. Só que, infelizmente, a Assistente Social, ela tem um grande erro de mandar algumas trans, não sei como, é até difícil de acreditar isso, mandar pra um hotel parati que é um hotel social para homens. Que não tem cabimento uma mulher trans ficar em hotel pra homens. Então, assim, e muitas vezes eles também não colocam nenhuma mulher trans em nenhum hotel social. Colocam em albergue, e já conheci casos também de mulheres trans que ficou na rua, porque a Assistente Social não deixou ela mais, não renovou mais o voucher dela. E é incrível dizer isso, mas como é a negligência das assistentes sociais, não os CREAS. Elas literalmente estão nem aí pra gente. Pelo menos a maioria delas. É uma dificuldade tremenda. Mas, assim, se não tiver o hotel Eliate aqui, não tem nenhum hotel pra gente (Gisberta).

As respostas evidenciam as falhas e desafios enfrentados por pessoas trans em Curitiba no que diz respeito ao acesso a serviços de acolhimento. Dandara destaca a falta de abrigos mistos na cidade, mencionando que é necessário se deslocar para outras localidades para encontrar suporte adequado, o que considera um reflexo de uma falha na gestão dos recursos públicos, especialmente em uma cidade com um PIB elevado. Ela também questiona a desigualdade nos serviços destinados às pessoas trans, apontando a falta de uma rede de apoio suficiente.

Gisberta, por sua vez, detalha as dificuldades no acesso ao Hotel Social para trans, ressaltando que, apesar de ser o único disponível em Curitiba, o tempo de permanência é extremamente limitado, variando de três a seis meses. Ela critica a falta de flexibilidade das assistentes sociais, que muitas vezes tratam as pessoas trans com desdém, como no caso de ser orientada a "se virar" para conseguir um emprego. Ela também menciona o problema de ser encaminhada para locais inadequados, como abrigos para homens, o que revela uma negligência institucional. Gisberta também fala sobre a escassez de vagas, mencionando o Hotel Social em São José dos Pinhais como uma alternativa distante, o que dificulta a permanência das pessoas trans em Curitiba, onde já têm vínculos e acesso a serviços de saúde e apoio.

Você tem alguma sugestão, crítica ou elogio em relação ao atendimento prestado pela equipe do hotel social e também da estrutura do hotel social?

A questão da acessibilidade, porque são andares muito altos, somente com escada, a questão de, por exemplo, às vezes sobram marmitas, e aí eles preferem jogar a comida no lixo do que doar para as pessoas, para a gente que está querendo comer mais, isso eu acho um absurdo, deixar a pessoa

com fome e jogar o resto da marmita no lixo, eles alegam que só uma marmita já basta, mas não é verdade, só são três refeições, fica a desejar o período da tarde, em todos os acolhimentos que eu vou, pelo menos quatro refeições, eu não entendo por que com o hotel social são três refeições, a gente come de seis em seis horas, isso é um intervalo muito longo de tempo sem se alimentar. Ah, eu tenho sim, eu acho que o hotel social ele está diretamente ligado ao CAPS, e isso deveria ser uma regra, está aí uma coisa que eu gostaria que eles fossem rígidos, só entra no hotel social, se for dependente química, se frequentar o CAPS, isso eu gostaria que eles fizessem, porque a gente é obrigada a ir fazer o tratamento, e deixa desejar isso aí, e ser o menos rígido com a regra, porque qualquer coisa lá eles dão uma advertência, qualquer coisa você é desligada, sabe, por motivo banal, eles dão a impressão de que estão fazendo um favor para nós, que não é verdade, a gente paga os impostos, a gente tem o direito da assistência social, das políticas públicas (Dandara).

Olha, eu como eu já bem disse aqui no início da conversa, eu amei a ideia de ter um hotel social pra mulheres trans e travesti. Eu reconheço isso. Mas a estrutura do hotel não é nada boa. Por quê? É um lugar insalubre, tem mofo, tem lugar sujo lá dentro que não são reparados, obras lá dentro não são reparadas, tem goteira lá dentro do hotel quando chove, tem um lugar bem insalubre também pra gente. O tratamento das pessoas lá dentro, dos porteiros literalmente, vejo uma opressão deles, vejo uma negligência deles. Como eu bem falei aqui sobre a retirada e punição e restrições dentro do hotel com uma menina trans lá dentro. Eu acho isso um absurdo. É uma crítica que eu faço. Porque eles são maldosos e fazem negligência com a gente. O que mais que eu posso colocar aqui? E que poderia melhorar esse tempo. Esse tempo de passagem do hotel. Não tem que ter tempo de passagem do hotel. Uma mulher trans é a mesma coisa que uma pessoa cis sem ela é uma pessoa qualquer no mundo. Não tem um tempo pra ela conseguir um emprego, um curso, é tudo dentro do seu tempo. E se é que tem um tempo pra gente? Não tem esse tempo. Até as pessoas cis normais ficam com esse papo, com esse argumento, que tudo tem seu tempo. A gente não tem esse negócio de tempo. Tudo tem seu tempo. A gente vai atrás e o que a gente vai atrás, se a gente consegue, se é mérito pra uma pessoa normal, é muito mais mérito nosso. É uma conquista. É difícil. Igual eu falo que tem que melhorar lá. Essas reparações de insalubre dentro do hotel, que tem que ter reparações nas obras lá dentro e tem que melhorar os tratamentos dos porteiros e da coordenadora lá do hotel com as regras lá dentro e também o tempo que não tem tempo. Olha, eu falo que o hotel, ele falha muito. O hotel, ele não faz nada. O hotel, ele simplesmente dá moradia e alimentação. Somente isso. Porque kit de higiene, desodorante, gilete, escova de dente, quem isso fornece é o Grupo Dignidade. Que, por aliás, o Grupo Dignidade faz muito mais, muito, muito mais pela gente do que o próprio hotel e até mesmo pela FAS. Mas sim, a FAS, de vez em quando, ela faz sim mutirão de emprego, ela faz incentivo a curso. A gente tem reuniões da FAS, não do hotel, porque o hotel não faz nada. É só dar, como eu falei, só dá moradia e alimentação. Quem faz as atividades ali e faz o encaminhamento das atividades são a FAS. E a FAS faz mutirão de emprego, de vez em quando e anuncia algum lugar que está tendo curso, faz uma entrevista, faz uma reunião com a gente, pergunta como a gente está, como estão as coisas aqui no hotel e pergunta como está o relacionamento das meninas lá dentro. Só que, ao mesmo tempo que ela faz isso, de vez em quando, ela também tem as mesmas atitudes do hotel porque já teve falas da coordenadora da FAS, não é da coordenadora do hotel, da FAS, na reunião com a gente, fala o que a gente estava fazendo ali, ela não sabia o que a gente estava fazendo ali, usa palavras grosseiras para falar com a gente, com uma intenção de expressar que está nem aí para a gente mesmo e demonstra, assim, uma insatisfação na execução do trabalho dela, ela mostra uma grande insatisfação e, realmente, ela não esconde isso para a gente, ela mostra que está nem aí para a gente

mesmo. Então, é uma questão, assim, muito delicada da coordenadora da FAS com a gente (Gisberta).

Nota-se que os relatos revelam críticas e desafios enfrentados no Hotel Social. Dandara aponta a falta de acessibilidade, a insuficiência de refeições e o tratamento inadequado por parte das assistentes sociais, que, segundo ela, aplicam regras rígidas e desnecessárias, tratando as travestis e mulheres trans com desrespeito. Ela menciona que o Hotel Social deveria estar mais ligado ao CAPS e defende que somente pessoas dependentes químicas que frequentem o serviço deveriam ser aceitas. Também vê a aplicação das regras do hotel como excessivamente rígidas, com advertências e desligamentos por motivos banais, o que a faz sentir que os serviços prestados não são vistos como um direito, mas como um favor. Para ela, como cidadã, a assistência social deveria ser mais eficiente e humanizada, considerando que as pessoas trans têm o direito a políticas públicas de acolhimento e suporte.

Gisberta, embora reconheça a importância da ideia do hotel social, critica severamente sua infraestrutura, considerando o ambiente insalubre e mal-cuidado. Ela relata maus-tratos por parte dos porteiros e da coordenadora, além de negligência nas condições do local e a falta de ações concretas para promover o bem-estar das acolhidas. Ela também destaca a carência de atividades e apoio efetivo no hotel, ressaltando que a FAS se mostra mais eficiente em encaminhamentos para emprego e cursos, apesar de, por vezes, adotar posturas desrespeitosas.

Ambas as respostas expressam insatisfação com a infraestrutura e o atendimento no Hotel Social, evidenciando falhas que comprometem sua eficácia como política pública de acolhimento. Para garantir um suporte adequado, é essencial investir na melhoria da infraestrutura, revisar o tempo de permanência e humanizar o atendimento, além de ampliar os serviços oferecidos. A implementação e atuação de uma equipe multiprofissional comprometida é fundamental para proporcionar um atendimento mais qualificado e facilitar a inclusão social e profissional das acolhidas. Isso permitirá que elas acessem os recursos necessários para reconstruir suas vidas com dignidade, garantindo melhores condições e o pleno exercício de seus direitos fundamentais.

Quais os outros serviços, programas, até mesmo benefícios ofertado pela política de assistência social você já utilizou?

É, eu queria frisar também aqui a questão do dentista, eu sou uma pessoa que estou com um desfalco em dentes, e eu preciso de uma prótese parcial, eu venho fazendo um tratamento em seis capitais, capitais paupérrimas, como Terezina, eles te dão a prótese parcial, é coberta pelo SUS, aqui não se cobre a prótese parcial dentária, o SUS daqui de Curitiba não cobre, né, só se for a completa, eu queria saber se o SUS de Curitiba é diferente do SUS das outras capitais, porque é só Curitiba que não cobra a prótese parcial, eu queria saber se é outro tipo de SUS, se existe, ou se é só um SUS no Brasil, é essa a pergunta que eu quero falar, que deixa muitas vezes, não entra na minha cabeça. Ah, sim, sim, eu conheço, tem aqui o Grupo Dignidade, que está de parabéns também, que dá muita assistência a gente, sobre a questão jurídica, temos advogados, temos doações de roupa, temos doações de kit de higiene, está sempre ali disposto, pronto para nos ajudar em questão psicológica, na questão de prevenção de doenças, e tudo fazendo pontos com CAP, fazendo pontos com enfim, no que eles podem. Aqui a gente tem também o núcleo periférico, que é o que acolhe as pessoas em relação a também fornece assistência social, também fornece uma alimentação extra, um café da manhã, um almoço, doações de roupa, tem o núcleo periférico também. Então são mais organizações fora desse arco. São independentes, são ONGs, independentes, graças a Deus que existem essas ONGs (Dandara).

Olha, eu não fui atrás dos cursos ou outro programa, porque na época que eles estavam ofertando, eu estava empregada no telemarketing. Mas, também, mesmo se eu não tivesse, eu não gostaria de ir, porque o meu foco e primordial é entrar no mercado de trabalho, ou pelo menos estar fazendo o meu corre, fazendo o meu dinheiro de alguma forma, tendo algum dinheiro. Também não é nem pelo emprego, é por não ter interesse de usar algum programa ou benefício da assistência social. Não fui e não tenho interesse. Eu já, sim, utilizei benefícios e programas do Grupo Dignidade, que já teve um mutirão de emprego, e eu vim aqui e participei. Mas, o único benefício que eu sempre utilizo do CREAS, da assistência social, é a renovação do voucher para continuar no hotel social. Inclusive, estou com o dia marcado para ir me inscrever no Cad Único e fazer meu Bolsa Família, porque eu agora me encontro desesperançosa, desmotivada de conseguir um emprego. Então, vou ter que recorrer a um programa, benefício do bolsa família, inclusive esta marcado e vai ser um benefício que vou usar da assistência social. Olha eu sei que eles fazem o bolsa família, dentro do bolsa família tem N benefícios, como auxílio gas, outros auxílios dentro do bolsa família, a assistência social o CREAS ou CRAS sei lá, eles tem o mutirão de emprego, eles tbm oferecem cursos, tem parcerias com outros lugar para fazer cursos e eles também da o gás para as pessoas em situação de rua, xom renda baixa, eles ajudam financeiramente pessoas com renda baixa também, , então eles tem N benefícios, só que ou como eu falei para você eles negligenciam para uma certa parte da população e não deixa ninguém saber destes benefícios e dos direitos delas (Gisberta).

As respostas revelam uma lacuna considerável no acesso à informação sobre a política de assistência social. As usuárias demonstram desconhecimento acerca da abrangência dessa política, de seus direitos ou de como acessá-los, o que compromete sua autonomia e limita a efetividade desta política pública.

Dandara questiona a falta de cobertura do SUS em Curitiba para próteses dentárias parciais, apontando que outras capitais oferecem esse benefício. Ela expressa a frustração com a diferença no atendimento, questionando se há algo de específico no SUS de Curitiba que impede esse acesso. Além disso, ela menciona as ONGs que têm sido essenciais para ela, como o Grupo Dignidade e o Núcleo Periférico, que fornecem assistência jurídica, psicológica, alimentação e doações. Para Dandara, essas organizações são fundamentais para suprir as lacunas deixadas pela assistência social pública.

Gisberta, por sua vez, fala sobre sua falta de interesse em participar de programas oferecidos pela assistência social, como cursos e benefícios, pois seu foco é encontrar um emprego, ela apenas utiliza o voucher de renovação do hotel social, sendo sua principal interação com a assistência social. No entanto, ela admite estar agora recorrendo ao Bolsa Família devido à falta de perspectivas profissionais. Ela também critica a falta de divulgação e o descaso com que certos benefícios são tratados pela assistência social, ressaltando que, embora existam diversos auxílios disponíveis, muitos não são acessíveis a todos devido à negligência.

Desta forma, evidencia-se uma falha por parte dos órgãos responsáveis, que não divulgam de forma transparente as oportunidades existentes, limitando o alcance da assistência. Essa carência de informações fortalece a dependência de iniciativas de organizações da sociedade civil, que acabam atendendo parte das demandas que deveriam ser responsabilidades do poder público. Esses fatores podem ser resultado da falta de profissionais e da sobrecarga de trabalho, o que dificulta o exercício adequado da profissão.

Qual é a maior dificuldade que você enfrenta pra sair dessa situação de rua?

*A maior dificuldade é exatamente isso, é o trabalho, que a gente precisa, às vezes, só de uma oportunidade de entrar no mercado do trabalho, que as pessoas têm, portanto, preconceito com mulheres trans, e é sobre isso a questão do trabalho. Eu acho que o trabalho dignifica, abre muitas portas, dignifica o ser humano, é só essa questão. As políticas têm que se voltar mais para trabalho e para trans, sabe? Pra gente sair dessa marginalização, pra sair da prostituição, pra sair desse grupo de risco e alvo. Como o trabalho dignifica e a força do trabalho, eu nunca desacreditei. É uma realidade que muda mesmo a vida da gente. É isso (Dandara).
Entrar no mercado de trabalho, porque entrar no mercado de trabalho? Pq apesar dessas outras dificuldades, outros lugares, outras pessoas, outros espaços, é conseguir um emprego, pq se eu tiver um emprego, eu tenho*

uma segurança de estar alugando um lugar e ter o básico do básico né na sociedade, pq não vai ser um salário mínimo né, sabemos que o salário mínimo é pouco., querendo ou não estar recolocada na sociedade, assim como as outras pessoas cis, e outras pessoas normais vivem não sei como com um salário mínimo a gente também pode né, então o mínimo é estar recolocada no mercado de trabalho é ter um emprego e aliás um emprego estável e garantido que você realmente fique não conseguir um emprego em 3 meses de experiência você sair desse emprego, três meses não é garantia de nada. Ter um emprego que realmente te assegure as suas necessidades. Olha Kalika eu espero que pelo menos daqui a 3, 5 anos, não um futuro muito distante, eu finalmente consiga uma moradia digna, que eu pague meu aluguel, que eu conquiste as minhas coisas, que eu faça mais hobbies que eu esteja mais bem comigo mesma, pq a nossa saúde mental é muito conturbada, é muito difícil escrever o que a gente sente todos os dias, é muito difícil mesmo ser a gente. Então eu espero pelo menos viver em lugares melhores, não passar pela opressão que a gente vive mais, e pela negligência que a gente vive mais, mais como eu falei para você eu espero ter minha casinha, minhas coisinhas, fazer minha faculdade, fazer um curso que eu realmente goste, fazer tudo que eu goste entendeu kalika que eu tenha prazer de viver porque a gente não tem prazer de viver, agente não tem prazer. Se a gente tem um único momento prazeroso, alegre, é bem minimalista, bem raso e bem raro algum momento da vida do ano que a gente tem esses momentos. Se a gente tem infelizmente é a realidade, a gente tá se colocando se drogando, se bebendo, pretendendo preencher esse espaço indo para balada estando na rua, tentando preencher esse vazio que é muito grande, mas é isso, pelo menos eu espero ter mais prazer em viver (Gisberta).

As participantes destacam a luta constante para acessar o mercado de trabalho e alcançar uma vida digna. Dandara enfatiza que o trabalho é essencial para a dignidade e para a superação da marginalização, especialmente para travestis e mulheres trans, que enfrentam preconceito e dificuldades em conseguir oportunidades no mercado de trabalho formal. Ela acredita que as políticas públicas devem focar mais em garantir acesso ao trabalho, para que as pessoas trans possam sair da prostituição e dos grupos de risco e alvo.

Gisberta, por sua vez, ressalta a importância de ter um emprego estável para alcançar a segurança financeira e uma vida digna. Ela sonha com um futuro em que consiga uma moradia própria, um emprego satisfatório e a oportunidade de estudar, buscando um equilíbrio com sua saúde mental e mais prazer na vida. Ela compartilha a dor de viver em um constante estado de opressão e negligência, e como, muitas vezes as pessoas trans tentam preencher esse vazio emocional com comportamentos autodestrutivos.

Desta forma, a ausência de políticas públicas eficazes voltadas à empregabilidade e geração de renda para esse grupo reforça sua marginalização, restringindo suas possibilidades e, muitas vezes, levando-as à prostituição como única alternativa de subsistência. Além disso, o preconceito, a discriminação, a

negligência, a instabilidade e a falta de perspectivas impactam profundamente a saúde mental, gerando desmotivação e desesperança, o que torna ainda mais difícil a reconstrução de suas vidas, especialmente diante do desafio adicional de superar a dependência química. Ou seja, conforme mencionado anteriormente, para assegurar os direitos das travestis e mulheres trans em situação de rua e possibilitar a superação dessa realidade, além da política de assistência social, é fundamental que as ações envolvam políticas públicas em diversas áreas, como habitação, segurança, educação, saúde, trabalho, cultura, esportes, e segurança alimentar e nutricional, entre outras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia buscou analisar os principais desafios enfrentados pelas travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba/PR, considerando os impactos da colonialidade em sua subalternização e exclusão social, e como o município por meio da política de assistência social está respondendo a essa expressão radical da questão social.

No primeiro capítulo, que teve como objetivo investigar como a colonialidade, em seu processo de desumanização, contribuiu para a subalternização de travestis e mulheres trans, aprofundando as dinâmicas de exclusão social que as levam à situação de rua; demonstrou que a colonialidade, é uma estrutura de dominação que permanece na sociedade, mesmo após o fim das relações coloniais. A colonialidade, em suas múltiplas dimensões de poder, saber e ser, continua a influenciar as relações sociais, políticas e econômicas contemporâneas, sustentando estruturas de dominação que perpetuam desigualdades raciais, de gênero, sexualidade e classe. Desta forma, o sistema moderno colonial de gênero funda-se na dicotomia homem/mulher, impondo uma lógica heteronormativa que sustenta o patriarcado e a exploração dos corpos racializados, sendo marcado pela intersecção de raça, gênero, sexualidade e classe.

A violência intrínseca ao processo colonial não é um fenômeno do passado, mas uma força estruturante que permanece operando no mundo moderno. A cis-heterossexualidade compulsória, como ferramenta central de controle social, evidencia como a colonialidade molda a distribuição do poder e dos recursos, marginalizando corpos e identidades dissidentes.

Desde o final do século XVI, travestis e mulheres transexuais, africanas e brasileiras têm sido alvo de controle, perseguições, exclusões e violências físicas e simbólicas. Essas práticas, enraizadas na colonialidade, seguem marginalizando e desumanizando as identidades trans, impactando suas vidas em várias dimensões, incluindo no âmbito familiar, onde se iniciam as primeiras experiências de discriminação e violência.

A violência estrutural, manifestada em instituições como a família e nos sistemas econômicos, culturais e políticos, oprime esses grupos, negando-lhes direitos sociais e expondo-os a uma maior vulnerabilidade ao sofrimento e à morte. Assim, a transfobia configura-se como uma violência estrutural que nega a dignidade

humana dessas pessoas, por meio de ações de exclusão que impedem o pleno exercício da cidadania, agravando sua vulnerabilidade e contribuindo para fatores que as levam à situação de rua, intensificando o preconceito, estigma e discriminação.

Para desafiar essa realidade, é fundamental adotar uma perspectiva decolonial e interseccional, que reconheça as intersecções entre as diversas formas de opressão e busque redefinir as estruturas que continuam a perpetuar a desigualdade.

O segundo capítulo cujo objetivo era identificar as contribuições da política de assistência social do Município de Curitiba para mitigar os efeitos dessa exclusão social; evidenciou que a Assistência Social no Brasil evoluiu de ações filantrópicas para uma política pública integrada à seguridade social, consolidada com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS, descentralizado e participativo, visa garantir direitos e proteção social a populações vulneráveis. Em Curitiba, a Fundação de Ação Social (FAS) gerencia a política de assistência, mas ainda falta uma regulamentação específica do SUAS e uma secretaria dedicada à área.

Com a implementação do Hotel Social, Curitiba deu um passo significativo na promoção da proteção social para travestis e mulheres trans em situação de rua, oferecendo um espaço seguro para essa população historicamente marginalizada e vulnerável. Esse serviço representa uma iniciativa essencial para a inclusão social, proporcionando não apenas um acolhimento físico, mas também a possibilidade de acesso a outros serviços básicos.

No entanto, é importante destacar que, embora os recursos destinados a essa ação sejam um avanço, eles estão sendo aplicados em um serviço terceirizado, o que levanta questões sobre a continuidade e a qualidade de atendimento. A empresa contratada, que presta o serviço de acolhimento, conta com uma equipe própria, sem a presença de uma equipe multidisciplinar vinculada diretamente à FAS, o que pode comprometer a eficácia do atendimento. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, entre outros, é essencial para garantir um atendimento integral, individualizado e contínuo às necessidades específicas desta população.

A presença de uma equipe qualificada da FAS poderia potencializar o impacto do serviço, promovendo um cuidado mais adequado e, consequentemente,

melhores resultados na inclusão dessas pessoas na sociedade, contribuindo para sua autonomia e redução de riscos associados à exclusão e violência.

Portanto, embora a criação do Hotel Social seja um passo importante, é fundamental que o município reforce a estrutura de apoio, garantindo um atendimento mais integral e humanizado, com a presença de uma equipe capacitada para lidar com as especificidades das travestis e mulheres trans em situação de rua.

No terceiro capítulo que tem como objetivo apontar como o Serviço Social pode auxiliar para enfrentar os impactos da colonialidade na realidade vivida pelas travestis e mulheres trans; demonstrou que a trajetória do Serviço Social brasileiro evoluiu de práticas conservadoras e filantrópicas para uma profissão crítica e comprometida com a defesa dos direitos humanos, especialmente após o Movimento de Reconceituação na década de 1960 e com a criação do Código de Ética da profissão em 1993.

Contudo, os desafios contemporâneos, especialmente no que se refere ao enfrentamento da transfobia estrutural e à promoção dos direitos das pessoas trans, exigem que o Serviço Social avance ainda mais em sua capacidade de decifrar a realidade e intervir de forma criativa e propositiva. A transfobia, como uma das expressões da questão social, evidencia a necessidade de uma prática profissional que rompa com estereótipos, preconceitos e estruturas opressivas, valorizando as vivências e saberes das pessoas trans e promovendo sua inclusão e cidadania.

Neste sentido, a decolonialidade surge como uma perspectiva fundamental para repensar o Serviço Social, desconstruindo as heranças coloniais que ainda permeiam a profissão e ampliando o olhar para além das estruturas eurocêntricas e cis-heteronormativas. Essa abordagem crítica permite questionar as relações de poder e privilégio que marginalizam corpos dissidentes e reforçam desigualdades de gênero, raça e classe. Ao incorporar a decolonialidade em sua prática, o Serviço Social pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa, onde todas as formas de existência sejam respeitadas e valorizadas.

Na sequência, o quarto capítulo que teve como finalidade, estabelecer os principais obstáculos enfrentados por travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba na busca por visibilidade e inclusão social; constatou a complexidade e a gravidade das dificuldades enfrentadas por travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba. A falta de oportunidades no mercado de trabalho, aliada à discriminação e ao preconceito, é um dos principais obstáculos para a superação

dessa condição. A ausência de políticas públicas eficazes voltadas à empregabilidade e geração de renda para esse grupo reforça sua marginalização, restringindo suas possibilidades e, muitas vezes, levando-as à prostituição como única alternativa de subsistência. Desta forma, torna-se essencial a implementação de ações afirmativas focadas na educação, promoção da empregabilidade e geração de renda.

A saúde mental é um aspecto fundamental, profundamente impactada pela desmotivação e desesperança, que são agravadas pelo preconceito, discriminação e negligência vividos no cotidiano. A dependência química, frequentemente adotada como mecanismo de escape, torna ainda mais desafiadora a reconstrução de suas vidas, sendo necessário garantir o acesso ao cuidado integral à saúde, incluindo a saúde mental. Além disso, destaca-se a importância de integrar efetivamente a política de assistência social com outras áreas, como saúde, trabalho, habitação, entre outras, já que a política de assistência social isolada não resolve a questão da população em situação de rua, sendo necessária uma abordagem intersetorial.

A atuação de organizações da sociedade civil, como o Grupo Dignidade, tem sido crucial no apoio a essa população, suprimindo parte das demandas que deveriam ser atendidas pelo poder público. No entanto, é fundamental que o Estado assuma sua responsabilidade, conforme determina a LOAS art.5, inciso III – “primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo” (Brasil, 1993, n.p.), garantindo a efetivação dos direitos humanos e a promoção da cidadania para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero e orientação sexual.

É fundamental a participação política ativa na defesa dos direitos dessa população. A sociedade civil tem desempenhado um papel importante nesse processo, seja por meio dos movimentos sociais, seja por meio de grupos e organizações comprometidos com mudanças estruturais. As ações voltadas para a melhoria das políticas públicas e/ou a criação de novas estruturas de atendimento e reconhecimento dessa população são essenciais para trilhar um caminho efetivo de superação dessa expressão radical da questão social (Hack, 2022).

Por fim, a escrita deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi um processo desafiador e profundo, especialmente por ser travesti e lidar com a marginalização e a exclusão social ao longo da minha trajetória. Durante essa

jornada, pude perceber a relevância do tema e a potência de desenvolver uma pesquisa que se conecta diretamente à minha identidade e à minha história.

Diversos desafios surgiram ao longo da construção deste trabalho, que exigiu não apenas a análise de dados, mas também a vivência de uma realidade dolorosa, que afeta de forma direta travestis e mulheres trans em situação de rua. A vivência dessas pessoas reflete as estruturas coloniais que ainda perpetuam a opressão e a marginalização. Ao abordar essas questões, o TCC tornou-se um levantamento das vidas silenciadas, ao mesmo tempo em que se configurou como um convite à reflexão decolonial, instigando-me a uma análise crítica das dinâmicas sociais contemporâneas.

Além disso, lidar com a carga emocional envolvida nos relatos das pessoas com as quais tive a oportunidade de interagir durante meu estágio no Grupo Dignidade e nas entrevistas, foi uma experiência transformadora. As histórias de sofrimento, violência e exclusão eram muitas, mas, paralelamente, elas também revelavam a força e a resistência de quem as vivência. Escrever sobre esse tema significava não apenas expor essas experiências, mas também refletir sobre como essas vozes podem ser ouvidas e valorizadas.

O processo de escuta ativa e a identificação com as vivências das pessoas entrevistadas permitiu compreender de forma mais profunda a importância de uma pesquisa que esteja em sintonia com as necessidades e realidades da população em questão. Ao invés de apenas observar de fora, estava contribuindo para que essas vozes fossem reconhecidas.

No entanto, escrever um TCC com uma abordagem centrada em um grupo tão marginalizado também trouxe uma grande responsabilidade. Como pesquisadora, o desafio foi garantir que o trabalho não fosse apenas uma análise acadêmica, mas uma ferramenta de visibilidade, luta e resistência.

Dessa forma, a experiência de escrever este TCC sobre travestis e mulheres trans em situação de rua, e de tentar dar visibilidade a essas trajetórias de vida, fortaleceu meu compromisso de continuar minha trajetória acadêmica e profissional com um olhar ainda mais atento às questões que envolvem a interseccionalidade entre gênero, raça, classe e sexualidade. As dificuldades foram muitas, mas a missão de garantir que essas vozes, frequentemente silenciadas, fossem ouvidas fez com que cada desafio se transformasse em uma motivação para seguir em frente.

REFERÊNCIAS

ALBONETTE, Eliana A. G. **Serviço Social no Brasil: panorama histórico e desafios**. Curitiba, Intersaberes, 2017.

ALVES, Caroline F.; SILVESTRE, Viviane P. V.; LIMA, Sostenes C. de. Vozes do necrotério social: o que pessoas em situação de rua tem a falar? **Revista Raido**, v. 13, n. 33, jul./dez. 2019, Dourados, MS - Brasil. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/9769> Acesso em: 20 nov. 2024.

ARAÚJO, Tathiane A.; NOGUEIRA, Sayonara N. B.; CABRAL, Euclides A. **Registro Nacional de Assassinatos e Violações de Direitos Humanos das Pessoas Trans no Brasil em 2022**. Série Publicações Rede Trans Brasil, 7a. ed. Aracaju: Rede Trans Brasil, Uberlândia: IBTE, 2023.

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 30 anos da LOAS e a Garantia da Democracia. Curitiba: Câmara Municipal de Curitiba, 2023. 1 vídeo (3:21:05). Transmitido ao vivo em 14 de maio de 2023 pelo canal da Câmara Municipal de Curitiba. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XjyTLwbVQzI&t=8163s> Acesso em: 26 fev. 2025.

BARBOSA, Vera L. E.; SOUSA, Maria I. de J.; FREITAS, Rita de C. S. **Serviço Social e Pensamento Decolonial**. XVII CBAS, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000085.pdf> Acesso em: 17 fev. 2025.

BARBOSA, Vera L. E. Decolonialidade e Serviço Social: um debate emergente. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, v. 146, n. 1, p. 161-182, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ZQgTZrhFrNVyvQXH6crSK8x/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BARROCO, Maria L. S.; TERRA, Sylvia H. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (organizador). São Paulo: Cortez, 2012.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Brasília, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf> Acesso em 06/03/2023 Acesso em: 27 dez. 2024.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BOSCARI, Marilene; SILVA, Fátima N. da. **A trajetória da assistência social até se efetivar como política social pública**. RIES, ISSN 2238-832X, Caçador, v.4, n.1, p. 108-127, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/ries/article/view/341> Acesso em: 18 fev. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Casa Civil, Brasília 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 18 fev. 2025.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993**. Brasília, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 218 de 6 de março de 1997**. Ministério da Saúde. Brasília, 1997. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1997/res0218_06_03_1997.html Acesso em: 16 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004. Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf Acesso em: 16 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CapacitaSuas Volume 3 (2008) Planos de Assistência Social: diretrizes para elaboração**. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília-DF: MDS, 2008. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/SUAS_Vol3_planos.pdf Acesso em: 16 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasil, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm Acesso em: 27 dez 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social. **NOB-RH/SUAS: anotada e comentada**. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf Acesso em: 19 fev. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 2.803 de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Ministério da Saúde. Brasília, 2013a. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html#:~:text=PORTARIA%20N%C2%BA%202.803%2C%20DE%2019,%C3%9Anico%20de%20Sa%C3%BAde%20\(SUS\)](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html#:~:text=PORTARIA%20N%C2%BA%202.803%2C%20DE%2019,%C3%9Anico%20de%20Sa%C3%BAde%20(SUS)). Acesso em: 16 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2013b. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf Acesso em: 19 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientação aos Municípios sobre Regulamentação da Política Municipal de Assistência Social**. Brasília, 2015. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/cartilhaorientacao_aosmunicipios.pdf Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm Acesso em: 16 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **O sistema único de assistência social no combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas**. Brasília, 2020. Disponível em: https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/06/Combate_Trabalho_Escravo_01.06.pdf Acesso em: 18 mar. 2025.

BRASIL. **Relatório Preliminar População em Situação de Rua - Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do governo federal**. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasília, 2023a. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 976 Distrito Federal**. 2023b.

BRITO, Marcelo et al. **Decolonialidade e gênero sob a perspectiva transfeminista**. In: Anais do 10º CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Anais...Niterói (RJ) Programa de Pós-Graduação em, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xc22021/437500-decolonialidade-e-genero-sob-a-perspectiva-transfeminista/> Acesso em: 09 fev. 2025.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução nº 383 de 29 de março de 1999**. Caracteriza o assistente social como profissional da saúde. Brasília, 1999. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_383_99.pdf Acesso em: 16 fev. 2025.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução nº 489 de 03 de junho de 2006**. Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.cfess.org.br/uploads/legislacao/4625/ZKbgSep6qtCyuo0l_I9xYqIgNMjpmOsw.pdf Acesso em: 23 fev. 2025.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** - 10ª. ed. rev. e atual. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em: 19 fev. 2025.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução nº 785 de 22 de dezembro de 2016.** Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e da/do assistente social transexual no Documento de Identidade Profissional. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/ResCfess7852016.pdf> Acesso em: 23 fev. 2025.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução nº 845, de 26 de fevereiro de 2018.** Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/uploads/legislacao/4478/Xa5qvnR2Waz-YluoOalDc8PgiiyzpkOC.pdf> Acesso em: 23 fev. 2025.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Civilização brasileira, vol. 42, Rio de Janeiro, 1968.

FIGUEIREDO, Camila. **Observatória.** 2024. Disponível em: <https://observatoria.org/> Acesso em: 10 fev. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed., São Paulo, SP: Editora Atlas, 2002.

GONÇALVES, Rita de C.; LISBOA, Teresa K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Revista Katálisis**, v. 10 n. esp. p. 83-92. Florianópolis, SC, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/VzGmzYXDPdxPgthrfPL4tVP/#> Acesso em: 27 dez. 2024.

HACK, Neiva S. **Políticas Públicas voltadas à população em situação de rua.** Material didático do curso Bacharelado em Serviço Social disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Univirtus. Curitiba. Uninter, 2022.

HACK, Neiva S. **Política de Seguridade Social – Assistência Social.** Material didático do curso Bacharelado em Serviço Social disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Univirtus. Curitiba: Uninter, 2024.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2024.** Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf> Acesso em: 20 nov. 2024.

JESUS, Jaqueline G. de. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros,

para formadores de opinião. Brasília, 2012. Disponível em:
https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989 Acesso em: 20 nov. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 2012. Disponível em:
<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150> Acesso em: 05 mar. 2025.

JESUS, Jaqueline G. de. Xica Manicongo: A transgeneridade toma a palavra. **Revista docência e cibercultura**, v. 3, n. 1, p. 250 – 260, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/41817/0>
Acesso em: 10 jan. 2025.

JÚNIOR, Jorge Leite. **Nossos corpos também mudam: sexo, gênero e a invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - PUC, São Paulo, 2008. Disponível em:
<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/3992> Acesso em: 05 dez. 2024.

KLAZURA, Marcos A. O Serviço Social e a Defesa Intransigente dos Direitos Humanos. **Caderno Humanidades em Perspectivas** – v.1 n.1 – 2017. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/593>
Acesso em: 12 fev. 2025

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial**. Rev. Estudos Feministas. Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, dez. 2014. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2024.

LUGONES, Maria. **Colonialidade e gênero**. In: Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais. Org. Heloisa Buarque de Hollanda. Bazar do Tempo, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:
https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista-hoje_-_perspectivas-decoloniais-bazar-do-tempo-_2020.pdf Acesso em: 02 dez 2024.

MACHADO, Edneia Maria. **Questão Social: objeto do Serviço Social?** Serviço Social em Revista v.2, n.1, jul/dez 1999. Disponível em:
<https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v2n1.htm> Acesso em: 15 jan. 2025.

MARINHO, Silvana. Serviço Social e População Trans: Um debate sobre a questão social e suas expressões na cena contemporânea. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, v.1, n.1, jan./jun., 2017. Disponível em:
<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/799>
Acesso em: 22 jan. 2025

MEIRELES, Flávia. Corpos/Corpas/Corpes dissidentes e a cena artística: Políticas da diferença. **Moringa artes do espetáculo**, v.11 n.1, p. 33-47, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/moringa/article/view/53469>. Acesso em: 4 jan. 2025.

MENDES, Lindalva G.; JORGE, Alzira O.; PILECCO, Flávia B. **Proteção social e produção do cuidado a travestis e a mulheres trans em situação de rua no município de Belo Horizonte (MG)**. Saúde debate, v. 43, n. especial 8, p. 107-119. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/CxwhB3Gr5ZQfV3CySb3CFwg/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 27 dez. 2024.

MINAYO, Maria C. de S. **A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública**. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 10 (supl. 1): 07-18, 1994. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/dgQ85GcNMfTCPByHzZTK6CM/abstract/?lang=pt>
Acesso em: 27 dez. 2024.

MINAYO, Maria C. de S. **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade**. Editora Vozes. Petrópolis, RJ, 2002.

MOTT, Luiz. **Raízes históricas da homossexualidade no atlântico lusófono negro**. Revista Afro-ásia, n.33, p. 9-33, 2005. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77003301> Acesso em: 09 jan. 2025.

NASCIMENTO, Letícia C. P. do. **Transfeminismo**. Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NETTO, José P. **Ditadura e Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo, Cortez, 2017.

OLIVEIRA, Dennis de. **A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder**. Revista Extraprensa, 11(2), 39-57, 2018. Disponível em:
<https://revistas.usp.br/extraprensa/article/view/145010> Acesso em: 27 dez. 2024.

OLIVEIRA, Elizabeth de S.; LUCINI, Marizete. **O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência**. Boletim Historiar, vol. 08, n. 01, Jan./Mar. 2021, p. 97-115. Disponível em:
<https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/15456> Acesso em: 15 fev. 2025.

OLIVEIRA, Francine N. A. Gênero, cultura e o dispositivo da transexualidade: A formação da identidade travesti no Brasil. **Darandina Revista eletrônica**, Juiz de Fora, v.10, n. 1, 2017. Disponível em:
<https://periodicos.ufjf.br/index.php/darandina/article/view/28254#:~:text=Resumo,da%20identidade%20travesti%20no%20Brasil>. Acesso em: 05 jan. 2025.

OLIVEIRA, Megg R. G. de. **Nem ao Centro nem à margem: corpos que escapam às normas de reça e de gênero**. 1ª edição/Salvador – BA, Editora Devires, 2020.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. Codesria Gender Series, Dakar, v. 1, p. 1-10, 2004. Disponível em: [oyèrónké oyèwùmí - conceitualizando o gênero. os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas.pdf](#) Acesso em: 20 dez. 2024.

PASSOS, Maria Clara A. **A transfobia é um vício branco**. Blogueiras negras, 2018. Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/transfobia-e-um-vicio-branco/> Acesso em: 10 jan. 2025.

PASSOS, Maria Clara A. **Pedagogias das Travestilidades**. 1.ed. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2022.

PELECH, Lana de Holanda. Intercept Brasil. **Extrema direita faz pessoas trans de bode expiatório. Nos EUA e aqui**. Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2025/02/05/extrema-direita-faz-pessoas-trans-de-bode-expiatorio-nos-eua-e-aqui/> Acesso em: 10 jan. 2025.

PRATES, Angela M. M. C. **Política de Seguridade Social: Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Editora Intersaberes. Curitiba, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Fundação de Ação Social. **Histórico da Fundação de Ação Social**. Curitiba, s.d. Disponível em: <https://fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?idf=71> Acesso em: 25 fev. 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Lei Ordinária nº 2.585/1965**. Institui a Fundação de Recuperação do Indigente. Curitiba, 1965. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1965/259/2585/lei-ordinaria-n-2585-1965-institui-a-fundacao-de-recuperacao-do-indigente> Acesso em: 25 fev. 2025.

PREFEITURA DE CURITIBA. Leis Municipais. **Decreto nº 1.716 de 20 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a Política Municipal Intersectorial de Atenção à População em Situação de Rua e dá outras providências. Curitiba, 2019. Disponível em: <http://leismunicipa.is/0g2p3> Acesso em: 10 jan. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Fundação de Ação Social. **Plano Municipal de Assistência Social 2022/2025**. Curitiba, 2022. Disponível em: <https://fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?idf=1567> Acesso em 25 fev. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Portal da Transparência. **Detalhes licitação PE 48/2022**. Curitiba, 2023a. Disponível em: <https://www.transparencia.curitiba.pr.gov.br/Sqp/LicitacoesDetalhes.aspx?id=214198> Acesso em: 03 mar. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Proteção para todas. Hotel Social Eilat oferece proteção e oportunidades para mulheres travestis e trans em situação de rua**. Curitiba, 2023b. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/hotel-social-eilat-oferece-protecao-e-oportunidades-para-mulheres-travestis-e-trans-em-situacao-de-rua/69298> Acesso em: 03 mar. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Leis Municipais. **Lei nº 16.461/2024**. Cria a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoal - SMGP, a Secretaria Municipal da Mulher e Igualdade Étnico-Racial - SMIR, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano - SMDH e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento

Econômico e Inovação - SMDEI, e altera dispositivos das Leis nº s [4.545](#), de 5 de janeiro de 1973, [7.671](#), de 10 de junho de 1991, [7.829](#), de 17 de dezembro de 1991, [7.982](#), de 6 de agosto de 1992, [10.130](#), de 28 de dezembro de 2000, [10.644](#), de 3 de abril de 2003, [12.192](#), de 2 de maio de 2007, e [15.461](#), de 10 de julho de 2019. Curitiba, 2024a. Disponível em: <http://leismunicipa.is/1vmcu> Acesso em: 10 já. 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. LOA 2025. Lei orçamentária anual. **Lei Municipal nº 16.483 de 27 de dezembro de 2024.** Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Curitiba para o exercício financeiro de 2025. Curitiba, 2024b. Disponível em: <https://orcamentos.curitiba.pr.gov.br/conteudo/orcamento-anual-2022-2025/799> Acesso em: 02 mar. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Fundação de Ação Social. **Governo federal conhece hotel social para acolhimento a mulheres trans.** Curitiba, 2024c. Disponível em: <https://fas.curitiba.pr.gov.br/noticia.aspx?id=4221> Acesso em: 03 mar. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Fundação de Ação Social. **ATAS das Reuniões 2025 – CIAMP.** Curitiba, 2025a. Disponível em: <https://fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?id=1935> Acesso em: 10 mar. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Fundação de Ação Social. **Termo de Apostilamento ao Contrato nº 213, referente a Prestação de serviços para oferta de hospedagem/hotelaria/diária e pernoite, para pessoas em Situação de Rua, celebrado em 23/01/2023, entre a Fundação de Ação Social – FAS e Pensionato Universitário LTDA – ME.** Curitiba, 2025b. Disponível em: https://mid-transparencia.curitiba.pr.gov.br/contratos/2023/FMAS_2023_213_apost_3_44925.pdf Acesso em: 05 mar. 2025.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Relatos orais: do indizível ao dizível.** Ciência e Cultura, São Paulo, v. 39, n.3, p. 272-286, mar., 1987.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2005. p.107-130. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf Acesso em: 20 nov. 2024.

ROCHA, Valdivina F. de J. e. **Racismo estrutural: trajetórias de vida de pessoas negras em situação de rua na cidade de Santos/SP.** (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo Campus Baixada Santista – UNIFESP, Santos/SP. 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/2d69a1e7-582c-4a07-bce5-ed0235523457> Acesso em: 14 dez. 2024.

SANTOS, Simone C. M. dos; SOUZA, José Raul de. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar de fazer. **Pesquisa e debate em educação,** Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/RPDE/article/view/31559>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **Incorrigíveis, afeminados, desenfreados: Indumentária e travestismo na Bahia do século XIX.** Revista de antropologia, v.40, n.2, p. 142 – 182. São Paulo, USP, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/NV95Yd5RzQHnLsWWKmQNh4g/?lang=pt> Acesso em: 09 jan. 2025.

SALES, Cristina P. et al. **O Serviço Social na defesa dos Direitos Humanos.** Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, v. 16, 2019. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/588> Acesso em: 12 fev. 2025.

SILVA, M. R. C. G. **Antropofagia queer: imagem, (trans) gênero e poder.** (Trabalho de Conclusão de Curso em História da Arte). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/5881/1/MSilva.pdf> Acesso em: 09 fev. 2025.

SOUZA, Dediane; ARAÚJO, Tathiane. (Orgs). **Censo Trans. Reflexões sobre os dados do Censo Trans. Sem motivos para orgulho: diálogos e análises do contexto socioeconômico de mulheres travestis e transexuais no Brasil.** Rede Trans Brasil, 2022. Disponível em: <https://escolajudicial.trt5.jus.br/sites/default/files/sistema/cursos/2024-04/tathiane-araujo.pdf> Acesso em: 27 dez. 2024.

SOUSA, Filomena C. **O que é “ser adulto”: as práticas e representações sociais sobre o que é “ser adulto” na sociedade portuguesa.** Acolhendo a Alfabetização Nos Países De Língua Portuguesa, 1(2), 56-69, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reaa/article/view/11459> Acesso em: 20 nov. 2024.

TENENBLAT, M. J. T. **Serviço Social e transexualidade: uma análise das ações de requalificação civil de pessoas transexuais no Estado do Rio de Janeiro.** 16º ENPESS, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22493> Acesso em: 22 jan. 2025.

TORRES, Nelson M. **Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto** en “El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global”, Ilesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, Bogotá, 2007. Disponível em: https://enriquedussel.com/txt/Textos_200_Obras/Filosofos_latinos_EU/Sobre_colonialidad-Nelson_Maldonado.pdf Acesso em: 02 dez. 2024.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** Editora Atlas S.A., São Paulo/SP, 1987.

VASCONCELOS, Fábio R. da S. Evasão escolar de alunas travestis e transexuais. In: Seminário corpo, gênero e sexualidade, 7., 2018, Rio Grande. **Anais...** Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2018. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/250.pdf> Acesso em: 04 mar. 2025.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO E ROTEIRO DA ENTREVISTA

Questionário da pesquisa com o tema: “Vozes silenciadas: a trajetória de vida das travestis e mulheres trans em situação de rua na cidade de Curitiba/PR e as respostas da política de assistência social do Município”.

1. Nome:

.....

2. Qual sua idade?

.....

3. Qual sua nacionalidade (país)?

.....

4. Cidade e Estado que nasceu?

.....

5. Quanto tempo reside em Curitiba?

.....

6. Qual a sua cor/etnia?

() Preta

() Parda

() Branca

() Amarela

() Indígena

() Outro

7. Qual sua identidade de gênero?

() Travesti

() Mulher Trans

8. Qual seu grau de escolaridade?

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Médio Completo

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Superior Completo

() Ensino Superior Incompleto

() Pós-graduação

() Mestrado

() Doutorado

() Outro

9. Qual sua profissão?

.....

10. Qual a sua ocupação no momento (trabalho)?

.....

11. Recebe algum benefício Social?

() Sim

() Não

12. Se a resposta anterior for SIM, qual benefício você recebe?

.....

13. Possui alguma deficiência?

() Sim

() Não

14. Se a resposta anterior for SIM, qual deficiência?

.....

15. Faz uso de álcool e/ou outras drogas?

() Sim

() Não

16. Se a resposta anterior for SIM, qual?

.....

17. Quanto tempo está em situação de rua?

.....

18. Tem contato com sua família?

() Sim

() Não

19. Qual a maior dificuldade que você encontra para superar a situação de rua?

.....

Assinatura

Roteiro da entrevista semiestruturada

- 1. Nome**
- 2. Qual sua idade?**
- 3. Qual sua nacionalidade (país)?**
- 4. Cidade e Estado que nasceu?**
- 5. Quanto tempo reside em Curitiba?**
- 6. Qual sua identidade de gênero?**
- 7. Qual a sua cor/etnia?**
- 8. Qual seu grau de escolaridade?**
- 9. Qual sua profissão?**
- 10. Qual sua ocupação no momento?**
- 11. Recebe algum benefício social? Qual?**
- 12. Possui alguma deficiência?**
- 13. Faz uso de álcool ou outras drogas?**
- 15. Em que momento você percebeu que se identificava como uma travesti/mulher trans?**
- 16. Como foi o processo de descoberta até a aceitação de sua identidade de gênero?**
- 17. O que te levou a morar na rua?**
- 18. Quanto tempo está em situação de rua?**
- 19. Em relação a sua vivência na rua, quais as suas dificuldades enfrentadas no dia a dia?**
- 20. Você já vivenciou alguma violência na rua?**
- 21. Você possui contato com sua família? Se não, o que te levou a romper esse contato?**
- 22. Como você ficou sabendo do Hotel Social?**
- 23. Como foi o processo até conseguir uma vaga no Hotel Social?**
- 24. Além do hotel social você tem outro local para ficar, caso o hotel esteja com todas as vagas preenchidas?**
- 25. Tem alguma sugestão, crítica ou elogio em relação ao atendimento prestado pela equipe do Hotel Social, bem como sua estrutura?**
- 26. Quais os outros serviços, programas, benefícios, ofertados pela política de assistência social, você já utilizou?**
- 27. Qual a maior dificuldade que você encontra para superar a situação de rua?**

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: **Vozes silenciadas: a trajetória de vida das travestis e mulheres trans em situação de rua na cidade de Curitiba/PR e as respostas da política de assistência social do município.**

A JUSTIFICATIVA, OS OBJETIVOS E OS PROCEDIMENTOS:

O motivo que nos leva a estudar: nas últimas décadas, o fenômeno população em situação de rua (PSR) tem se destacado nas agendas políticas e acadêmicas, gerando debates sobre as políticas sociais e direitos humanos dessa população. Devido ao cenário em que se encontram, as pessoas em situação de rua são estigmatizadas pela sociedade, que muitas vezes as responsabiliza por sua condição. Dentro desse contexto, um grupo frequentemente marginalizado e negligenciado é o das travestis e mulheres trans que enfrentam desafios únicos que as colocam em situação de maior vulnerabilidade quando comparadas a outros grupos em situação de rua. No intuito de evidenciar a importância da temática, o presente trabalho de conclusão de curso (TCC) tem como tema as travestis e mulheres trans em situação de rua e a política de assistência social. O interesse pelo tema de pesquisa aflorou a partir da realização do meu estágio obrigatório no Grupo Dignidade, uma organização da sociedade civil, de assistência social, localizada na cidade de Curitiba/PR, que há 32 anos luta pela cidadania e direitos da população LGBTI+. Durante os atendimentos conduzidos pela assistente social, bem como nas reuniões com a equipe de Atenção à população em situação de rua da Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS) e a participação nos programas e projetos desenvolvidos pelo Grupo Dignidade voltados a esse público, em especial o Programa Trajetórias, pude imergir em diversas experiências junto a essa população. No decorrer de uma das etapas do Programa Trajetórias que teve como finalidade o resgate da dignidade, da cidadania e a inclusão social de travestis e mulheres trans em situação de rua acolhidas no Hotel Social Eliat mantido pela FAS, foi realizada uma dinâmica em grupo com o nome “Minha história, minha vida”, onde cada participante teve que realizar um recorte e uma colagem de figuras que representassem diferentes fases da vida delas (infância, adolescência, juventude e adultez). Foi um momento de muita troca, onde afluiu vários sentimentos e emoções. Através desta dinâmica, ouvimos vários relatos e histórias diferentes, mas que em muitos momentos pareciam ser repetidas. Trajetórias distintas, mas por questões interseccionais de raça, identidade de gênero, sexualidade e classe, apresentam os desdobramentos da colonialidade na realidade dessa população, que permanece atuando através das relações sociais, nos discursos e nas práticas, preservando a lógica de relações coloniais;

mantém-se, então, o controle da economia, da política, do conhecimento, do gênero e da sexualidade, da subjetividade do ser, atuando como força motriz no processo contínuo de violação de direitos fundamentais da população LGBTI+. Desta maneira, o Brasil transforma-se no país em que se mais mata pessoas que rompem com os padrões de gênero estabelecidos pela sociedade cis-heteronormativa. Somente em 2023, tivemos pelo menos 145 assassinatos de pessoas trans, sendo que 136 destes assassinatos foram de travestis e mulheres trans e 9 homens trans. Este grupo vive em extrema exclusão social, tendo que enfrentar enormes e diversas barreiras no acesso a direitos básicos – como educação, saúde, assistência social, segurança, moradia e trabalho formal. Isto posto, por ser uma travesti que também enfrenta as estruturas coloniais atuantes na sociedade, sinto-me impelida a aprofundar minha pesquisa nessa temática. Mesmo sem ter vivido a experiência de estar em situação de rua, a proximidade com a realidade vivida por essas pessoas despertou em mim uma inquietação de problematizar sob uma ótica de(s)colonial, a lógica da colonialidade que impera sobre as travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba, capital do Paraná, conhecida por sua qualidade de vida, mas que está entre os 10 municípios com maior número de população em situação de rua do país. Portanto, com o propósito de ampliar o debate e dar visibilidade e voz a travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba, pois é preciso combater o silenciamento que está intrincado em grupos sociais minorizados, e identificar as contribuições da assistência social para mitigar os efeitos dessa exclusão social, o presente estudo estabelece o seguinte problema de pesquisa: quais os desafios enfrentados por travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba e como o município, por meio da assistência social está respondendo a essa expressão radical da questão social?

A pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar o debate sobre o tema e dar visibilidade e voz as travestis e mulheres trans em situação de rua na cidade de Curitiba/PR. As mulheres trans e travestis, tem seus direitos constantemente violados, visto que a transfobia estrutural nega a dignidade humana dessa população, impedindo o exercício pleno da cidadania, intensificando a vulnerabilidade, contribuindo com fatores que levam essas pessoas a uma situação de rua, acentuando ainda mais o preconceito, estigma, discriminação e a total exclusão social. Quando em situação de rua, suas condições de vida são ainda mais agravadas, expondo-as a riscos elevados de violência e privação de acesso a serviços básicos comparadas a outras populações em situação de rua. Devido a carência de estudos que envolvem essa população, e em virtude da dimensão dessa população permanecer desconhecida, a compreensão e divulgação de suas trajetórias de vidas são fundamentais para a formulação de políticas públicas, bem como desconstruir estereótipos e preconceitos perpetuados pela sociedade.

Objetivo da pesquisa:

Objetivo Geral: analisar os principais desafios enfrentados pelas travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba/PR e como o município por meio da política de assistência social está respondendo a essa expressão radical da questão social;

Objetivos específicos: investigar como a colonialidade, em seu processo de desumanização, contribuiu para a subalternização de travestis e mulheres trans, aprofundando as dinâmicas de exclusão social que as levam à situação de rua;

identificar as contribuições da política de assistência social do Município de Curitiba para mitigar os efeitos dessa exclusão social;

apontar como o Serviço Social pode auxiliar para enfrentar os impactos da colonialidade na realidade vivida pelas travestis e mulheres trans;

estabelecer os principais obstáculos enfrentados por travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba na busca por visibilidade e inclusão social.

Os procedimentos de coleta de dados serão da seguinte forma: este trabalho esteia-se no método de investigação nomeado como materialismo histórico-dialético, um método de compreensão da realidade concreta, por meio de uma abordagem de cunho qualitativo que proporciona um aprofundamento da compreensão da realidade vivida por travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba, com dados quantitativos. Posteriormente, será conduzida uma pesquisa de campo com as travestis e mulheres trans que estão em situação de rua que estão acolhidas no Hotel Social Eliat, administrado pela Fundação de Ação Social (FAS). Esta pesquisa investigativa será entrelaçada com o método da história oral que se apresenta como uma valiosa contribuição para as ciências sociais e para o Serviço Social, através da modalidade trajetórias de vida. O instrumento de coleta de dados utilizado nessa pesquisa será a entrevista semiestruturada. As informações e dados apresentados serão compostos de informações de cunho qualitativo e dados quantitativos e analisados com a técnica de análise de conteúdo, que se desenvolve em três etapas: pré-análise; exploração, categorização e codificação do material; e, por fim, tratamento, inferência e interpretação dos resultados.

DESCONFORTOS E RISCOS E BENEFÍCIOS:

A participação nesta pesquisa poderá trazer desconforto e risco mínimo; sendo eles: durante as entrevistas, alguns temas podem trazer lembranças ou experiências emocionais sensíveis, gerando desconforto ou sofrimento psicológico. A participação na pesquisa, caso seja identificada por terceiros, pode expor as participantes a julgamentos. Uma abordagem insensível ou culturalmente

inadequada pode gerar interpretações equivocadas e comprometer o respeito às particularidades das participantes.

Para minimizar os riscos e/ou seus efeitos serão adotados como procedimentos: Todas as informações pessoais serão tratadas de forma confidencial. Levando em consideração o procedimento ético de uma pesquisa científica, a identidade das travestis e mulheres trans que aceitarem participar da entrevista será preservada. Pseudônimos serão utilizados para identificar as participantes nos registros da pesquisa. Os dados serão armazenados em sistemas seguros, acessíveis apenas à equipe de pesquisa. Estaremos atentas a sinais de desconforto emocional durante as entrevistas e, caso necessário, orientaremos as participantes a buscar apoio profissional especializado. Oferecemos informações sobre serviços de assistência psicológica para aquelas que manifestarem interesse, inclusive dentro do próprio Grupo Dignidade, onde as participantes são atendidas. Antes de iniciar a pesquisa, todas as participantes serão devidamente informadas sobre os objetivos, procedimentos, possíveis riscos e benefícios do estudo. Será garantido que cada participante tenha plena liberdade para interromper sua participação a qualquer momento, sem justificativa. Cuidados serão tomados para evitar qualquer atitude que possa gerar constrangimento ou desrespeito às participantes. As entrevistas serão realizadas na sala de atendimento do Serviço Social do Grupo Dignidade, um ambiente seguro e privado. Com essas medidas, objetivamos minimizar os riscos potenciais e assegurar que a pesquisa seja conduzida de forma ética, respeitosa e segura, em conformidade com a Resolução CNS n.º 510, de 2016.

Os benefícios da pesquisa são: a realização desse estudo com travestis e mulheres trans em situação de rua contribui para a visibilidade de uma parcela da população que é frequentemente marginalizada e invisibilizada. As experiências vividas por essas pessoas em situação de rua são únicas e complexas, e sua participação direta garante que o estudo seja autêntico e reflita suas realidades, desafios e necessidades. Ouvir diretamente suas vozes possibilita desconstruir estereótipos e preconceitos perpetuados pela sociedade e reforçados pela mídia. As trajetórias de vida compartilhadas por travestis e mulheres trans em situação de rua são fundamentais para a formulação de políticas públicas eficientes e inclusivas.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA: Nós, pesquisadoras, asseguramos a você assistência durante toda a pesquisa. Nosso compromisso é proporcionar um acompanhamento contínuo e individualizado garantido que você tenha o suporte necessário durante a realização da pesquisa. A equipe de pesquisadoras estará disponível para responder suas perguntas, esclarecer dúvidas e oferecer orientação sempre que necessário. Além disso, disponibilizamos canais de comunicação direta, como telefone e e-mail, para que você possa entrar em contato conosco a

qualquer momento. Sua participação é fundamental para a realização deste estudo, estamos comprometidas em fornecer 5/4 toda a assistência necessária para que você se sinta segura e bem informada durante todo o processo de pesquisa.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO:

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

As pesquisadoras irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de garantia de sigilo e anonimato. Todos os materiais coletados que contenham seus dados, relatos, assim como os resultados da entrevista semiestruturada. Para fins da pesquisa, permanecerão confidenciais as informações coletadas através da entrevista semiestruturada. Seu nome ou qualquer material que indique a sua participação será utilizado apenas para elucidar os objetivos descritos na pesquisa e não serão liberados em nenhuma circunstância sem a sua permissão. Todos os dados desta pesquisa são confidenciais e sigilosos. Os dados da pesquisa serão mantidos em arquivo físico ou digital, sob responsabilidade e guarda das pesquisadoras, por um período de 5 anos após o término da pesquisa, conforme preconizado pela Resolução da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa nº466/2012. Você também não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Uma via deste consentimento informado será arquivada com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Centro Universitário Internacional UNINTER e com a Coordenação do Curso de Bacharelado em Serviço Social e outra será fornecida a você.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS:

A sua participação no estudo não acarretará custos para você e você também não terá nenhuma compensação financeira adicional. Eventuais custos adicionais serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. No caso de você sofrer algum dano decorrente da sua participação na pesquisa, você terá direito a requerer como indenização uma carta de retratação pelos pesquisadores.

CAMPO DE PREENCHIMENTO DO(A) PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELO(A) PARTICIPANTE:

CONTATO

As pesquisadoras envolvidas neste projeto de pesquisa são: Kalyinka Oliveira Feliciano, telefone (41) 995700132; a professora orientadora Cleci Elisa Albiero da instituição Centro Universitário Internacional UNINTER, telefone (41) 99724-0676.

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, por meio do endereço: Rua Francisco Torres, 830, 6º andar – Centro, Curitiba. CEP 80.060-130 Telefone: (41) 3360:4961, de segunda e sexta-feira das 13:30h às 17h30 ou pelo e-mail: etica@sms.curitiba.pr.gov.br.

Eu,

_____ fui informado(a) dos objetivos da pesquisa de maneira clara e detalhada e tive a oportunidade de esclarecer minhas dúvidas. A explicação que recebi mencionou os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi também que sou livre para interromper a investigação e para encerrar a minha própria participação no estudo a qualquer momento, sem precisar justificar minha decisão. Receberei uma via assinada e datada deste documento e outra via assinada e datada será arquivada pelo(a) pesquisador(a) responsável pelo estudo.

Nome do Participante

Assinatura

Data

Nome do Pesquisador

Assinatura

Data

ANEXO A – DOCUMENTO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA COM SERES HUMANOS

CENTRO UNIVERSITÁRIO
INTERNACIONAL- UNINTER



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VOZES SILENCIADAS: A TRAJETÓRIA DE VIDA DAS TRAVESTIS E MULHERES TRANS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE CURITIBA/PR E AS RESPOSTAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pesquisador: CLECI ELISA ALBIERO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 81314124.1.0000.5573

Instituição Proponente: Centro Universitario Internacional UNINTER

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.162.656

Apresentação do Projeto:

ok

Objetivo da Pesquisa:

ok

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

ok

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é interessante e promissora.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão, agora, em acordo.

Recomendações:

nenhuma...

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

foram atendidas

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado seug eo parecer do relator.

Endereço: Rua Luiz Xavier, 103

Bairro: Centro

UF: PR

Telefone: (41)3311-5926

Município: CURITIBA

CEP: 80.020-020

E-mail: etica@uninter.com

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
INTERNACIONAL- UNINTER**



Continuação do Parecer: 7.162.656

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2362808.pdf	24/09/2024 14:53:24		Aceito
Declaração de concordância	Termo_Concordancia.pdf	24/09/2024 14:50:23	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	18/06/2024 14:13:02	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Termo_consentimento_livre_esclarecido.doc	17/06/2024 13:27:54	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Termo_uso_imagens_voz.pdf	17/06/2024 13:26:48	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Termo_de_confidencialidade_dos_dados.pdf	17/06/2024 13:26:31	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Requerimento_apreciacao_de_pesquisa.pdf	17/06/2024 13:26:14	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Declaracao_de_ausencia_de_conflito_de_interesse_pesquisador.pdf	17/06/2024 13:25:49	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Declaracao_ciencia_interesse_campo_de_pesquisa.pdf	17/06/2024 13:25:14	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Declaracao_ausencia_de_custos.pdf	17/06/2024 13:24:22	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Curriculo_aluna.pdf	17/06/2024 13:17:15	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Curriculo_professora.pdf	17/06/2024 13:16:56	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Declaracao_de_uso_especifico.pdf	17/06/2024 13:14:31	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Elementos_protocolo_pesquisa.pdf	17/06/2024 13:09:47	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Analise_de_Merito_do_Orientador.pdf	14/06/2024 17:52:07	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Carta_ao_Coordenador.pdf	14/06/2024 17:51:12	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Declaracao_de_Tornar_Publico_os_Resultados.pdf	14/06/2024 17:49:27	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Termo_de_Responsabilidade_do_Pesquisador.doc	14/06/2024 17:48:10	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_confidencialidade_de_Dados.doc	14/06/2024 17:46:54	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista.pdf	14/06/2024 17:37:35	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	14/06/2024 17:34:11	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
TCLE / Termos de	Termo_de_Consentimento_Livre_Es	14/06/2024	CLECI ELISA	Aceito

Endereço: Rua Luiz Xavier, 103

Bairro: Centro

CEP: 80.020-020

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3311-5926

E-mail: etica@uninter.com

CENTRO UNIVERSITÁRIO
INTERNACIONAL- UNINTER



Continuação do Parecer: 7.162.656

Assentimento / Justificativa de Ausência	clarecido.doc	16:59:35	ALBIERO	Aceito
--	---------------	----------	---------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CURITIBA, 16 de Outubro de 2024

Assinado por:

Luis Fernando Lopes
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Luiz Xavier, 103

Bairro: Centro

CEP: 80.020-020

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3311-5926

E-mail: etica@uninter.com

SECRETARIA MUNICIPAL DA
SAÚDE DE CURITIBA -
SMS/CTBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VOZES SILENCIADAS: A TRAJETÓRIA DE VIDA DAS TRAVESTIS E MULHERES TRANS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE CURITIBA/PR E AS RESPOSTAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pesquisador: CLECI ELISA ALBIERO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 81314124.1.3001.0101

Instituição Proponente: Prefeitura Municipal de Curitiba

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.303.372

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do documento Projeto_pesquisa.pdf 01/12/2024 08:48:20; Cronograma.pdf 01/12/2024 08:50:03; Esclarecimentos_Pontuais.pdf 01/12/2024 08:30:14; Termo_Consentimento_Livre_Esclarecido.pdf 01/12/2024 08:26:14.

Projeto de pesquisa vinculado ao curso de graduação em serviço social da Uninter.

Nas últimas décadas, o fenômeno população em situação de rua (PSR) tem se destacado nas agendas políticas e acadêmicas, gerando debates sobre as políticas sociais e direitos humanos dessa população. Devido ao cenário em que se encontram, as pessoas em situação de rua são estigmatizadas pela sociedade, que muitas vezes as responsabiliza por sua condição. Dentro desse contexto, um grupo frequentemente marginalizado e negligenciado é o das travestis e mulheres trans que enfrentam desafios únicos que as colocam em situação de maior vulnerabilidade quando comparadas a outros grupos em situação de rua. Desta forma, cabe ao Estado a implementação de políticas sociais destinadas a auxiliar essas pessoas e a adoção de estratégias para reduzir a desigualdade social, promovendo políticas que defendam os direitos desses segmentos vulneráveis. No intuito de evidenciar a importância da temática, o presente trabalho de conclusão de curso (TCC) tem como tema as travestis e mulheres trans em

Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 5221

Bairro: Hauer

CEP: 81.610-000

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-4961

E-mail: etica@sms.curitiba.pr.gov.br

**SECRETARIA MUNICIPAL DA
SAÚDE DE CURITIBA -
SMS/CTBA**

Continuação do Parecer: 7.303.372

situação de rua e a política de assistência social. O interesse pelo tema de pesquisa aflorou a partir da realização

do meu estágio obrigatório no Grupo Dignidade, uma organização da sociedade civil, de assistência social, localizada na cidade de Curitiba/PR, que há 32 anos luta pela cidadania e direitos da população LGBTI+. Durante os atendimentos conduzidos pela assistente social, bem como nas reuniões com a equipe de Atenção à população em situação de rua da Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS) e a participação nos programas e projetos desenvolvidos pelo Grupo Dignidade voltados a esse público, em especial o Programa Trajetórias, pude imergir em diversas experiências junto a essa população. No decorrer de uma das etapas do Programa Trajetórias que teve como finalidade o resgate da dignidade, da cidadania e a inclusão social de travestis e mulheres trans em situação de rua acolhidas no Hotel Social Eliat mantido pela FAS, foi realizada uma dinâmica em grupo com o nome. Minha história, minha vida, onde cada participante teve que realizar um recorte e uma colagem de figuras que e apresentassem diferentes fases da vida delas (infância, adolescência, juventude e adultez). Foi um momento de muita troca, onde afluiu vários sentimentos e emoções. Os relatos envolviam abusos sexuais, violência física, psicológica, moral e patrimonial; abandono; indecisão, descoberta da sexualidade, do entendimento enquanto travesti/mulher trans; das imposições que sofriam para corresponder com as expectativas familiares; expulsão de casa; descoberta do HIV; problemas com uso de drogas; questões relacionadas a saúde mental; prostituição; sonhos; preconceito da sociedade;

discriminação; exclusão social. Através desta dinâmica, ouvimos vários relatos e histórias diferentes, mas que em muitos momentos pareciam ser repetidas. Trajetórias distintas, mas por questões interseccionais de raça, identidade de gênero, sexualidade e classe, apresentam os desdobramentos da colonialidade na realidade dessa população. Em outras palavras, a colonialidade opera de maneira prática no cotidiano de travestis e mulheres trans em situação de rua refletindo em seus corpos e no ambiente que as cerca, a expressão da colonialidade na realidade concreta de suas (r)existências e (sobre)vivências nas ruas. A colonialidade, sobre a qual se fundamenta o pensamento decolonial, permanece atuando através das relações sociais, nos discursos e nas práticas, preservando a lógica de relações coloniais; mantém-se, então, o controle da economia, da política, das epistemologias, do gênero e da sexualidade, da subjetividade do ser, atuando como força motriz no processo contínuo de violação de direitos fundamentais da população LGBTI+. Desta maneira, o Brasil transforma-se no país em que se mais mata pessoas que rompem com os padrões de gênero estabelecidos

Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 5221**Bairro:** Hauer**CEP:** 81.610-000**UF:** PR**Município:** CURITIBA**Telefone:** (41)3360-4961**E-mail:** etica@sms.curitiba.pr.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DA
SAÚDE DE CURITIBA -
SMS/CTBA



Continuação do Parecer: 7.303.372

pela sociedade cis-heteronormativa. Somente em 2023, tivemos pelo menos 145 assassinatos de pessoas trans, sendo que 136 destes assassinatos foram de travestis e mulheres trans e 9 homens trans, deixando nítido que a motivação, assim como a própria escolha da vítima tem relação direta com a identidade de gênero (feminina) expressa pelas vítimas (Benevides, 2024). Este grupo vive em extrema exclusão social, tendo que enfrentar enormes e diversas barreiras no acesso a direitos básicos como educação, saúde, assistência social, segurança, moradia e trabalho formal. Isto posto, por ser uma travesti que também enfrenta as estruturas coloniais atuantes na sociedade, sinto-me impelida a aprofundar minha pesquisa nessa temática. Mesmo sem ter vivido a experiência de estar em situação de rua, a proximidade com a realidade vivida por essas pessoas despertou em mim uma inquietação de [...] problematizar sob uma ótica de(s)colonial, a lógica da colonialidade que impera [...] (Alves; Silvestre; Lima, 2019, p. 10) sobre as travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba, capital do Paraná, conhecida por sua qualidade de vida, mas que está entre os 10 municípios com maior número de população em situação de rua, totalizando 3.477 pessoas, 1,5% do total de PSR do país (Brasil, 2023a). Portanto, com o propósito de ampliar o debate e dar visibilidade e voz a travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba[...] pois é preciso combater o silenciamento que está intrincado em grupos sociais minorizados (Alves; Silvestre; Lima, 2019, p. 10) e identificar as contribuições da assistência social para mitigar os efeitos dessa exclusão social, o presente estudo estabelece o seguinte problema de pesquisa: quais os principais desafios enfrentados por travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba e como o município, por meio da assistência social está respondendo a essa expressão radical da questão social?

HIPÓTESE: A Política de Assistência Social, atende as principais demandas e expressões da questão social das mulheres trans e travestis em situação de Rua, no município de Curitiba;

METODOLOGIA: Pesquisa exploratória, método de investigação nomeado como materialismo histórico-dialético, abordagem de cunho qualitativo e dados quantitativos. No que diz respeito aos procedimentos utilizados para este estudo, inicialmente será realizada uma pesquisa teórica-bibliográfica e documental. Posteriormente, será conduzida uma pesquisa de campo com as travestis e mulheres trans que estão em situação de rua que estão acolhidas no Hotel Social Eliat, administrado pela Fundação de Ação Social (FAS). Método da história oral, em suas diferentes abordagens como histórias de vida,

Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 5221

Bairro: Hauer

CEP: 81.610-000

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-4961

E-mail: etica@sms.curitiba.pr.gov.br

**SECRETARIA MUNICIPAL DA
SAÚDE DE CURITIBA -
SMS/CTBA**

Continuação do Parecer: 7.303.372

narrativas e trajetórias de vida, demanda a aplicação de fundamentos epistemológicos. O instrumento de coleta de dados utilizado nessa pesquisa será a entrevista semiestruturada, onde a pesquisadora seguirá um roteiro de perguntas, seguindo um fio condutor composto pelas categorias previamente definidas na fundamentação teórica do projeto. As informações e dados apresentados serão compostos de informações de cunho qualitativo e dados quantitativos e analisados com a técnica de análise do discurso de Dominique Maingueneau. Como a história oral é um estudo em profundidade, será realizado um perfil com todas as participantes que aceitarem participar da pesquisa e em seguida um estudo aprofundando com 3 participantes significativos da pesquisa, que estão acolhidas há mais tempo no hotel social.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO: Travestis e mulheres trans em situação de rua.

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO: Pessoa cisgênero, homens transexuais, pessoas não binárias e mulheres trans e travestis que se recusarem a participar da pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:**OBJETIVO PRIMÁRIO:**

Investigar os desafios enfrentados por travestis e mulheres trans em situação de rua na cidade de Curitiba/PR e como o município, por meio da assistência social está respondendo a essa expressão radical da questão social.

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS:

Descrever como a colonialidade em seu processo de desumanização, subalternizou as travestis e mulheres trans e contribuiu para situação de rua dessa população;

- Apontar as contribuições da política de assistência social para mitigar os efeitos dessa exclusão social;
- Estabelecer os principais obstáculos enfrentados por travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba na busca por visibilidade e inclusão social.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os pesquisadores são,

RISCOS: Possíveis danos e riscos identificados: durante as entrevistas, alguns temas podem trazer lembranças ou experiências emocionais sensíveis, gerando desconforto ou sofrimento psicológico. A participação na pesquisa, caso seja identificada por terceiros, pode expor as

Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 5221**Bairro:** Hauer**CEP:** 81.610-000**UF:** PR**Município:** CURITIBA**Telefone:** (41)3360-4961**E-mail:** etica@sms.curitiba.pr.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DA
SAÚDE DE CURITIBA -
SMS/CTBA



Continuação do Parecer: 7.303.372

participantes a julgamentos. Uma abordagem insensível ou culturalmente inadequada pode gerar interpretações equivocadas e comprometer o respeito às particularidades das participantes. Providências e cautelas adotadas: Todas as informações pessoais serão tratadas de forma confidencial. Levando em consideração o procedimento ético de uma pesquisa científica, a identidade das travestis e mulheres trans que aceitarem participar da entrevista será preservada. Pseudônimos serão utilizados para identificar as participantes nos registros da pesquisa. Os dados serão armazenados em sistemas seguros, acessíveis apenas à equipe de pesquisa. Estaremos atentas a sinais de desconforto emocional durante as entrevistas e, caso necessário, orientaremos as participantes a buscar apoio profissional especializado. Oferecemos informações sobre serviços de assistência psicológica para aquelas que manifestarem interesse, inclusive dentro do próprio Grupo Dignidade, onde as participantes são atendidas.

BENEFÍCIOS: (...)Ouvir diretamente suas vozes possibilita desconstruir estereótipos e preconceitos perpetuados pela sociedade e reforçados pela mídia. As trajetórias de vida compartilhadas por travestis e mulheres trans em situação de rua são fundamentais para a formulação de políticas públicas eficientes e inclusivas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos de apresentação obrigatória foram apresentados e estão em conformidade com as Resoluções CNS e normas vigentes. Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de uma resposta ao parecer consubstanciado CEP n.º 7.238.352 datado em 21/11/2024.

Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 5221

Bairro: Hauer

CEP: 81.610-000

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-4961

E-mail: etica@sms.curitiba.pr.gov.br

**SECRETARIA MUNICIPAL DA
SAÚDE DE CURITIBA -
SMS/CTBA**

Continuação do Parecer: 7.303.372

1. Quanto ao Cronograma (Elementos_protocolo_pesquisa.pdf 17/06/2024 13:09:47). O cronograma, no documento citado, está desatualizado: agosto/2024: Realizar pesquisa de campo / A realização da entrevista com as travestis e mulheres trans, bem como a análise dos resultados. RELATOR: Deve-se adequar ao Cronograma atualizado. Inserir, no projeto detalhado, a duração total e as diferentes etapas da pesquisa, com compromisso explícito do pesquisador de que a pesquisa somente será iniciada a partir da aprovação pelo Sistema CEP/Conep (Norma Operacional CNS n.º 001, de 2013, item 3.4.1.9). Análise: PENDENTE.

RESPOSTA: Atualizado no projeto e no documento 'cronograma'.

ANÁLISE: Pendência atendida.

2. Quanto ao Orçamento (Orçamento_pesquisa.pdf 04/11/2024 11:45:42). Consta no documento Previsão de ressarcimento de despesa das participantes. Valor de custeio R\$ 500,00 RELATOR: Poderia esclarecer qual a finalidade desse ressarcimento? De acordo com a Res.466/2012 II.21 o ressarcimento é a compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação. Análise: PENDENTE.

RESPOSTA: A participação no estudo não acarretará custos para as participantes e também não terá nenhuma compensação financeira adicional. Eventuais custos adicionais serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. No caso da participante sofrer algum dano decorrente da sua participação na pesquisa, a participante terá direito a requerer como indenização uma carta de retratação pelas pesquisadoras. Desta forma, o valor de R\$500,00 indicado no projeto para previsão de ressarcimento de despesas dos participantes, foi retirado.

ANÁLISE: Pendência atendida. RECOMENDAÇÃO: Manter como texto resposta "A participação no estudo não acarretará custos para as participantes e também não terá nenhuma compensação financeira adicional. Eventuais custos adicionais serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa" retirando o restante do parágrafo.

3.Quanto ao Projeto de Pesquisa (Elementos_protocolo_pesquisa.pdf 17/06/2024 13:09:47). No item 5.2 planos de recrutamento Será estabelecido contato direto com as travestis e mulheres trans em situação de rua acolhidas no hotel social. Relator: Entende-se que seja um hotel ou casa lar, o local deve propiciar estrutura similar ao convívio residencial, o que não se espera interferências de pesquisas dentro da sua residência. Não é possível abordar as usuárias acolhidas nas dependências do Hotel. O Plano de recrutamento deve ser alterado. Análise:

Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 5221

Bairro: Hauer

CEP: 81.610-000

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-4961

E-mail: etica@sms.curitiba.pr.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DA
SAÚDE DE CURITIBA -
SMS/CTBA



Continuação do Parecer: 7.303.372

PENDENTE.

RESPOSTA: Será estabelecido contato direto com as travestis e mulheres trans sujeitas da pesquisa na sede do Grupo Dignidade, visto que elas são atendidas diariamente na organização. Este contato tem como objetivo de informá-las sobre o trabalho de conclusão de curso (TCC) e a importância da participação delas nesse estudo, que busca trazer suas vozes para viabilizar que suas realidades sejam conhecidas, compreendidas e levadas em conta na luta por direitos, dignidade e inclusão social.

ANÁLISE: Pendência atendida.

4. Quanto aos Critérios de Exclusão (Elementos_protocolo_pesquisa.pdf 17/06/2024 13:09:47) mulheres trans e travestis que se recusarem a participar da pesquisa. RELATOR: se recusar a participar é um direito, não pode ser considerado critério de exclusão, deve ser retirado. De acordo com a Res.466/2012 IV.3.d) garantia de plena liberdade ao participante da pesquisa, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Análise: PENDENTE.

RESPOSTA: A alteração foi realizada, permanecendo apenas pessoa cisgênero, homens transexuais, pessoas não binárias, mulheres trans e travestis que não estejam em situação de rua, como critérios de exclusão.

ANÁLISE: Pendência atendida.

5. Quanto aos Riscos (Elementos_protocolo_pesquisa.pdf 17/06/2024 13:09:47) `Levando em consideração o procedimento ético de uma pesquisa científica, a identidade das travestis e mulheres trans que aceitarem participar da entrevista será preservada. RELATOR: Define-se como risco da pesquisa a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente. (Resolução CNS n.º 510, de 2016, Artigo 2º, Inciso XXV; Artigo 17, Inciso II). Ao subestimar os riscos envolvidos em um estudo, o pesquisador não transmite as informações necessárias para que o indivíduo tome uma decisão autônoma sobre sua participação na pesquisa. Solicita-se que sejam explicitados os possíveis danos decorrentes da participação na pesquisa, além da apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar situações que possam causar dano, considerando as características do participante da pesquisa (Resolução CNS n.º 510, de 2016, Artigo 17, Inciso II). Análise: PENDENTE.

RESPOSTA: Possíveis danos e riscos identificados: durante as entrevistas, alguns temas podem

Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 5221

Bairro: Hauer

CEP: 81.610-000

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-4961

E-mail: etica@sms.curitiba.pr.gov.br

**SECRETARIA MUNICIPAL DA
SAÚDE DE CURITIBA -
SMS/CTBA**

Continuação do Parecer: 7.303.372

trazer lembranças ou experiências emocionais sensíveis, gerando desconforto ou sofrimento psicológico. A participação na pesquisa, caso seja identificada por terceiros, pode expor as participantes a julgamentos. Uma abordagem insensível ou culturalmente inadequada pode gerar interpretações equivocadas e comprometer o respeito às particularidades das participantes.

Providências e cautelas adotadas: Todas as informações pessoais serão tratadas de forma confidencial. Levando em consideração o procedimento ético de uma pesquisa científica, a identidade das travestis e mulheres trans que aceitarem participar da entrevista será preservada. Pseudônimos serão utilizados para identificar as participantes nos registros da pesquisa. Os dados serão armazenados em sistemas seguros, acessíveis apenas à equipe de pesquisa. Estaremos atentas a sinais de desconforto emocional durante as entrevistas e, caso necessário, orientaremos as participantes a buscar apoio profissional especializado. Oferecemos informações sobre serviços de assistência psicológica para aquelas que manifestarem interesse, inclusive dentro do próprio Grupo Dignidade, onde as participantes são atendidas. Antes de iniciar a pesquisa, todas as participantes serão devidamente informadas sobre os objetivos, procedimentos, possíveis riscos e benefícios do estudo. Será garantido que cada participante tenha plena liberdade para interromper sua participação a qualquer momento, sem justificativa. Cuidados serão tomados para evitar qualquer atitude que possa gerar constrangimento ou desrespeito às participantes. As entrevistas serão realizadas na sala de atendimento do Serviço Social do Grupo Dignidade, um ambiente seguro e privado. Com essas medidas, objetivamos minimizar os riscos potenciais e assegurar que a pesquisa seja conduzida de forma ética, respeitosa e segura, em conformidade com a Resolução CNS n.º 510, de 2016.

ANÁLISE: Pendência atendida.

6. Quanto ao TCLE (Termo_de_Consentimento_Livre_Esclarecido.doc 14/06/2024 16:59:35).
RELATOR: No TCLE é obrigatório constar o objetivo da pesquisa. Na Res. 466/2012 IV.3 - O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deverá conter, obrigatoriamente: a) justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, com o detalhamento dos métodos a serem utilizados, informando a possibilidade de inclusão em grupo controle ou experimental, quando aplicável. Análise: PENDENTE.

RESPOSTA: Foram incluídos o objetivo geral e específicos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
Objetivo Geral: Investigar os desafios enfrentados por travestis e mulheres trans

Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 5221

Bairro: Hauer

CEP: 81.610-000

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-4961

E-mail: etica@sms.curitiba.pr.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DA
SAÚDE DE CURITIBA -
SMS/CTBA



Continuação do Parecer: 7.303.372

em situação de rua na cidade de Curitiba/PR e como o município, por meio da assistência social, está respondendo a essa expressão radical da questão social. Objetivos específicos: Descrever como a colonialidade em seu processo de desumanização, subalternizou as travestis e mulheres trans e contribuiu para situação de rua dessa população; Apontar as contribuições da política de assistência social para mitigar os efeitos dessa

exclusão social; estabelecer os principais obstáculos enfrentados por travestis e mulheres trans em situação de rua em Curitiba na busca por visibilidade e inclusão social.

ANÁLISE: Pendência atendida.

7. Quanto ao TCLE (Termo_de_Consentimento_Livre_Esclarecido.doc 14/06/2024 16:59:35); Desconforto e risco mínimo: as participantes podem sentir-se desconfortáveis ao responder as perguntas da entrevista semiestruturada visto que é uma população que se encontra em vulnerabilidade, e como se trata de uma técnica em que as falas das participantes serão gravadas e transcritas consiste na possível quebra do anonimato e na revelação da identidade. RELATOR: precisa ser incluído os riscos iminentes da pesquisa. Risco da pesquisa a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente (Resolução CNS n.º 510, de 2016, Artigo 2º, Inciso XXV; Artigo 17, Inciso II). Ao subestimar os riscos envolvidos em um estudo, o pesquisador não transmite as informações necessárias para que o indivíduo tome uma decisão autônoma sobre sua participação na pesquisa. Dessa forma, solicita-se que os riscos da pesquisa sejam expressos de forma clara no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido e demais documentos, bem como a apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições que possam vir a causar algum dano ao participante de pesquisa. Análise: PENDENTE.

RESPOSTA: durante as entrevistas, alguns temas podem trazer lembranças ou experiências emocionais sensíveis, gerando desconforto ou sofrimento psicológico. A participação na pesquisa, caso seja identificada por terceiros, pode expor as participantes a julgamentos. Uma abordagem insensível ou culturalmente inadequada pode gerar interpretações equivocadas e comprometer o respeito às particularidades das participantes. Para minimizar os riscos e/ou seus efeitos serão adotados como procedimentos: Todas as informações pessoais serão tratadas de forma confidencial. Levando em consideração o procedimento ético de uma pesquisa científica, a identidade das travestis e mulheres trans que aceitarem participar da entrevista será reservada. Pseudônimos serão utilizados para identificar as participantes nos

Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 5221

Bairro: Hauer

CEP: 81.610-000

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-4961

E-mail: etica@sms.curitiba.pr.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DA
SAÚDE DE CURITIBA -
SMS/CTBA



Continuação do Parecer: 7.303.372

registros da pesquisa. Os dados serão armazenados em sistemas seguros, acessíveis apenas à equipe de pesquisa. Estaremos atentas a sinais de desconforto emocional durante as entrevistas e, caso necessário, orientaremos as participantes a buscar apoio profissional especializado. Oferecemos informações sobre serviços de assistência psicológica para aquelas que manifestarem interesse, inclusive dentro do próprio Grupo Dignidade, onde as participantes são atendidas. Antes de iniciar a pesquisa, todas as participantes serão devidamente informadas sobre os objetivos, procedimentos, possíveis riscos e benefícios do estudo. Será garantido que cada participante tenha plena liberdade para interromper sua participação a qualquer momento, sem justificativa. Cuidados serão tomados para evitar qualquer atitude que possa gerar constrangimento ou desrespeito às participantes. As entrevistas serão realizadas na sala de atendimento do Serviço Social do Grupo Dignidade, um ambiente seguro e privado. Com essas medidas, objetivamos minimizar os riscos potenciais e assegurar que a pesquisa seja conduzida de forma ética, respeitosa e segura, em conformidade com a Resolução CNS n.º 510, de 2016.

ANÁLISE: Pendência atendida.

8. Quanto ao TCLE (Termo_de_Consentimento_Livre_Esclarecido.doc 14/06/2024 16:59:35) ¿para minimizar os riscos e/ou seus efeitos serão adotados como procedimentos: será criado um ambiente confortável e acolhedor para as participantes, visando estabelecer um vínculo para reduzir qualquer desconforto relacionado à participação na pesquisa. Levando em consideração o procedimento ético de uma pesquisa científica, a identidade das travestis e mulheres trans que aceitarem participar da entrevista será preservada¿. RELATOR: entende-se que a pesquisa pode culminar lembranças emocionais que fogem de serem solucionadas somente por um ambiente acolhedor e confortável. É necessário apresentar providências e cautelas a serem empregadas para evitar situações que possam causar dano, considerando as características do participante da pesquisa (Resolução CNS n.º 510, de 2016, Artigo 17, Inciso II). Ou, esclarecer a frase: 'Nosso compromisso é proporcionar um acompanhamento contínuo e individualizado garantido que você tenha o suporte necessário durante a realização da pesquisa¿. Análise: PENDENTE. RESPOSTA: Todas as informações pessoais serão tratadas de forma confidencial. Levando em consideração o procedimento ético de uma pesquisa científica, a identidade das travestis e mulheres trans que aceitarem participar da entrevista será preservada. Pseudônimos serão utilizados para identificar as participantes nos registros da pesquisa. Os dados serão

Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 5221

Bairro: Hauer

CEP: 81.610-000

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-4961

E-mail: etica@sms.curitiba.pr.gov.br

**SECRETARIA MUNICIPAL DA
SAÚDE DE CURITIBA -
SMS/CTBA**

Continuação do Parecer: 7.303.372

armazenados em sistemas seguros, acessíveis apenas à equipe de pesquisa. Estaremos atentas a sinais de desconforto emocional durante as entrevistas e, caso necessário, orientaremos as participantes a buscar apoio profissional especializado. Oferecemos informações sobre serviços de assistência psicológica para aquelas que manifestarem interesse, inclusive dentro do próprio Grupo Dignidade, onde as participantes são atendidas. Antes de iniciar a pesquisa, todas as participantes serão devidamente informadas sobre os objetivos, procedimentos, possíveis riscos e benefícios do estudo. Será garantido que cada participante tenha plena liberdade para interromper sua participação a qualquer momento, sem justificativa. Cuidados serão tomados para evitar qualquer atitude que possa gerar constrangimento ou desrespeito às participantes. As entrevistas serão realizadas na sala de atendimento do Serviço Social do Grupo Dignidade, um ambiente seguro e privado. Com essas medidas, objetivamos minimizar os riscos potenciais e assegurar que a pesquisa seja conduzida de forma ética, respeitosa e segura, em conformidade com a Resolução CNS n.º 510, de 2016.

ANÁLISE: Pendência atendida.

Recomenda-se a aprovação, ressalta-se a observância que o recrutamento deverá acontecer de acordo com o Projeto de Pesquisa (Projeto_pesquisa.pdf 01/12/2024 08:48:20 CLECI ELISA ALBIERO Pesquisador Principal) no Grupo Dignidade e que não haverá nenhum benefício financeiro aos participantes de pesquisa respeitando os preceitos éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto de Pesquisa Aprovado conforme parecer do relator, que considerou estarem atendidas as pendências apontadas em parecer anterior.

Reforça-se que eventuais modificações no projeto ora aprovado, devem ser feitas mediante apresentação de Emendas ao protocolo original, que devem ser apresentadas tempestivamente, identificando a parte do protocolo a ser modificado e as suas justificativas.

Esclarece-se que interrupções na execução do projeto de pesquisa ou declaração de ocorrência de danos aos participantes de pesquisa deverão ser feitas na forma de Notificação aos CEP envolvidos na pesquisa, igualmente devendo ser justificadas e declaradas todas as medidas protetivas que foram adotadas pelo grupo de pesquisa.

Reforça-se a necessidade de total observância dos itens aprovados neste parecer, para fins diretos de proteção das participantes de pesquisa, e indiretos, dos próprios pesquisadores,

Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 5221**Bairro:** Hauer**CEP:** 81.610-000**UF:** PR**Município:** CURITIBA**Telefone:** (41)3360-4961**E-mail:** etica@sms.curitiba.pr.gov.br

**SECRETARIA MUNICIPAL DA
SAÚDE DE CURITIBA -
SMS/CTBA**



Continuação do Parecer: 7.303.372

especialmente no que tange a: captação e recrutamento dos participantes de pesquisa.
Recomenda-se a integral observância em todas as etapas de desenvolvimento deste projeto de pesquisa dos aspectos éticos e de viabilidade traduzidos nas Resolução CNS n.466/12 e demais Resoluções e Cartas Circulares vigentes.
Em cumprimento à Resolução CNS n.466/12, este Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) deverá receber Relatórios Parciais sobre o andamento do estudo, bem como o Relatório Final completo ao final do estudo. Ao término da pesquisa, os pesquisadores deverão enviar para este CEP ao qual a pesquisa está vinculada, os links das publicações oriundas.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2440825.pdf	01/12/2024 08:51:35		Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	01/12/2024 08:50:03	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Brochura Pesquisa	Projeto_pesquisa.pdf	01/12/2024 08:48:20	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Esclarecimentos_Pontuais.pdf	01/12/2024 08:30:14	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_Consentimento_Livre_Esclarecido.pdf	01/12/2024 08:26:14	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Orçamento	Orcamento_pesquisa.pdf	04/11/2024 11:45:42	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Termo_imagens_voz.pdf	04/11/2024 11:41:09	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Termo_consentimento_livre_esclarecido.doc	17/06/2024 13:27:54	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Termo_uso_imagens_voz.pdf	17/06/2024 13:26:48	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Termo_de_confidencialidade_dos_dados.pdf	17/06/2024 13:26:31	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Requerimento_apreciacao_de_pesquisa.pdf	17/06/2024 13:26:14	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Declaracao_de_ausencia_de_conflito_de_interesse_pesquisador.pdf	17/06/2024 13:25:49	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Declaracao_ciencia_interesse_camp	17/06/2024	CLECI ELISA	Aceito

Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 5221

Bairro: Hauer

CEP: 81.610-000

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-4961

E-mail: etica@sms.curitiba.pr.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DA
SAÚDE DE CURITIBA -
SMS/CTBA



Continuação do Parecer: 7.303.372

Outros	o_de_pesquisa.pdf	13:25:14	ALBIERO	Aceito
Outros	Declaracao_ausencia_de_custos.pdf	17/06/2024 13:24:22	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Curriculo_aluna.pdf	17/06/2024 13:17:15	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Curriculo_professora.pdf	17/06/2024 13:16:56	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Declaracao_de_uso_especifico.pdf	17/06/2024 13:14:31	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Elementos_protocolo_pesquisa.pdf	17/06/2024 13:09:47	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Analise_de_Merito_do_Orientador.pdf	14/06/2024 17:52:07	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Carta_ao_Coordenador.pdf	14/06/2024 17:51:12	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Declaracao_de_Tornar_Publico_os_Res ultados.pdf	14/06/2024 17:49:27	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Termo_de_Responsabilidade_do_Pesqu isador.doc	14/06/2024 17:48:10	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista.pdf	14/06/2024 17:37:35	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_Esclar ecido.doc	14/06/2024 16:59:35	CLECI ELISA ALBIERO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CURITIBA, 17 de Dezembro de 2024

Assinado por:
antonio dercy silveira filho
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 5221

Bairro: Hauer

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-4961

CEP: 81.610-000

E-mail: etica@sms.curitiba.pr.gov.br